Nº 7 ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA EFETUADA NO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, reuniu, pelas vinte horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Opções do Plano e Orçamento para 2020;**
2. **Mapa de Pessoal para o ano de 2020;**
3. **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2020;**
4. **Derrama para 2020;**
5. **Participação variável no IRS para 2020;**
6. **Autorização Prévia para os Compromissos Plurianuais no ano de 2020, no Âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;**
7. **Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2020, para Ocorrer a Dificuldades de Tesouraria;**
8. **Plano Local de Habitação para o Concelho de Évora 2020/2026;**
9. **Estratégia Local de Habitação 2020/2026: Graves Carências Habitacionais;**
10. **Áreas de Reabilitação Urbana para o Concelho de Évora;**
11. **Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2020;**
12. **Prorrogação do Prazo de Vigência dos Acordos de Execução com as Juntas/Uniões de Freguesia para o ano de 2020;**
13. **Projeto LIFE/myBUILDINGGREEN;**
14. **Habévora/Gestão Habitacional, Unipessoal Limitada, EM. - Designação de Fiscal Único, Respetivo Suplemento e Remuneração dos Corpos Sociais;**
15. **Relatório do Artes à Rua 2018/Revisto e Relatório do Artes à Rua 2019 (para conhecimento);**
16. **Relatório da Candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura em 2027 (para conhecimento).**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Carlos Alberto Gião Reforço
1ª Secretária – Ana Luísa Bragança Boto
2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins

Feita a chamada, verificaram-se as seguintes presenças: Ananias Quintano, José Figueira, Paulo Jaleca, Ana Beatriz Cardoso, Maria Clara Grácio, Silvino Costa, António Jorge Jara, Nuno Alas, Maria Elmina Lopes, Frederico de Carvalho, Carlos Cruz (em substituição de Jorge Silva), Adelino Fonseca, Ângela Caeiro, Carla Semedo (em substituição de Maria da Nazaré Lança), Jorge Lourido, António Mendes (em substituição de João Simas), João Canha, Maria Antónia Boieiro, Duarte Guerreiro (em substituição de Gertrudes Pastor), Isidro Lobo, José Russo, Jerónimo José, António Maduro, José Vitorino Piteira, Joaquim Pimpão, Manuel Recto, Florinda Russo, Luís Ramalho, Lúcio Guerreiro e Nuno Cabrita.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Pinto de Sá, e pelos(as) Vereadores(as) Sara Fernandes, Eduardo Luciano, Alexandre Varela, Elsa Teigão, João Ricardo e António Costa da Silva.

PRIMEIRA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

Ao iniciar a sessão, o Senhor **Presidente da Assembleia** informou que uso da palavra por parte do público tem num período inicial de 15 minutos e os temas a abordar não podem constar da Ordem do Dia e perguntou se alguém queria intervir.

O sr. João Andrade Santos saudou todos os presentes e agradeceu a oportunidade de, em nome do Movimento de Defesa do Centro Histórico de Évora, poder dirigir-se à Assembleia pelo motivo de o "cartão de boas festas" que o governo mandou aos moradores e proprietários dos Centros Históricos Património da Humanidade do País, ao publicar na proposta de Orçamento de Estado para 2020, que a Norma que rege a atribuição da isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis vai ser revogado, esta é, obviamente, uma péssima notícia para os moradores e, particularmente, para os proprietários de imóveis do Centro Histórico de Évora.
Recordou que os Monumentos Nacionais são, desde há quase um século, isentos de impostos por iniciativa da Primeira República que foi fértil na designação de Monumentos Nacionais, na atribuição dessa essa qualidade, e, posteriormente, com a Segunda República, depois do 25 de abril, nos anos 80, o Estado Português candidatou à inscrição na lista do Património da Humanidade vários bens culturais deste país, bens não físicos, mas sobretudo monumentos, sítios e centros históricos, e de facto essas candidaturas foram objeto de um êxito assinalável, Portugal tem em relação à sua extensão e população, um número muito significativo desses valores declarados pela UNESCO como Património da Humanidade, o que certamente lhe trouxe importantes benefícios de visibilidade, de inserção numa sociedade internacional e numa cultura que faz que os cidadãos viajem e procurem esses valores.
Em 2001 o Estado Português publicou a Lei do Património que atribuiu a esses valores patrimoniais, Património da Humanidade, a categoria e o título de Monumento Nacional, e a partir dessa data, por efeito conjugado dessa atribuição e do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os Centros Históricos Património da Humanidade, e tudo o que eles continham como edifícios, passaram a beneficiar, por Lei, de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis, esta existência foi pacífica entre 2002 e 2009 até que, na vigência do governo Sócrates, o fisco começou a recusar o reconhecimento dessa isenção o que motivou intervenções de cidadãos, nomeadamente do Movimento Defesa do Centro Histórico, junto de eleitos da Câmara, da Assembleia Municipal e depois da Assembleia da República, onde em resposta a estes pedidos, em 2010, o Parlamento Nacional produziu uma alínea do artigo 44 do Estatuto dos Benefícios Fiscais, clarificando a sua visão da atribuição da isenção do IMI, e essa clarificação passava por três coisas, por um lado, pela atribuição do seu carácter automático, o cidadão não tinha que tomar iniciativas, era a Lei que atribuía o estatuto e, como tal, ele devia ser automaticamente registado pelas autoridades, e pelo seu carácter universal, na medida em que todos os imóveis sitos em Centros Históricos classificados eram automaticamente isentos. Esta alínea n), do artigo 44 do Estatuto dos Benefícios Fiscais, foi uma deliberação do Parlamento, tomada por unanimidade no dia 12/03/2010, em sede de Orçamento de Estado para 2010. Posteriormente, em 2012, o Parlamento voltou a pronunciar-se sobre a questão, visto que a lei não estava a ser respeitada, o fisco continuava a recusar reconhecer a isenção e, visivelmente, recusava considerar que uma deliberação do Parlamento era para cumprir, o que é de facto curioso num Estado que se pretende de Direito, e o Parlamento voltou, por unanimidade em junho de 2012, a recomendar ao Governo que cumprisse a lei em Évora, porque era só em Évora, era Évora particularmente atacada por esta postura do fisco. Entretanto a reação do fisco e do Governo a esta deliberação, por unanimidade da Assembleia da República, foi alargar a arbitrariedade aos Centros Históricos do país, começar a retirar isenções que já estavam atribuídas, e teve, obviamente, como efeito que muitos cidadãos, e cansados de pagar impostos ilegalmente cobrados, passaram a dirigir-se aos tribunais, e a partir de

2015 os tribunais, em decisões sucessivas, tanto de tribunais normais como de instâncias arbitrais, deram sistematicamente razão aos cidadãos que reclamavam contra a cobrança ilegal do IMI. Perante isto, o Governo decidiu dirigir-se a um tribunal superior, o Supremo Tribunal Administrativo, e dizer-lhe que não pode ser, que, se as decisões dos tribunais são todas para cumprir, qualquer dia há aqui a pouca vergonha de todos os imóveis dos Centros Históricos estarem isentados, de modo que faça favor senhor Supremo Tribunal Administrativo de um acórdão interpretativo geral sobre esta matéria, e o STA emitiu esse acórdão, em dezembro de 2018, há precisamente um ano, e é esse acórdão dizia que, toda a argumentação utilizada pelo fisco desde 2009 para recusar reconhecer isenções ou para as retirar, essa argumentação estava errada, que havia que dar razão aos cidadãos e devolver-lhe os impostos com juros de mora. Este acórdão do STA foi emitido em dezembro de 2018 mas aparentemente os sistemas de comunicação falharam mais uma vez, e o governo continuou a cobrar o IMI, em março, em setembro, por aí fora, até que foi denunciada publicamente na imprensa esta situação e o Secretário de Estado de serviço ao fisco resolveu enviar instruções para os serviços fiscais dizendo-lhes, há um acórdão do Supremo, vamos ter que nos conformar a ele, de modo a resolver os casos pendentes na justiça, que eram vários, a dar razão essas pessoas, vamos encerrar isto, e essas instruções foram públicas, foram divulgadas, e os cidadãos passaram, a partir daí, a dirigir-se aos serviços fiscais e a fazer o que lhes era pedido, ou seja, ir buscar uma declaração à Direção Regional de Cultura dizendo que o imóvel estava num Centro Histórico, no Centro Histórico de Évora classificado, e que, portanto, podiam obter a isenção e pedir a devolução do que tinham pago indevidamente em 2018 cumprindo os prazos legais, e, de acordo com a lei geral tributária, reclamar o que lhes era devido, pelo menos 4 anos de impostos ilegalmente cobrados, isto foi em julho, os cidadãos mexeram-se, passaram a ir mais à Direção Regional da Cultura, foram lá deixando 20 euros por cada requerimento que lá metiam, e de facto os serviços fiscais deram deferimento a vários desses requerimentos, devolveram algum dinheiro, mas tudo estava a correr demasiado bem, de acordo com regras de funcionamento normais de Estado de Direito, mas não, portanto neste momento o "cartão de boas festas" do governo diz que vai acabar, decisões da Assembleia da República, decisões dos Tribunais, isso é coisa que eles não ligam muito, vão, para já, revogar a línea que foi deliberada por unanimidade no dia 12/03/2010 pela Assembleia da República e acabar com essa pouca vergonha da isenção do IMI nos Centros Históricos classificados como Património da Humanidade. Dois pormenores, quem faz viver os Centros Históricos é quem lá vive, quem recupera o essencial dos Centros Históricos é quem lá tem os seus imóveis, as suas casas, e, portanto, uma decisão deste tipo é a mensagem mais errada que se pode mandar, quando se pretende defender valores patrimoniais, identitários e economicamente significativos num país que tem no turismo uma fonte de receitas fundamental, por um lado, por outro lado, o valor que representa anualmente não ultrapassa 4 a 5.000.000 de euros, pode-se comparar com o valor total das isenções fiscais que são atribuídas anualmente neste país e que andam à volta de 1.800 milhões de euros, simplesmente não são cidadãos de classe média ou pequenos proprietários ou médios, são fundos imobiliários, é gente fina. Há que recordar também, que, ao longo dos últimos anos, dos nossos impostos saíram mais de 18.000 milhões de euros para bancos falidos e para banqueiros, que não vai classificar, e, portanto, o contraste entre estes números e o facto de, em relação a um valor patrimonial, cultural, identitário que são Centros Históricos classificados pela UNESCO, não ter havido uma palavra de um responsável do Governo, da área da Cultura e do Património, é significativo, quem veio cá para fora falar disto foi o Secretário de Estado de serviço ao fisco, o que mostra efetivamente como as coisas andam baralhadas naquela casa. Este não é um problema fiscal, é um problema de Cultura, é um problema de Património, é um problema de Civilização, muito pouco conciliável com contas deste tipo, portanto, faz suas as palavras que foram aprovadas por unanimidade na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Évora, do Centro Histórico, pedindo a todos os eleitos que se dirijam aos seus eleitos nacionais no Parlamento e que prestem um serviço ao Estado de Direito, não deixem esta decisão ir avante, chumbem-na, para que o Estado apareça aos cidadãos como pessoa de bem.

O Sr. Presidente perguntou aos membros da Assembleia se sobre este assunto pretendiam intervir.

O Sr. José Maria Figueira começou por saudar todos os presentes e referiu que para a CDU a decisão do Governo, em sede de proposta de Orçamento de Estado para 2020, de revogar a alínea n), do número 1, do artigo 44, dos benefícios fiscais, consideram uma tentativa de entrar pelas portas do fundo para atacar um direito que estava consignado, e está consignado, na Lei, porque até a proposta de Orçamento de Estado ser votada, certamente, haverão intervenções das diferentes forças políticas, no caso concreto do grupo parlamentar do PCP farão chegar a preocupação ali manifestada pela voz do senhor Doutor João Andrade Santos, em representação do respetivo Movimento, e procurarão, em sede de especialidade, chamar a atenção de que, efetivamente, aquela Lei, e aquela alínea, foram aprovadas, como foi dito, pela Assembleia da República em 2010 por unanimidade, e, por isso, agradecem a intervenção e fica ali o compromisso de, junto do grupo parlamentar do PCP, fazerem sentir as questões que foram ali levantadas e a intervenção que ali foi feita em nome do Movimento de Defesa do Centro Histórico de Évora.

O Sr. Ananias Quintano saudou todos os presentes e agradeceu a exposição do senhor Doutor Andrade Santos, que não vinham à espera desta temática, no entanto foi bem esclarecedora, a posição e o que se tem passado, o historial foi bem-apresentado e esclareceu-os. O seu interesse primeiro é defender os municípios de Évora e é isso que vão fazer, irão também fazer chegar ao seu grupo do grupo parlamentar as preocupações que foram retiradas da Assembleia de Freguesia do Centro Histórico.

O Sr. Jorge Lourido referiu que em termos do tempo de intervenção do Público, pelo menos o relógio diz-lhe que ainda há 1 minuto e 49 segundos e há ainda outro pedido de intervenção, crê que seria mais lógico o Público falar naqueles 15 minutos e depois as intervenções da Assembleia.

O Sr. Presidente esclareceu que a ideia era reservar 2 minutos porque, sabendo a Mesa de que há mais pedidos de intervenção sobre outros assuntos, tiveram de reservar estes 2 minutos, não acertaram minutos, mas ainda estão disponíveis um minuto e 49 segundos para o outro assunto.

O Sr. Nuno Alas começou por saudar todos os presentes e informou que a posição do PSD relativamente aquele assunto não é nova, é de fazer cumprir a Lei que previa, de facto, a isenção nos Centros Históricos na sua totalidade e na sua abrangência, a isenção daquele imposto, e, naturalmente, embora de alguma maneira amputados pela representação que não têm em Évora, mas aquela questão não se coloca só em Évora, coloca-se a nível do País, e por esse mesmo motivo farão chegar, pelas suas vias, ao grupo parlamentar aquela preocupação. Reiteram contudo, e sem querer fazer ali "tiquetaque" com o ping-pong partidário, que há partidos com assento na Assembleia Municipal, e com acento na Assembleia da República, com capacidade de negociação para exigir ao Governo soluções concretas sobre estes assuntos, portanto, deixa ali aquele repto, que da parte do PSD, à partida, nem sequer há grande vontade do governo dialogar com o PSD, certamente com outros partidos, está a vontade para tentar resolver, senão no todo, em parte, o problema.

O Sr. Bruno Martins saudou todos os presentes e referiu que é conhecida a posição do Bloco de Esquerda e não irá, obviamente, utilizar o tempo para fazer qualquer tipo de propaganda, apenas para agradecer a exposição do Movimento de Defesa do Centro Histórico de Évora e informar que grupo parlamentar do Bloco de Esquerda já foi alertado para aquela questão e que se irá bater até às últimas consequências para a anulação daquela proposta por parte do Governo, que é absolutamente injustificável.

O Sr. Nuno Cabrita começou por saudar todos os presentes e disse que obviamente a Junta de Freguesia tem acompanhado aquele problema e está altamente preocupada, não só pelo facto próprio de que o Centro Histórico seja ou não mais beneficiado, particularmente por aquela norma, mas porque os Centros Históricos em princípio, classificados pela Humanidade, devem ter pelo menos alguma atenção da parte do Estado em relação à sua preservação, e o que acontece é o que vão

assistindo é, excetuando o período das campanhas, o interior está no estado em que está, em desertificação populacional tremenda, o Centro Histórico de Évora é o maior Centro Histórico do País, em termos absolutos, é o maior Centro Histórico, obviamente, se considerarem a região em que está inscrito, e, obviamente, que o Centro Histórico de Évora sofre aqueles problemas de uma de uma forma muito mais acentuada que outros Centros Históricos que estão integrados, por exemplo no Porto ou noutras cidades. A pergunta que se coloca naquele momento o que é que o Estado deverá ou não deverá fazer nada em relação aos Centros Históricos classificados, em relação à proteção do seu património, consideram que o estado tem que fazer muito mais do que diz, em determinados momentos, pelo interior, pelos Centros Históricos classificados, pelo seu património, pela sua cultura, não podem ser só palavras de circunstância, estão muito preocupados, obviamente, e vão continuar a acompanhar a situação. É evidente que, na opinião deles, independentemente das fórmulas que poderiam existir, ou não, de apoio e de interesse claro pelos Centros Históricos classificados, deixam ali uma nota, que lhes parece que é justa, a classificação mundial do Centro Histórico de Évora, como o do Porto e outros, não beneficia particular e exclusivamente os cidadãos que vivem no do Centro Histórico de Évora, beneficia toda a região, beneficia o País e, na verdade, tendo em conta a classificação do mês, até beneficia o mundo, e, portanto, continuam a pugnar que o Estado tenha em consideração que a classificação não seja apenas uma medalha que é colocada ao pescoço das autarquias, que em grande medida têm até aqui também pago esses benefícios, uma vez que o ressarcimento das autarquias a propósito destes benefícios não tem sido feito na forma como a Lei obrigara e, portanto, continuarão a lutar pelo desenvolvimento do interior e que aquilo não passe, aquela posição do Governo é uma posição que, em determinados momentos, até parece quase vingativa, não tem não tem explicação, é incompreensível, vai criar imensos problemas, porque é preciso também ter em conta que há cidadãos neste momento que, a partir do esclarecimento da Lei, foram pedir, por exemplo, as declarações à Direção Regional de Cultura e, aparentemente, agora não serviram de nada, andam a gastar dinheiro para nada, este ziguezague que o Governo tem feito, em relação aquela matéria, era bom que isso não acontecesse e pensa que mais uma vez é uma asneira que vai criar imensos problemas e não vai trazer benefícios a ninguém, muito pelo contrário, os valores que estão em causa são de facto ridículos, só pode ser uma teimosia, aparentemente não há razão nenhuma para isso, até aqui era um incumprimento da Lei, pura e simplesmente, e neste momento é esquecer que existe qualquer Lei de proteção a este Património, mais uma vez, este património beneficia todos e o Estado tem que ser a primeira pessoa a ter isso em consideração e, portanto, vão continuar a tentar alertar o Estado, por todos os meios, que as suas obrigações têm que chegar a este território mais no interior do País.

O Sr. Frederico de Carvalho saudou todos os presentes e agradeceu o esclarecimento que foi ali prestado, e dirigiu-se ao Movimento de Defesa do Centro Histórico de Évora, na pessoa do Doutor Andrade Santos, para reiterar o que já disse pessoalmente, que o CDS/PP, naturalmente nas instâncias próprias, nomeadamente no Parlamento, fará chegar o seu descontentamento, a sua indignação, perante a tomada de posição do Governo Socialista que, como ali foi dito, quase roça um ato vingativo por aquilo que os tribunais acabaram por tomar à revelia do que estava a ser feito anteriormente. Referiu que, salvo erro, em 2007 no mandato do antigo Primeiro-Ministro José Sócrates, houve a extinção da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a DGEMN, que foi incorporada na atual Direção Geral do Património Cultural e, nessa altura, começou a haver um grande acosso perante o património classificado, portanto, deixou de haver verbas específicas para esse tipo de Património e agora, então, têm mais uma vez, pelas mãos do Partido Socialista, mais um novo ataque ao Património classificado e edificado e acontece, inclusivamente, que estão a falar muitas vezes de Património que se localiza no interior do país que carece, como também já ali foi dito, de apoios e seria apenas e só uma medida paliativa, ainda assim era uma mensagem positiva que o Estado, que o Poder Central demonstrava às populações, que era fundamental acarinhar e valorizar o seu Património, neste sentido, obviamente, estarão sempre do lado do Movimento de Defesa do Centro Histórico de Évora e pela manutenção da isenção do IMI. Para terminar disse que a sua líder parlamentar já foi também informada desta comunicação, desta

posição do Movimento de Defesa do Centro Histórico de Évora e, naturalmente que, a breve trecho quando tiverem novidades farão chegar a quem de direito.

O Sr. Presidente informou que não se registam mais pedidos de palavra sobre aquele assunto, dando o assunto por encerrado, e perguntou se no Público havia mais algum cidadão que pretendesse fazer uma intervenção

O Sr. Pedro Branco começou por saudar todos os presentes e informou que gostaria de lançar ali, ainda neste ano, as sementes de uma homenagem, em forma de uma espécie de petição, mas não sabe se cabe nessa categoria administrativa, para uma pequena homenagem, que entregou à Mesa da Assembleia Municipal e solicitou que lhe deem o destino que entendessem. Aproveitou a oportunidade para convidar, desde já, todos os Membros e todos os Eborenses que se queiram associar aquela pequena homenagem, a petição chama-se "Uma rua para Sofia", neste ano em que se contam 45 anos passados desde o 25 de abril, celebra-se também o centenário do Nascimento da Poeta Sophia de Mello Breyner Andersen, a 6 de novembro. A Poeta Sofia sintetizou, como ninguém, aquele momento histórico do 25 de abril: "Esta é a madrugada que eu esperava, o dia inicial inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio e livres habitamos a substância do tempo", propõem que se atribua o seu nome a uma rua de Évora, de preferência com vista para o mar, se for difícil encontrar uma com vista para o mar, tem ali uma sugestão mas estão todos à consideração para depois darem o destino que entendam.

O Sr. Presidente perguntou ao munícipe se iria entregar um documento à Mesa e que pretende que seja distribuído pelos Membros da Assembleia, tenho o munícipe conformado, perguntou aos membros da Assembleia se querem, relativamente a aquele assunto, fazer alguma intervenção.

O Sr. João Canha disse que pensa que a Assembleia não deve ficar sem voz diante de uma proposta como aquela, e em seu nome pessoal, não em nome propriamente da bancada, agradece ao cidadão que em nome de outros cidadãos vieram fazer aquela proposta porque a poesia faz falta nas nossas ruas, como faz o mar, e, portanto, muito obrigado.

A Sra. Graça Grácio começou por saudar todos os presentes e informou que estão de acordo com a proposta, aliás, não podiam deixar de estar de acordo, pensa que ficará para as vias normais, portanto, para a comissão toponímia que, normalmente, é quem aprecia e delibera aquelas propostas relativamente aquelas questões, mas reafirma que não podiam deixar de estar de acordo com algo que os comove e os toca tão profundamente.

O Sr. Presidente verificando não haver mais pedidos de intervenção, informou que encerrou o período de intervenção do público e inicia a Ordem do Dia.

O Sr. Jerónimo José começou por saudar todos os presentes e disse que, antes de entrarem no Ponto da Ordem do Dia, queria informar que só recebeu na sexta-feira um ofício enviado pelo Senhor Presidente da Câmara e como aquilo entronca, digamos assim, no ponto que vão começar, quer algum esclarecimento prévio porque naquele ofício, no preâmbulo além do que vem na parte inicial, há uma parte que o deixa um pouco perplexo e, de certa forma, quer ter a certeza se é exatamente que está a interpretar, que é, "conforme acordado na sequência da reunião de 21/10, realizado na Junta de Freguesia para análise das prioridades de investimento e outras opções a realizar pela Câmara Municipal em 2020 e 2021, bem como da reunião Geral com as Freguesias realizada em 24/09, somos a explicitar a proposta do plano de ação para essa Freguesia que nos propomos assumir, após acordo dessa Junta de Freguesia, e a vossa viabilização do Orçamento e do Plano de Ações para 2020" e levantou logo a questão que o que lhe está a ser proposto é que vote o próximo ponto em função, única e exclusivamente no que ali vêm, sem analisar mais nada, se votar as obras são feitas, na se não viabilizar, individualmente enquanto Presidente de Junta, as obras não são feitas, será feita discriminação e penalização dos munícipes porque dependendo de quem

viabiliza e de quem não viabiliza, e se assim é, é um bocado estranho. Solicitou uma clarificação, se fosse possível, para, em consciência, poder analisar o ponto seguinte, porque entende que a sua verticalidade não pode ser colocada em causa por aceitar uma coisa que, aparentemente, parece quase uma coação e gostava que não fosse assim.

O Senhor Presidente esclareceu que, como compreenderá, a Assembleia Municipal, a Mesa, não tem conhecimento dessa correspondência trocada entre o senhor Presidente da Câmara e o senhor, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia dos Canaviais, e perguntou, face à questão colocada, se o senhor Presidente da Câmara poderia contribuir com algum esclarecimento para aquele assunto, antes de passarem ao ponto da Ordem do Dia.

O senhor Presidente da Câmara começou por saudar todos os presentes e disse que acha estranhíssima aquela figura que agora ali se criou, antes da Ordem do Dia e no âmbito da Ordem de Trabalhos, mas parece-lhe muito simples porque está em curso uma negociação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia que, naturalmente, poderá ter acordo ou poderá não ter acordo, é tão simples quanto isso.

O Sr. Jerónimo José referiu que depreendeu da conversa do senhor Presidente que a concretização daquelas obras estará dependente da sua disponibilidade para viabilizar, individualmente, o Orçamento ou não, foi essa interpretação que acolheu das informações.

O Sr. José Maria Figueira pediu para fazer um ponto de ordem à Mesa porque aquele assunto é para ser discutido no ponto 1 da Ordem de Trabalhos, não é para ser discutido previamente, que é para todos estarem em condições de intervir, se entenderem que devem intervir, senão estão ali a ter conversações bilaterais.

O Sr. João Canha pediu para fazer um ponto de ordem à Mesa, saudou todos os presentes e disse que entende que não devem entrar numa quezília a este propósito, mas tem ali uma curiosidade, que é saber se as outras Juntas de Freguesia também receberam todas um ofício idêntico, o Centro Histórico, a Horta das Figueiras ou Bacelo, se todas receberam um plano de viabilização e a proposta de viabilização do Orçamento, se todas receberam, se foi assim, é fantástico.

O senhor Presidente informou que para tratar o ponto 1, dá a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**.

1. **Opções do Plano e Orçamento para 2020.**

O senhor Presidente da Câmara disse que vai tentar ser sucinto, e começou com uma nota prévia, para informar que em finais de setembro, início de outubro, a reunião de Câmara convidou as forças políticas a poderem apresentar propostas para a elaboração das Opções do Plano e do Orçamento, e no início de outubro reuniram com todas as forças políticas no sentido de lhes transmitir aquilo que eram as linhas orientadoras das Opções do Plano e pedir, eventualmente, propostas e condições para viabilização das Opções do Plano e do Orçamento, até ao final de outubro. Fizeram essas negociações e, mesmo depois de outubro, foi possível, até há relativamente pouco tempo, prosseguir essas negociações no sentido de procurar que propostas e eventuais condições de viabilização das Opções do Plano e do Orçamento, fossem apresentadas pelas forças políticas, e relativamente a essa matéria, cada uma das forças políticas tomou posições próprias que, naturalmente, se refletiram, ou não, nas Opções do Plano e do Orçamento.
Informou, também, que há um texto numa proposta de alteração que refere o Pier de Monfurado, que o texto está não está correto, onde fala do Pier de Monfurado é umas das ações que está proposta, o texto correto é "proposta à Assembleia Municipal para revisão do Pier de Monfurado", é o texto correto da proposta.

Esclareceu que optaram por escolher o tema geral para a atividade do Município, para o próximo ano, as questões relativas ao ambiente sob o lema "Agir pelo ambiente, construir um concelho sustentável", que vem no seguimento de candidatura a Capital Europeia da Cultura, em que a Comissão Executiva já acertou que um dos pilares dessa candidatura é exatamente a questão das alterações climáticas e da sustentabilidade ambiental. Sublinhou que as questões do ambiente são preocupações do Executivo, desde o início do anterior mandato, e recordou que foram uma das primeiras Câmaras a avançar com uma estratégia municipal contra as alterações climáticas, que foi entretanto aprovada e está em aplicação, fizeram também propostas em defesa da propriedade e da gestão públicas da água e, por exemplo, da recuperação patrimonial e funcional do Aqueduto da Água de Prata que, aliás, está em curso.

Realçou que têm também, naquele momento, um conjunto vasto de projetos ambientais, que gostaria de salientar os que lhe parecem mais importantes, desde logo, os relacionados com as questões de eficiência energética e que têm estado a ser aplicados em vários pontos do concelho, o projeto de grande dimensão Internacional que é o POCITYF, que é uma parceria com a Câmara de Alkmaar, na Holanda, e que inclui mais de 20 entidades e empresas nacionais e internacionais, com o objetivo de testar novas tecnologias ainda não testadas, que poderão depois, se tiver êxito esse teste, ser replicadas para outras cidades da Europa, é um projeto aprovado pela Comissão Europeia na ordem dos 22.000.000 de euros, dos quais cerca de 9.000.000 de euros serão aplicados em Évora ao longo de 5 anos. Um outro projeto, os Laboratórios Vivos para a Descarbonização, e chamou a atenção de que já começou a ser aplicada a substituição das luminárias da iluminação pública, todas as luminárias do concelho, vão ser substituídas por luminárias LED, que permitem baixar os custos de iluminação e reduzir também o carbono que é despendido a este nível.

Informou que a elaboração das Opções do Plano e do Orçamento estão condicionadas porque ainda estão a estudar as propostas do Orçamento de Estado para 2020. Mantém-se uma restrição financeira que tem a ver com questões ligadas à dimensão da dívida e às obrigações que decorrem da situação económica e financeira do Município, uma restrição económica que pretende consolidar o equilíbrio económico e financeiro do Município, que foi atingido no final de 2018, mas, como sabem, teve um problema com a imposição da devolução de 2.000.000 de euros de IMT, durante o presente ano, e ainda uma questão que entretanto, desde a última Assembleia para cá, já está resolvida, que tem a ver com o pagamento do PAEL, subsistindo apenas agora, e esse é o próximo objetivo, que o Governo retire a Declaração do Município em Desequilíbrio Financeiro Estrutural, que foi declarado em 2013, e que pretendem agora que seja retirado para que o Município possa retomar a sua atividade económica/financeira normal. Referiu uma outra condicionante tem a ver com o Plano de Saneamento Financeiro, que têm vindo a cumprir e que tem permitido assegurar contas municipais saudáveis.

Referiu que o enquadramento Internacional e Nacional, em termos económicos, tem muitas incertezas, recordou as questões do Brexit, do confronto económico entre os Estados Unidos e a China, confronto essencialmente comercial, mas também dos Estados Unidos com a União Europeia, e, enfim, internamente espera-se uma melhoria, ainda que curta, da situação económica e social em Portugal, sendo que alguns problemas estruturais é previsível que se mantenham, como é a questão da pobreza, de baixos salários, de reformas, de prestações sociais, problemas da distribuição da riqueza e, mais recentemente, os problemas de acesso à habitação. Em Évora espera-se que a economia local continue a crescer, que aumente a criação de postos de trabalho, infelizmente a maior parte dos postos de trabalho, são postos de trabalho que são criados precariamente, bem como se espera alguma melhoria dos rendimentos, ainda que a proposta de Orçamento de Estado aponte para uma perda de poder de compra dos funcionários públicos, uma vez que a proposta de atualização é abaixo do valor de inflação.

Salientou algumas das principais linhas de ação das Opções do Plano e do Orçamento, começando pelo investimento significativo, investimento estruturante significativo, salientando a revitalização do Centro Histórico, com o Plano Estratégico, destacando a conclusão da obra de requalificação do Palácio do Manuel, com o Centro Interpretativo da Cidade, num investimento de 1.300.000 euros, a obra de renovação do Salão Central, que vai iniciar-se no próximo ano, num investimento de 2.000.000 e meio de euros, a requalificação do Teatro Garcia de Resende, com o estacionamento

atrás, que já se iniciou, no valor de 1.000.000 e meio de euros, na área de Educação destacou a Escola Manuel Ferreira Patrício, para resolver, finalmente, o problema das infiltrações e a Escola de São Mamede, entre outras, num investimento global de mais de 800.000 euros, na área do Ambiente, já referiu um conjunto de projetos ambientais, na área Económica, a aquisição de terrenos para expandir o PITÉ e uma nova acessibilidade, que permitirá também disponibilizar novos lotes no valor de 1.400.000 euros, a conclusão da Zona Industrial de S. Sebastião e o início da zona industrial Nossa Senhora de Machede. Realçou a área Social, onde se prevê resolver um conjunto de obras que estavam paradas há décadas, como é o caso dos Centros de Convívio de S. Miguel de Machede ou do Bairro de Santo António, e, ainda, o Centro de Convívio de Reformados da Horta das Figueiras e da Malagueira. Como segunda prioridade, a área da Higiene e Limpeza Públicas, com um programa global que inclui investimentos em equipamentos, em contratação de pessoal, a reorganização de serviços, em campanhas dirigidas a produtores de lixo, e a novas formas de abordar estas questões, que os têm preocupado, sobretudo, nestes últimos anos. Em terceiro lugar, também estão previstos, e serão concretizados, vários investimentos e outras ações nas freguesias, em todas as freguesias, os quais têm vindo a ser, aliás, discutidos com as Juntas de Freguesia.

Informou que se vai prosseguir um programa de renovação e modernização do Município, com uma particular atenção, naturalmente, às finanças locais, e, uma das questões que tinham na dúvida e têm ainda na dúvida, tem a ver exatamente com a questão do IMI, como é sabido, havendo isenções de impostos, sejam eles quais forem, a Lei diz que as Autarquias devem ser ressarcidas por essa isenção de impostos. Acontece, porém, que não se conhece, em nenhum caso, em nenhuma altura, algum Governo que tenha alguma vez ressarcido alguma Autarquia da isenção de impostos, e, daí a sua preocupação relativamente a aquela matéria, contudo disse que consideram que é justa, uma vez que está prevista, no caso do Centro Histórico de Évora, no âmbito da Lei do Património Cultural e do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Salientou que a cultura se mantém como a vertente estratégica do desenvolvimento, o ano de 2020 é o ano onde se aplica o modelo participativo e, portanto, em que há uma abertura à população, às instituições, da elaboração da candidatura a Capital Europeia da Cultura. Na área económica, preveem, como disse, que haja uma continuidade do crescimento com atração de novos investimentos, como têm conseguido, criação de novos postos de trabalho, uma aposta na formação, e recordou que têm tido alguns problemas, nomeadamente, com a falta de mão-de-obra qualificada e com problemas de instalação dos novos trabalhadores. Na área Social, destaque particular para o Programa Integrado de Apoio Social e a intervenção na área da habitação social, através, sobretudo, da Habévora, mas não só, aliás, um dos planos vem à Assembleia Municipal tem a ver com o Plano Local de Habitação, a Estratégia Local de Habitação e a definição das ARUS nas zonas rurais. Na área do Desporto, chamou a atenção para o papel, que querem continuar a reforçar, do Complexo Desportivo Municipal que, em 2019, deverá ultrapassar os 100.000 utentes, o investimento nas Piscinas Municipais que está a ser feito e que tem como objetivo, não apenas de as modernizar mas também de poupar água, reutilizando a água, com obras vão poupar 44.000 m³ de água por ano, e, naturalmente, prosseguir um conjunto de outros eventos, já com algum significado, como é o caso da Meia Maratona. No âmbito da Juventude, foi feito o diagnóstico juvenil pretendem avançar para o Plano Municipal da Juventude, e esta atividade vai continuar em crescendo, com a participação do Conselho Municipal da Juventude. Na área do Ordenamento do Território, estão em curso os trabalhos de revisão do PDM e do Plano de Urbanização, bem como da criação das ARUS nas freguesias rurais, que será apresentado na reunião da Assembleia Municipal.

Salientou a importância e o peso que tem tido a Gestão Urbanística, face à pressão que tem sentido. Na área da água e do saneamento, continuam a não ter financiamentos para poderem fazer intervenções significativas nas redes em baixa, não é um problema apenas de Évora, é um problema de todo o país, mas é um problema que é muito sentido, naturalmente, e continuarão a procurar que se encontrem soluções para que se possam fazer a breve trecho investimentos em baixa. Nas áreas da proteção civil e da segurança, onde têm tido um bom desempenho, querem continuar.

Quanto aos problemas que têm tido no Município, já tinha falado no caso das questões do acesso à habitação, da falta dos qualificados, da falta de formação, e da falta de verbas para poder melhorar as questões da rede viária, e outros investimentos que são importantes, continuam a não ter

financiamentos nestas áreas. Sobre o Plano Local de Habitação, Estratégia Local de Habitação, pretendem sobretudo responder àquilo que são os desafios das chamadas "novas políticas de habitação", têm dúvidas sobre qual vai ser o financiamento, que lhes parece muito reduzido e curto para aquilo que é proposto, mas estão à espera do que lhes poderá trazer o Orçamento de Estado, relativamente a esta matéria. Continuarão a intervir também em projectões estruturantes para o Concelho, nomeadamente, relativamente à construção do Hospital Central do Alentejo, em que continuam a disponibilizar-se para colaborar com as entidades governamentais envolvidas, não apenas para assegurar a construção do Hospital, mas também para que aquilo que ainda não está resolvido, que é a questão das acessibilidades, das infraestruturas e de outras situações à volta delas, por exemplo, em relação com a escola de enfermagem, por aí fora, possam ser estudadas e ultrapassadas. A questão da ligação ferroviária Sines-Évora-Espanha, em que é necessário garantir o terminal de mercadorias em Évora, para servir a cidade e a região, e minimizar os impactos do atravessamento com base no trajeto que foi escolhido para o seu uso. Ainda a necessidade de se retomarem as obras do IP 2, é uma situação que afeta de uma forma muito grave a cidade, o interior da cidade, e até o hospital, e daí a importância de se retomarem as obras do IP 2, e de se equacionar, também, a breve trecho, a variante norte à cidade.

Em relação ao Orçamento, disse que desde 2013 é a primeira vez que o Orçamento aumenta e aquele aumento do Orçamento decorre de 2 situações, em primeiro lugar, do aumento do financiamento das Candidaturas de Fundos Comunitários, e, em segundo lugar, também da questão que foi causada pela devolução do IMT, que fez que a dívida transitada, de um ano para outro, aumentasse, supondo, como já disse em reunião anterior, que aquela situação possa ser regularizada no primeiro semestre de 2020.

Relativamente às questões relacionadas com o estudo da Transferência de Competências que lhes poderá vir a ser imposta em 2021, e que têm que durante este ano avaliar, dado que os valores que já lhes chegaram, por via do Governo, são valores absolutamente irrisórios face às necessidades, nomeadamente, na área da Saúde, da Educação, são os valores que já lhes chegaram, não têm ainda conhecimento de outras transferências a fazer.

Assinalou que, como foi compromisso deles, iniciaram neste Orçamento a diminuição dos impostos, e por isso propõem já uma redução do IMI, já tinha sido reduzido ponto 5 para ponto 45, propõem agora uma redução para ponto 44, de forma a que, ao longo dos próximos anos, possa, de uma forma sustentada, garantir a redução dos impostos, do IMI e também, já está proposto, a redução da Derrama para as micro e pequenas empresas. Estão ainda a estudar, como disse, o que é que decorre do Orçamento de Estado, nomeadamente, quanto ao cumprimento da Lei das Finanças Locais, que é algo absolutamente essencial, mas que ainda não conseguem, naquele momento, dizer o que é que se prevê. Realçou que apesar de ser um Orçamento e Opções do Plano ambiciosos, têm condições para poder aplicar e que, conseguindo aplicá-los, dão um contributo que lhes parece importante para que haja uma maior e melhor qualidade de vida em Évora, para garantir o desenvolvimento do concelho, e para que possam também contribuir para que haja desenvolvimento na nossa região, no Alentejo.

O senhor Presidente referiu que fica à consideração da Assembleia a proposta da Câmara, relativamente às Opções do Plano e Orçamento para 2020, perguntado se algum eleito pretende intervir.

A Sra. Florinda Russo saudou todos os presentes e solicitou que o senhor Presidente esclarecesse ali algumas das situações das propostas que lhe enviou, porque espremendo tudo aquilo, não consegue perceber, realmente, o que é que pretende fazer na Freguesia, e começou pela questão, principalmente, da água, que já é do conhecimento de todos, pelo menos para si desde 2013, e a proposta em relação aquela situação é "em 2020 intervenções de minimização da qualidade da água" e ficou a pensar, o que será feito, porque aquilo que tem sido feito é tentar culpar os habitantes, de quem tinha poços ou furos, e tentar até aplicar uma coima, depois tem sido a situação de tirar pressão da água, que a população já praticamente quase toda substituiu o esquentador por um termoacumulador, porque não consegue ter pressão na água suficiente para utilizar o esquentador,

e pode dizer que na sua casa se abrir uma toneira, ninguém mais pode abrir, por isso é o estado em que está realmente a água em São Manços. Por isso ficou só por esta questão, porque realmente não acreditando naquela que é prioritária, não acredita em qualquer uma outra, porque aquela já vem de 2013.

O Sr. Frederico de Carvalho disse que tem, para já, 2 questões muito rápidas para colocar o seu Presidente do Executivo, uma sobre a questão das intervenções nas Escolas Básicas do Concelho, que falou em intervenções de monta, pareceu-lhe assim, na Escola Manuel Ferreira Patrício e na Escola se São Mamede, perguntou se há intervenções previstas em mais alguma Escola, pode-lhe ter passado, mas se fosse possível esclarecer sobre aquela questão, outra sobre a questão dos terrenos adquiridos para aumento do Parque Industrial, perguntou se está previsto a compra e a disponibilização de terrenos, para outras áreas que não sejam propriamente para a questão industrial, nomeadamente para habitação, ou seja, óbvio, naturalmente, para a construção a custos controlados.

O Sr. Nuno Alas referiu que gostaria de fazer uma apreciação ao documento quer às Opções do Plano, quer ao Orçamento Municipal, que o senhor Presidente acabou de apresentar, e também compor o historial da posição de voto do PSD e daquilo que têm feito, naturalmente, que o vereador deles apresentou um conjunto de propostas, algumas com algum sinal de acolhimento da parte da Câmara, outras sem esse mesmo sinal, o que mereceu o voto contra em reunião pública de Câmara. O senhor Presidente da Câmara, tal como fez com os outros Partidos, convidou a bancada do PSD a apresentar propostas, entenderam não o fazer porque o PSD só existe um, aquele que está na Vereação, aquele que está na Assembleia Municipal, e as propostas que trazem, naturalmente, são discutidas previamente e nos respetivos órgãos partidários. Alguns aspetos que denotam como importantes naquele Orçamento e o naquelas Opções do Plano, embora com o crescimento daquele Orçamento, a aproximação significativa daquilo que é a despesa com a receita, e da importância que revela para as contas do Município, naturalmente saudando o fim do Programa de Apoio à Economia Local, que vai possibilitar a redução do IMI, e de outros impostos, mas realmente foi um instrumento, embora todos o odiem, mas foi um instrumento indispensável para esta recuperação económica e financeira. Não tem o senhor Presidente como uma pessoa gastadora, só porque lhe apetecer gastar, mas aquele garrote que foi colocado às autarquias, permitiu que elas não gastassem o dinheiro que, habitualmente, estavam habituadas a gastar, naturalmente com alguns problemas que isso possa ter trazido. Naturalmente um sinal positivo a liquidação do PAEL, um sinal negativo àquilo que o senhor Presidente não esperava e que voltou a acontecer, ter que devolver 2.000.000 de euros por via das isenções de IMT, que foram atribuídos aos fundos imobiliários. Uma apreciação mais global ao documento disse que, às vezes, no preâmbulo do documento mais parece o programa do PCP à Assembleia da República, do que propriamente o programa municipal, porque a questão da regionalização, a questão da reposição das freguesias, portanto, anteriores a 2013, a questão da contestação ao tratado orçamental, ao plano de estabilidade e crescimento, portanto, é a tónica no preâmbulo daquele documento que é, naturalmente, aquilo que o PCP defende nas suas eleições, embora também reconheçam que, comparado com o que foi em 2013 ou 2014, era o PSD e o CDS governo, estas afrontas que o senhor Presidente faz ao atual governo são brincadeiras, comparando com aquilo que existia na altura. Referiu duas premissas que consideram, ainda assim, que se mantém há muito tempo, embora baixando, de alguma maneira, os impostos, irão votar isso a partir do proposto que são aprovadas as propostas de redução do IMI e da redução da derrama, muitos impostos e projetos adiados de anos, Salão Central Eborense, Teatro Garcia de Resende, a repetição de projetos que não foram executados, e mantendo uma elevada taxa de execução dessas mesmas receitas. Alguns aspetos que consideram importantes nas propostas, e identificou por Programas, de forma a ser mais fácil identificar. Programa "Instalações Municipais", que foi objeto da campanha do senhor Presidente em 2013, e julga que retomou em 2017, trazer os serviços técnicos do Parque Industrial para os Paços do Concelho, ou para algum edifício a recuperar, continua por concluir essa mesma promessa, e não se evidencia nem verbas a que assegurem aquela mesma medida. Referiu também que, na Avenida São João de Deus, que ainda é uma estrada nacional que é atravessada com os problemas que todos conhecem, porque ela separa 2 Hospitais, ou 2 edifícios do mesmo

Hospital, permanecem instalações da Câmara Municipal, junto à muralha, onde são aguardados os camiões do lixo, entendem que é tempo de acabar com essa indignidade, a muralha merece mais do que os carros do lixo que ali estão, e de algumas obras que julgam até que sejam ilegais, existem empenas em tijolo que não foram rebocadas, que continuam inacabadas, e que em nada dignificam aquilo que são as instalações municipais e que a Câmara pode e tem o dever de recuperar. Mais à frente no matadouro, que julga também ser propriedade da Câmara, consideram ser incompreensível a existência de um telheiro que foi lá feito, em chapa ou qualquer coisa do género, em cima da muralha, que é uma coisa que têm dificuldade em perceber. Programa "Equipamentos" saúdam, naturalmente, o investimento feito nas unidades de higiene e limpeza, é preciso reforçar, de facto, algo que há muitos anos em Évora estava a falhar, esta área da higiene e da limpeza. Programa do "Reequilíbrio Económico e Financeiro", o senhor Presidente continua a insistir neste Executivo, na saída do sistema das águas como um fator indispensável pelo reequilíbrio económico e financeiro, embora isso pudesse ser verdade, a decisão não está só do lado da Câmara de Évora, e, portanto, a decisão está num conjunto mais vasto e de uma decisão que implica mais autarquias e também o Governo, para poder contar com este fator para equilibrar as contas do saneamento, ainda assim embora queira sair, o que é verdade é que aquele documento, aquele orçamento apresenta um aumento do preço da água de 11,2% que os Eborenses vão ter que pagar mais este ano. Programa de "Revitalização do Centro Histórico", esperam que, de facto, aquele seja o ano das obras que estão por arrancar há tantos anos, e que não tem arrancado, Salão Central Eborense, Teatro Garcia de Resende, portanto, todas as obras previstas no Programa de Regeneração Urbana, financiados através do Alentejo2020. Programa de "Turismo", como disse ali senhor Presidente da Junta de Freguesia do Centro Histórico, é de facto um fator diferenciador de Évora, porque senão era uma cidade como qualquer outra, se não tivessem esta "joia da coroa" que traz o turismo e esta diferença identitária, no Programa do Turismo, quer no orçamento, quer nas ações que se propõem, não existem praticamente euros nenhuns para qualquer ação, para rever a sinalética que tanto faz falta no Centro Histórico, para desenvolver um sistema de informação e de interpretação do património, dos monumentos avulsos na rua, para a promoção turística, quer nos territórios nacionais quer nos territórios internacionais, portanto, se este é de facto um fator de diferenciação o Centro Histórico, têm que se o preservar, embora com a participação dos privados na recuperação do património, estimular a sinalética, o mobiliário urbano, a informação interpretativa do património dos monumentos, coisa que a autarquia não se propõe nestas Opções do Plano para 2020. Programa de "Infraestruturas de apoio ao Desenvolvimento Económico", saúdam, naturalmente, o investimento no Parque Industrial, no PITÉ, com o aumento da área e vontade da Câmara da concretização da segunda fase do programa do PACT, relativamente ao parque industrial, ou à zona industrial, de Nossa Senhora de Machede, vêem vontades da Câmara, escritas, mas depois têm 0 euros, praticamente, correspondentes, se não é zero é qualquer coisa parecida, no Orçamento Municipal, portanto, não existe uma correspondência efetiva entre aquilo que é a vontade da Câmara e o dinheiro, naturalmente, que é necessário para o fazer. Programa de "Dinamização Económica", propõem-se concluir a discussão sobre a Feira de São João, e perguntou se discussão já começou, pelo menos ali, com os partidos na Assembleia Municipal, não começou. Programa "Educação Pública para a Cidadania e Desenvolvimento", pugnar pela Cidade Educadora, recordaram que a Câmara demitiu-se de ter um papel mais interveniente naquilo que diz respeito à Educação, nomeadamente rasgando parte do acordo com o Ministério da Educação, e lamentam que este meio abandono depois seja visível, e em manifestações de grupos parlamentares e com líderes parlamentares do partido, nomeadamente do PCP, à porta da André de Gouveia, como quem dizendo "agora que passamos o problema para lá, podemos erguer o punho para reivindicar", apesar disso, dão ainda como boa nota, algum investimento, que garantiu, para as escolas básicas deste mesmo Conselho, e dão boa nota dessa mesma vontade da Câmara fazer aqueles projetos. Programa de "Qualificação da Rede Viária", a verba, na perspetiva deles, o senhor Presidente também o reconhece, é manifestamente insuficiente para o que é que seja, permite tapar a meia dúzia de buracos com alcatrão, e não permite fazer mais nada, mesmo a recuperação da variante que estava feita na zona do AKI, que foi alcatroada novamente, tudo o que está a montante desse mesmo troço, está a necessitar de intervenção, e parece-lhe que aquele dinheiro que ali está nem para isso servirá.

A questão da variante nascente, é verdade que a caducaram os direitos de expropriação da Câmara, o Partido Comunista Português, se não está em erro, há pouco tempo apresentou uma moção para a conclusão do IP 2, diria que o Governo tem esse dever de fazer, concluir o IP 2, agora que o país até vai ter "superavit", quando há uns tempos tinham défices de 8% e 9% ,e ainda bem que pugnam também por isso. Programa "Ambiente", o projeto do Aqueduto das Aguas de Prata, do ponto de vista do projeto e da fatura da água de pagar às Águas de Lisboa e Vale Tejo, naturalmente que é um bom projeto porque vai baixar a fatura da água, em termos ambientais não lhe parece que traga significativas melhorias, porque deixam de comprar água que sai nos canos, para gastam águas de furos estão a ser feitos e vão ser transportados através do Aqueduto das Aguas de Prata, ainda que perceba que essa redução de fatura é importante, do ponto de vista ambiental talvez seja mais importante, no que diz respeito às regas, rever toda a lógica da arquitetura paisagística dos nossos jardins, por forma não terem consumos tão excessivos, e por forma a não terem de utilizar águas de furos para regar esses mesmos. Projeto POCITYF, dão sinal positivo e saúdam a iniciativa e esperam que Évora não passe do laboratório, mas que seja, de facto, um exemplo expressivo da aplicação de tecnologias inovadoras que implicam a redução da nossa pegada ecológica. Programa "Assegurar a limpeza, Reciclagem e Higiene Pública", nas Opções do Plano define a meta da recolha seletiva de 48 kg por habitante, na área da reciclagem, o que é que a Câmara vai fazer nesta área, vai mudar o regime de recolha, vai aumentar a rotatividade dessa recolha, vai fazer campanhas de sensibilização juntamente com a GESAMB, o que é que a Câmara vai fazer para alcançar esta meta dos 48 kg por habitante. Referiu que para já ficavam aquelas apreciações, sendo que o PSD apresentará ali uma Declaração de Voto da parte da bancada do PSD, e por não ter acolhido muitas das propostas deles, naturalmente, não se sentiram bem a aprovar aquela mesma proposta, que lhes apresentou ali.

O Sr. José Figueira disse que sobre aquela proposta das Opções do Plano e do Orçamento, queriam deixar um registo do esforço que o Executivo Municipal fez, no sentido de acolher as propostas apresentadas, pelas diferentes forças políticas representadas na Assembleia Municipal, como contributos para as Opções do Plano, e querem desde já afirmar que irão, obviamente, votar favoravelmente as Opções do Plano e o Orçamento. Registam efetivamente, embora havendo um ponto sobre isso, a proposta do Executivo de redução do IMI, assim como foi referido na última Assembleia Municipal, da redução da derrama para as micro e pequenas empresas, e registam igualmente, também, como um fator extremamente clarificador e transparente da gestão do Executivo da Câmara Municipal, o anexo que lhes foi remetido com as grandes Opções do Plano, sobre as notas explicativas das rubricas dos "outros", constantes na proposta do Orçamento que lhes foi apresentado. O senhor Presidente já falou sobre aquele Orçamento e o seu crescimento, comparativamente com 2019, estão a falar em termos absolutos de mais 4.000.000 de euros de orçamento, o que quer dizer, um crescimento de 7,4%, embora as despesas correntes, comparativamente com o ano que está a decorrer, têm tão-somente um aumento de 2,6%. Registam, também, que as despesas com pessoal, comparativamente aquele orçamento, decresceram de 37% para 33,8%, e em termos absolutos houve um decréscimo de 300.000 euros. Gostariam de saber, em face das necessidades que o Executivo Municipal tem sobre estas questões, e tendo aberto alguns concursos, nomeadamente estão a falar da higiene urbana, estas diminuições de despesas de 300.000 euros, a que a que se deve. Como fator extremamente positivo, e já foi ali referido pelo Senhor Presidente, gostariam de deixar uma nota bastante positiva sobre os investimentos que o Município vai fazer na área da Educação, não só na reabilitação do Parque Escolar, onde está nos investimentos uma dotação de 424.000 euros para a Escola Ferreira Patrício, 226.000 euros para a conservação do parque escolar, e, também, 36.000 euros para projetos no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Alentejo em infraestruturas educativas, se juntarem a estes 986.000 euros de investimento, os 960.000 euros que estão previstos nas atividades municipais no Programa "Évora Solidária, Educação Pública" em que para a manutenção do Parque Escolar estão 16.000 euros, apoios ao funcionamento das Escolas 50.000 euros, Ação Social Escolar 30.000 euros, fornecimento de refeições do Primeiro Ciclo e Pré-Escolar 278.000 euros e transportes escolares 548.000 euros, estão a falar de um investimento para o Ensino e para a Educação Pública na ordem dos 2.000.000 de euros, e não podem deixar de registar aquele compromisso com a Educação e com o

desenvolvimento educativo das nossas crianças. Como já foi dito pelo Senhor Presidente, o investimento na área do Ambiente, que é, ao fim ao cabo, o lema das Opções do Plano, "Agir pelo Ambiente, construir um Concelho Sustentável", destacou o investimento para o ano de 2020, de cerca de 1.500.000 euros, e que dentro deles estão, 170.000 euros para aquisição de contentores, 100.000 euros para aquisição de contadores de água, 182.000 euros para a remodelação de redes de água e 40.000 euros para a ETAR das Carvalhas, ou seja, para a água e tratamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, sem contar com eventuais aquisições de equipamentos e transportes, está previsto um investimento de cerca de meio milhão de euros, ou seja 34% dos investimentos desta área do 1.500.000 euros. Destacou também como importantes, como já foi referido, a questão do da aquisição de solos para a expansão da zona industrial de 600.000 euros, para infraestruturas mais 780.000 euros e o investimento de mais de 200.000 euros no Aeródromo de Évora, ou seja, podem dizer que estão ali a falar de 1.600.000 euros de investimento na área Económica, do Desenvolvimento Económico do Concelho. Referiu que,, ainda que haja um ligeiro aumento das tarifas de água, nomeadamente, para os consumidores com maiores consumos das tarifas de água, disse que, o deve e o haver das despesas que o Município tem, e das receitas que tem, o saldo é zero, na medida em que eles são todos absorvidos pelos cerca de meio milhão de euros dos investimentos que referiu, nos contadores da água, nos contentores dos lixos, na melhoria das redes de água, na ETAR das Carvalhas, e podem dizer também nos equipamentos de transportes nesta área. Consideram, que, num quadro atual em que se saiu do garrote do PAEL, em que ainda estão sobre o Plano de Saneamento Financeiro, que há um esforço, por parte do Município, em responder às necessidades prementes do Município, do Concelho de Évora, e, por isso, mais uma vez, como disse de início, irão dar o voto favorável.

O Sr. Adelino Fonseca saudou todos os presentes e disse que, obviamente, que apreciaram os documentos que lhes foram propostos, as Grandes Opções do Plano de 2020 e também o Orçamento, e dessa apreciação, ainda que tenham tido cuidado na mesma, permitiu-lhes concluir e, gostaria de desenvolver o raciocínio de acordo com aquilo que lhe parece mais relevante ali trazer. A segunda condicionante, e, portanto, não é no contexto da introdução que o senhor Presidente apresentou nas Grandes Opções do Plano, mas a segunda condicionante, para eles, perdeu oportunidade, decorridos que estão 6 anos de governação CDU, primeiro pela ausência de investimento, desculpando-se com a dívida herdada, ausência, essa responsável pelo marasmo e nula dinâmica económica que entretanto se verificou, não têm dúvidas que concorda com eles, que 6 anos são suficientes para a gestão da dívida, perdendo todo o sentido de vir ainda invocá-la como condicionante seja a que título for, ou não será verdade senhor Presidente. A terceira condicionante, deixou de ser condicionante, quando afirma que o equilíbrio financeiro e económico foi atingido 2018, concorda certamente com eles, senhor Presidente, que esta condicionante é inexistente, e sendo o documento em apreciação, um documento Público, deve ser retirado, pois conduz a enganos que não podem ser induzidos. Refere ainda a devolução de 2.000.000 de euros de IMT, mas é preciso explicar que não tem reflexo em 2020, como faz entender, pois aquele montante não foi devolvido à entidade tributária, mas deixado de ser recebido, foi por conta corrente, porque afetou, e tanto quanto é do conhecimento deles, ele foi retido na totalidade em 2019, portanto, implicando menos receitas para o Município, o que o que implica que qualquer boa gestão perante um desvio orçamental deve produzir as medidas corretivas que se impõem, e era é isso que devia ser feito certamente, ou se não foi, deveria ter sido feito. A quarta condicionante, trata-se de um acontecimento político e que deve ser tratada em sede própria, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, e entendem-na como mais uma referência indutora de erro de interpretação, com reflexo na visão dos Munícipes, para a incapacidade de governação do Concelho pelo Executivo CDU. No último parágrafo, na página 10, quando afirma que é face à muita positiva evolução financeira, continuará a expandir a capacidade de concretizar investimentos estruturantes, diga-lhes senhor Presidente, qual foi o investimento estruturante ou não estruturante, que realizou nos últimos 6 anos da sua gestão, e do seu Executivo CDU, que lhe permita afirmar "continuará", concorda connosco que está desprovida de verdade tal afirmação. Sobre o enquadramento, considerações de análise política Europeia, Nacional e Local numa perspetiva negativista, da qual discordam, sendo que não refutam o propósito do Executivo

CDU continuar a dialogar e a apresentar propostas junto do Governo Central desde que as mesmas sejam orientadas para a colaboração mútua, ou seja, para a solução, e não como arma de arremesso política que os ministros, em particular, o concelho e a região em geral, são os grandes prejudicados. Manter aquela análise significa não ter do PS uma decisão de viabilidade para as Grandes Opções do Plano 2020. Évora participativa, o Partido Socialista não se revê no modelo desenvolvido por se tratar basicamente de marketing político, com objetivos exclusivamente políticos, com vista à manutenção do poder, longe da democracia participativa que refere, concorda connosco senhor Presidente que a democracia participativa, tal como se entende, a partir da retórica constante do documento não serve as populações nem responde aos seus anseios. Renovar o Município, tudo retórica, vejamos, a título de exemplo, o programa "Pelos caminhos do Concelho", os Presidentes de Junta apresentaram, à terceira ou à quarta visita, os mesmos problemas que apresentaram na primeira visita, isto é um facto. Sabe que nos 6 anos decorridos de governação CDU, tenha tido solução executada, salvo raras exceções, como não podia deixar de ser, se assim já é caricato imaginem se não houvesse uma outra exceição. Quanto às Comissões Municipais, a Comissão Municipal de Economia e Turismo reuniu em 2018, 29 do 5, para apresentar e aprovar a metodologia e funcionamento da mesma, ainda 2018 foi agendada uma nova reunião para 17 do 12, tendo cancelada a sua realização, tinha como plano principal a apresentação das GOP 2019, em 2019 foi agendada uma reunião para 25 do 3, para apresentação das GOP 2019, mas não se realizou por falta de quórum, e esta falta de quórum tem a sua razão de ser, é que uns foram convocados com ima hora e outros para outra, foi comunicado aos presentes que seria realizada, ainda em junho, correspondente ao primeiro semestre e por um membro do executivo e outra em outubro e novembro correspondente ao segundo semestre, até ao momento não aconteceu nada, como pretende considerar os pareceres e propostas para a ação Municipal, como afirmam no documento, não será este malabarismo, ilusionismo ou mágica. Solicitaram uma explicação para esta incapacidade de gestão, aproveitando para os elucidar sobre a otimização de eficácia, relação entre o efeito da reestruturação e os objetivos pretendidos da reestruturação de serviços, neste caso concreto. Sobre a Transferência de Competências, afirmar que é ignorado o princípio da subsidiariedade é desconhecer tal princípio, e faltar à verdade aos Munícipes, considerando que estão a avaliar proposta de documentos públicos, com a relevância máxima para a boa governação do Concelho em todas as vertentes, económicas, sociais, educativas, culturais, etc., importa lembrar que numa leitura constitucional do princípio, artigo sexto número 1, da Constituição da República Portuguesa, este tem uma dimensão interna enquanto quadro regulatório entre os poderes, quer dizer que os assuntos que podem ou devem ser resolvidos ao nível das autarquias não devem ser resolvidos pelo Estado, importa aqui o assegurar da aproximação do poder decisório aos cidadãos, conclusão, não é verdadeira a afirmação que faz de que se verifica um incumprimento do princípio da subsidiariedade. Modernizar a Câmara com a cultura de Serviço Público, puro lirismo, se o modelo organizacional tem importância, nuclear são recursos humanos disponíveis e as lideranças dos mesmos, a sua adequada afetação, a conjunção de tecnologia com novas competências, motivação dos trabalhadores, novos modelos de gestão em prol da satisfação dos clientes, que no caso dos clientes internos e externos que no caso são os munícipes, os visitantes, os investidores externos, etc., pelo que precisamos de trabalhadores públicos e líderes capazes de ler os sinais e encontrar novas soluções, o que não foi o objetivo da reestruturação implantada pelo executivo CDU, não se reveem nesta matéria. Em relação ao estado calamitoso das Finanças Municipais, que afirma não lhe permitir financiar as atividades de investimento, bem como alegar a imposição de maximização das taxas, tarifas e preços a aplicar aos munícipes, lembram que a dívida herdada da gestão comunista em 2001, cifrava se em mais ou menos 35,5 milhões de euros, que a regularização do PAEL não aconteceu mais cedo por vontade exclusiva da CDU, tendo-se obrigado agora por força da imposição da negociação do PS para a regularização, por contrapartida, da viabilização das Grandes Opções do Plano de 2019, é um facto senhor Presidente, concordará senhor Presidente que vir falar de heranças no tempo presente, é afirmar o despropósito de insustentabilidade da tese que pretende defender a inércia, o marasmo e desleixo deste Executivo, na prossecução do desenvolvimento e crescimento do concelho de Évora. Évora Criativa, afirma-se que a programação e animação do Centro Histórico está consolidada, como se pode fazer tal afirmação se não é

conhecido o Relatório de Execução nem o Relatório Financeiro do mesmo, Prestação de Contas, desconhecendo-se ainda se houve avaliação e analise dos resultados obtidos, pois também a componente de avaliação é desconhecida, à semelhança do diagnostico da prodição, das fontes de financiamento e orçamento previsional. Considerando que as verbas significativas se encontram registadas em rúbricas desiguais "outra", está tudo dito, falta de transparência na aplicação do erário público. Se juntarem o que afirmaram no primeiro parágrafo com o que dizem no segundo, com coerência não podem ser favoráveis a uma gestão assim formatada. Afirmar Évora como Património, Cultura e Ciência, afirma a CDU ser a grande prioridade estratégica do Mandato. Então vejamos, no Programa de Recuperação do Centro Histórico no que respeita à animação, estão conversados, no que diz respeito ao Programa de Regeneração Urbana, consultado o Plano Plurianual de Investimentos, não conseguem vislumbrar, terá que o senhor Presidente os ajudar neste conhecimento e nesta apreciação, concordará que a estar contemplado e tratando-se de intervenções estruturantes, devia a sua indicação ser clara e transparente, mas que tal não se afigura assim. O Programa de Infraestruturas ao desenvolvimento económico, quando se refere que a Câmara está em condições de proceder a alterações de perspetiva de uma nova dinâmica e qualificação, o que pretende dizer, ou melhor fazer, não conseguiram entender. Reparam que na orgânica da Divisão de Desenvolvimento Económico apenas estão inscritos 120 mil euros, o que lhes parece um montante irrisório dadas a carência dos mercados, muito particularmente o Mercado Municipal que dá sinais da sua degradação, desleixo e marasmo, sem falar do mercado do levante do Rossio de S. Brás que envergonha todos, Eborenses e tantos turistas, operadores e funcionários, diga-se em abono da verdade, envergonha todos menos ao Executivo, pelo menos assim parece. Évora Solidária, desenvolve o Executivo CDU a retórica agressiva contra o PS e contra o Governo PS, como se tal fosse o mais importante para a resolução dos problemas. Na verdade, sem tirar qualquer relevância a tal situação, por cuja resolução também eles lutam, a verdade é que hoje queremos tratar os problemas das Escolas, naquilo que às competências do Município dizem respeito, talvez lhes queira fazer um ponto da situação das obras da Escola de São Mamede, quando está concluída a obra, na integra. Que garantias a comunidade escolar pode dar? Qual a disponibilidade para cooperar com o Governo para as questões importantes, como a Escola André de Gouveia, concordará connosco que o mais importante que a guerrilha política é a nossa Comunidade, seja ela escolar, social, económica, desportiva, cultural ou outra, ou não será assim? Não é esta a visão que um Executivo Municipal deve ter. Convém salientar que não se vislumbra no PPI qualquer verba inscrita para as Escolas referidas, apesar de haver para infraestruturas educativas numa postura de pouca transparência para quem tem responsabilidade de viabilizar com seu voto, aliás, à semelhança do que se infere do documento na sua globalidade. Preservar o ambiente, uma proposta de natureza macro, exclusivamente política, cuja abordagem é uma ação para outro ambiente, que não o que hoje os trouxe ali, em detrimento da ausência de propostas concretas à exceção do Laboratório Vivo para a Descarbonização e do programa de substituição de luminárias por tecnologia LED. Não encontramos, por exemplo, nenhuma medida de não agressão ao ambiente através de meios alternativos à utilização exagerada de plástico, na ação da limpeza do espaço público, referimos milhares de sacos/ano de 50/100 lt, com folhas e outros resíduos, mas que cada um não está aproveitado a mais de 1/3, em vez de milhares, teriam provavelmente consumido 2 ou 3 centenas, podem exemplificar com fotos como pouco se faz muito.
Fará uma intervenção sobre o Orçamento em segunda intervenção.

O Sr. Bruno Martins disse que o Bloco de Esquerda foi um dos partidos, pelo menos falando por eles, que desafiou o Executivo Municipal a adiar a votação daquelas Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para o ano 2020, agendada para o passado dia 27 de novembro. Considerava o Bloco de Esquerda que, 1 - o processo de análise do acordo estabelecido para o presente ano ainda não estava concluído e que havia espaço para uma negociação entre o Executivo Municipal e oposições para a elaboração de um documento mais consistente e que englobando diferentes propostas, melhor respondesse aos anseios dos Munícipes e aos desafios que Évora enfrentará nos próximos meses, 2 – que em vésperas de correr a denúncia do contrato do PAEL, poderíamos ter nas semanas seguintes condições para votar um Orçamento que permitisse introduzir alterações nas

rúbricas de taxas e impostos. Realçam como positivo que o Executivo Municipal tenha resolvido estender o período de negociações e a documentação votada na reunião da Assembleia Municipal de hoje, demonstra que o Bloco de Esquerda tinha razão. Não só o documento Grandes Opções do Plano é mais robusto e rico, como foi possível votar um Orçamento e, pela primeira vez em muitos anos, livre das amarras do PAEL. Pode agora o Executivo gozar de mais autonomia e aplicar o seu programa sem quaisquer desculpas, iniciar um caminho de redução ou eliminação das cláusulas mais penalizantes para aqueles que realmente têm pago, injustamente, a dívida do Município, os Munícipes deste nosso Concelho. O Bloco de Esquerda sempre reconheceu que as Grandes Opções do Plano apresentadas nos últimos anos, e este ano o Executivo não foge à regra, dão resposta genérica ao programa de governo municipal apresentado pela CDU e sufragado nas últimas eleições autárquicas. Reconhecem hoje, como sempre, os aspetos positivos de algumas opções. Reconhecem hoje, como sempre, o esforço que tem sido feito para equilibrar as contas do Município, e não, não se esquecem da pesada herança que este Executivo herdou há uns anos, fruto de uma gestão desastrosa do Partido Socialista. E não, 6 anos nunca seriam suficientes para resolver tão desastrosa a gestão do Partido Socialista. Não se esquece, o Bloco de Esquerda não se esquece, e acha que o Partido Socialista também não se deveria esquecer, a bem a da realidade. Mas não, estas não são as Grandes Opções e Orçamento do Bloco de Esquerda, naturalmente. Consideramos que Évora necessita de um Governo Municipal com mais rasgo, com mais coragem, com mais abertura. Necessita de mais transparência nos processos e tomadas de decisão mais partilhadas. Mas também sabemos quem ganhou as eleições de forma democrática e sabemos bem, com responsabilidade sempre, o que implica o chumbo de um Orçamento. São a esquerda que procura fazer a diferença e que, à esquerda, se coloca do lado da resposta. Cientes da correlação de forças existente na Assembleia Municipal, consideram ser também sua responsabilidade contribuir para uma possível solução, apresentando propostas exequíveis e que em nada colidiam com o Programa Municipal de governação da CDU, sufragado nas últimas eleições autárquicas. Poderiam ter caído no ridículo de apresentar propostas megalómanas à espera da recusa, mas esse papel já tem dono. Esta negociação permitiu alcançar um Acordo e o compromisso de realização em torno de 10 ações. Ação 1, Elaboração de um plano de ação de acessibilidades para pessoas com deficiência. O acordo permitirá a identificação no primeiro trimestre de todas as intervenções em torno de melhoria das acessibilidades a decorrer no ano de 2020. A ação 2, Elaboração do novo Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo. Esperam que este permita a definição, com clareza, dos critérios de atribuição dos apoios ao movimento associativo, em condições de transparência e equidade. Ação 3, Prestação de contas trimestral sobre o estabelecimento da zona especial de proteção e plano pormenor de salvaguarda do Centro Histórico de Évora, e evolução do processo de negociação com a Direção Regional e a DGPC. Ação 4, Definição de normas, desde já, para utilização do Salão Central de Évora, clarificando quem pode utilizar este espaço e para que fins, sendo que o Bloco de Esquerda rejeitará liminarmente a atribuição da gestão do espaço a uma única entidade ou agente cultural. Ação 5, Desenvolvimento de políticas de ação positiva, em particular para as diferentes minorias e para os recém-chegados, migrantes e refugiados, serão prestadas informações trimestrais sobre os trabalhos específicos da Unidade de Rede de Inclusão e Diálogo Intercultural. Ação 6, Apresentação à Assembleia Municipal de uma proposta de revisão do Pier Monfurado, para eliminar de vez a possibilidade de mineração naquele local. Ação 7, Finalização do debate Público sobre a Feira de São João e a apresentação pública das conclusões. Ação 8, Definição em 2020 do Plano de Mobilidade Municipal de Évora, já apresentado como proposta pelo Executivo. Ação 9, Elaboração e apresentação pública de relatórios que especifiquem as atividades e ações adotadas pelos órgãos autárquicos, na sequência das recomendações de todos os Conselhos e Comissões Municipais, e a Ação 10, melhorar o acesso à informação sobre contratação pública, algo foi melhorado no final de 2019 e que deve ter continuação no decorrer de 2020. Este é o Acordo alcançado e que esperam que seja cumprido. Face ao exposto, ao acordo alcançado, o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2020.

O Sr. Presidente relembrou que, continuando a usar o método que ali têm seguido em relação a um conjunto de intervenções de fundo das várias bancadas, perguntou ao senhor Presidente da Câmara

se queria dar já resposta a algumas das questões que foram levantadas e depois continuariam numa segunda ronda.

O Senhor Presidente da Câmara informou que vai abordar apenas algumas das questões levantadas, procurando seguir as intervenções que foram feitas. Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Manços, referiu que deu pela qualidade da água em 2013, mas de facto o problema vinha de muito detrás, e aquilo que disseram sempre foi que as intervenções que são necessárias, são intervenções de fundo, e que para isso, são necessárias verbas muito significativas, que não têm tido e, portanto, têm dito de uma forma aberta e clara essa situação. Em relação à questão dos furos e dos poços ilegalmente ligados à rede, são ilegais de facto, e não só são ilegais como causam problemas à água da rede pública, e, apesar de a legislação referir a aplicação de autos de contraordenação, suspenderam a questão dos autos de contraordenação, como sabe, exatamente no sentido de procurar resolver de uma forma pedagógica o assunto. Mas a pedagogia significa que os furos e poços que estão ligados à rede têm que ser. Obviamente, desligados a bem da segurança pública e da saúde das pessoas. Relativamente às intervenções nas Escolas Básicas, tem apenas alguns exemplos, para além daquilo que que disse, por exemplo, na Escola da Comenda vão ter uma intervenção de aumento do telheiro, na Escola da Câmara vão intervir no campo de jogos, na Escola da Horta das Figueiras têm uma solução baseada num projeto que é o "My Building Is Green", com a CIMAC, vão fazer o reforço do parque informático, vão melhorar as condições de conforto das Escolas, são algumas das intervenções feitas em todo o Parque Escolar do Ensino Básico. Terrenos para o PITÉ, julga que disse ali da outra vez, vão adquirir agora 10ha, mas já estão negociados mais de 16ha, que garantem a possibilidade de expandir o número de lotes e oferta no PITÉ. Terrenos para habitação, estão a procurar também encontrar soluções, como sabe, o Plano de Urbanização por vezes implica determinado volume, portanto, há por vezes necessidade de ponderar a possibilidade de alterar alguns desses usos, mas consideram que é fundamental que possam ter também uma intervenção naquela área, apesar da intervenção não ser apenas deles, mas devem ter essa intervenção e estão a procurá-la. Uma nota relativamente ao Doutor Nuno Alas, para referir que as questões relativas à regionalização, reposição de freguesias, etc., são questões políticas que têm a ver com a posição de cada uma das forças políticas, o que seria errado seria não as referir, não é referi-las, agora cada um afirma, naturalmente, as suas posições sobre esta matéria, aquele é um documento de apresentação das Opções do Plano, não é um documento que queira vincular todos, essas são as opções que a CDU apresenta, mas que apresentou também no seu no seu programa eleitoral e, portanto, acompanha naturalmente, mas é natural que cada força política defenda as suas posições relativamente a estas matérias. Não há nenhuma repetição de projetos, disseram quais eram os calendários dos projetos, está a começar de acordo com os calendários que estavam marcados e de acordo com aquilo que são as necessidades de lançar concurso, ter visto do Tribunal de Contas, e tudo isso, é o caso do Salão Central, é o caso, que já está em fase de conclusão, do Palácio D. Manuel, e de um conjunto de outros que estão em andamento. Trazer serviços técnicos para dentro do Centro Histórico, pode dizer que há 2 ou 3 semanas acabaram de trazer a Divisão de Ambiente Municipal para o Espaço Ambiente no Jardim Público e, portanto, era um dos serviços que estava no PITÉ e que já veio para o Centro Histórico. Ainda não conseguimos trazer outros a seu tempo virão, mas este é um exemplo de reutilização de um espaço que estava abandonado e que está de novo em uso. Tem razão, aquelas instalações junto às muralhas, como muitas outras que estão por aí espalhadas, são absolutamente indignas, indignas, não conseguem responder a todas, mas têm por aí muitas delas espalhadas que são indignas, aliás, este edifício está numa situação que é conhecida, portanto, não é apenas os edifícios por aí fora, é este próprio edifício, em relação ao qual têm também um projeto de intervenção. Sistema multimunicipal, se o sistema multimunicipal tem um problema tremendo, sim, mas que têm uma discordância, entendem que deve ser a Câmara a gerir e a ter a propriedade da água, os senhores entendem que devem ser de terceiros e até, por porventura, empresas privadas, é uma opção que cada um tem, mas os custos são estes, desde que o sistema entrou em vigor já pagaram 100.000.000 de euros ao sistema multimunicipal, 100.000.000 de euros. Perguntou, o que é que fariam com os 100.000.000 de euros, se tivessem uma gestão do sistema diferenciado. O aumento da água de 11%, continuam a ter água das mais baixas do país e os

aumentos em valores absolutos e que devem ser falados. Percebe que jeito falar em percentagem, mas quando 1/3 dos consumidores têm aumento de 2 cêntimos, de 4 cêntimos, é um valor irrisório. Relativamente às questões do Turismo, têm um conjunto de investimentos, mas dizer o seguinte, falou em fator diferenciador do Centro Histórico. O turismo é um fator importante, não é ele que diferencia o Centro Histórico, o que diferencia o Centro Histórico é a identidade do Centro Histórico que temos, e é esse que pretendem preservar, e para preservar a identidade do Centro Histórico o turismo é importante, mas tem muito mais que ser importante, e por isso definiram um Programa de Revitalização do Centro Histórico. A zona industrial de Nossa Senhora Machete, não é municipal, é de uma estrutura que é privada, mas em relação à qual têm um acordo, incluindo com a Junta de Freguesia, para poder ajudar a iniciar as obras dessa desta zona industrial e que vão cumprir, mas têm que encontrar soluções numa situação em que o terreno não é propriedade do Município e daí a situação difícil que têm tido. Relativamente ao Contrato de Execução da Educação, agora fala-se disso, mas não sabe se tem havido algum dia, nas últimas semanas ou meses, em que não apareça uma notícia exatamente com os mesmos problemas que as Escolas de Évora tinham, um pouco por todo o país. Não sabe se já reparou nisso, é praticamente todos os dias, há dias em que são 2 e 3 vezes e, neste caso, não é apenas a manifestação, são até os próprios alunos, os encarregados de educação, os professores, a queixarem-se e a mostrar a situação em que as Escolas estão a funcionar ou não estão sequer a funcionar. Relativamente às questões do Aqueduto, certamente não ouviu o que ele disse, aquilo que disseram é que o Aqueduto faz parte de um plano exatamente de Gestão da Rede Verde da Cidade e é isso que estão a preparar, Aqueduto vai dar o seu contributo, trazendo de novo água, pelo seu pé e relembra isso, água que não precisa ser água tratada, e água que é equilibrada para poder ser utilizada. Vão continuar a procurar reforçar a área do pessoal, num conjunto de áreas onde são deficitários, não é possível ir a todo o lado, mas vão continuar a fazê-lo, nomeadamente, na área da higiene e limpeza, e continuar a equilibrar o Mapa de Pessoal, que estava muito desequilibrado, como é sabido, e vão continuar a fazê-lo por 2 vias, contratando mais e, sempre que seja possível, aumentando a possibilidade dos contratos por tempo indeterminado, ainda não conseguimos ter todos os contratos que temos por tempo indeterminado, ainda há alguns que estão a tempo determinado, que podem e devem ser transformados em tempo a determinado.
Uma nota a sobre a intervenção do Doutor Adelino Fonseca, não vai referir-se ao razoado que fez, mas apenas notar 2 questões que julga importantes da intervenção que fez. Primeira questão, é que, pela primeira vez, o PS fala na dívida real que herdou que eram 35.000.000 de euros, mas sempre ter falado em 60.000.000 de euros, finalmente alguém fala no valor real da dívida herdada, é de facto este, saúda essa situação porque, pela primeira vez, o PS reconhece isso. A segundo, é a referência aos clientes, que mostra o que é a política do PS. O PS não trata dos cidadãos, o PS trata dos clientes e, portanto, está tudo dito relativamente à proposta que o PS fez.

O Sr. Luís Ramalho começou por saudar todos os presentes e disse que também tinha algumas considerações sobre as Opções do Plano e o Orçamento para 2020, que os documentos, tal como tinha referido ano passado, continuam com a mesma linguagem, o mesmo tipo de expressões, o que torna o documento, seu entender, mais pesado ainda do que o que ele é e pouco interessante de ler. Em relação ao plano de ação, também já foi ali falado, de 2020/2021, que foi enviado para as Juntas de Freguesia. Disse também não sabe o que é que a bancada da CDU iria achar se o PS enviasse aquelas propostas, como se tivesse ali a gerir a Câmara, enviasse aquelas propostas para as Juntas de Freguesia o que iriam dizer, o que é iriam julgar sobre aquilo, porque já viram tudo o que ali está, é tudo estudarem as intervenções, ver a viabilidade disto, daquilo, quer dizer, o que se resume a pouco ou nada mais. Perante aquilo também tem algumas questões, para dizer que a Junta de Freguesia de São Miguel de Machede tem continuado sempre, tem estado sempre disponível para fazer parcerias, para colaborar nas intervenções, nas obras que se façam na Freguesia, e até ao momento, infelizmente, isso ainda não foi possível, pelo menos a Câmara ainda não se mostrou disponível para isso. Falam muitas vezes, o Senhor Presidente fala muitas vezes, da degradação dos caminhos municipais e estradas à responsabilidade do Município, pois, é que às vezes antes do pavimento de estragar, havia necessidade de fazer algum outro tipo de intervenções, nomeadamente na gestão das águas pluviais, limpar as valetas, porque limpar o pasto, quando é limpo uma vez por

ano, esse pasto fica lá juntamente, com mais detritos, terras e areias, que se vão acumulando, e a água circula é na estrada e não nas valetas, e por isso, os pavimentos ainda se vão detorar mais rapidamente, portanto, às vezes podia-se evitar custos maiores, que é o tal dito alcatrão que é um custo muito maior, se nas valetas fosse feita a intervenção correta e o escoamento das águas pluviais fosse feito devidamente, evitava o problema da segurança rodoviária para quem circula nessas vias. Falou de outras questões, mais burocráticas, a Junta de Freguesia de São Miguel de Machede concorreu a 2 antigas Escolas Primárias da Freguesia, o Fórum das Pombas e o Paço da Quinta, em julho de 2016. Em fevereiro de 2017, teve conhecimento que havia a decisão de intenção de atribuir a escola do Paço da Quinta à Junta de Freguesia e pediram qual seria o tipo de intervenção. A Junta de Freguesia, um mês depois, em março de 2017, respondeu e até hoje não tiveram mais solução nenhuma, nenhuma resposta sobre aquela situação e ainda não têm essa situação resolvida. No ano passado também teve conhecimento de uma de uma campanha de sensibilização, foi feita só para freguesias urbanas, para a questão dos dejetos dos animais, falaram que era importante também chegar às freguesias rurais, porque também têm o mesmo problema, e foi dito sim, que fazia todo o sentido, que era um problema, o que é certo é que passou um ano e ela não entrou, também, nas freguesias rurais. E são estas pequenas coisas que vão vendo ao longo dos anos, já vão para 6 anos, em que podia haver outro tipo de colaboração, que não tem custos significativos, é mais de coordenação dos serviços e vontade, pois claro, é mais por ter vontade para que aconteça. Continuam, como já fez referência várias vezes, com o problema dos resíduos urbanos volumosos, que têm que arranjar uma solução, sabem que existe em todas as freguesias, existe no Concelho, existe no país inteiro, mas tem que se fazer mais para se resolver o problema, e Évora até pode ser pioneira a criar qualquer coisa, a sensibilizar as pessoas. Depois, a seguir, terá que se avançar para outros processos, porque o que está a acontecer não pode acontecer e todos nós temos conhecimento disso. Também gostava de ver mais algum trabalho nas linhas de água, porque as linhas de água, nomeadamente, as que estão dentro do perímetro urbano, sendo a competência do município para as limpar, e sabem que são zonas sensíveis, devido a incêndios e inundações, tudo isso devia fazer parte de uma limpeza mais adequada e mais frequente. Sugeriu que, pelo menos, fosse ponderada a possibilidade de um parque industrial para São Miguel de Machede, porque também têm bons acessos e boa localização, porque não pode ter lá só as ARUS, para que as pessoas possam ir para lá e requalificar o espaço, mas também importante porque sabem que onde as pessoas têm trabalho é onde se estabilizam, portanto, isso também seria importante para São Miguel de Machede. Teve conhecimento que existem as salas do futuro, na parte da educação, que servem para combater, também, o insucesso escolar e que são apoiadas com fundos europeus, e que seria também uma coisa interessante para ter no Concelho de Évora.

O Sr. Adelino Fonseca referiu que ficou surpreso, ficou bastante surpreso, que o Senhor Presidente não tenha tirado nenhuma conclusão das palavras que lhe transmitiu e do discurso que lhe apresentou, até porque o mesmo está totalmente sustentado. Não é demagogia, está totalmente sustentada e ficou muito apreensivo, e até preocupado, pelo Senhor Presidente não ter dado a relevância a coisas que eram importantes e que são contributos, não são críticas, são contributos para uma boa gestão, é pena que não o tenha feito. Quanto a congratulá-lo por serem verdadeiros, eles são assim, e, portanto, se são 35.000.000, são 35.000.000. Quanto à outra questão dos clientes, para um economista, ficou muito triste que o Senhor Presidente venha falar desses clientes que está a pensar. Falou nos clientes, no sentido da prestação do Serviço Público, da qualidade do atendimento, da prestação do Serviço Público em todas as áreas e não naquele cliente comercial e naquele cliente financeiro. Até porque, se forem falar daqueles clientes, diz o tacho para a sertã, chega para lá não me mascarres, porque senão têm que ir ver o Artes à Rua e outras coisas que por aí há, nem sequer vão falar disso, vão ficar com o ditado popular, que é o melhor para ambas as partes, no seu entender, o Senhor Presidente tem todo o direito a ter uma opinião diferente. Quer a falar do Orçamento, se lhe permitir e muito rapidamente, porque o tempo já lá vai. Disse que, antes do orçamento, em relação assegurar a limpeza, reciclagem, higiene pública, porque é uma temática muito importante, no entender deles, o problema não se resolve só, está a dizer só, veja bem, com mais equipamentos, apesar de concordarem com tais investimentos, mas acreditam que a raiz do

problema está na organização do trabalho, na eficácia e eficiência dos recursos, fruto de uma gestão inapropriada para esta competência, num quadro de uma liderança incapaz de ouvir, planear e motivar, e este contexto revela a incapacidade da CDU para avaliar aquela situação, é uma evidência da inconsequência da reestruturação dos serviços, proposta e aprovada pelo Executivo CDU, à qual se opuseram e que fica ali demonstrado que tinham razão em se opor.
Em relação ao Orçamento, se olharem para o Orçamento da Receita, verificam que a receita do Município está totalmente dependente de uma conjuntura externa, da dinâmica da economia local, em impostos indiretos, diretos, transferências, etc., representa 61% do total da Receita corrente, portanto, são um Município totalmente dependente de uma conjuntura externa, de fatores externos, à sua capacidade de gerar receita própria. A capacidade de gerar receita própria produtiva é reduzida no modelo de gestão pela incapacidade de transformar a iniciativa económica privada em mais valias Municipais, exemplo, transformar taxas em bens imobiliários, com a execução de obras da responsabilidade municipal cujo custo é uma mais valia porque com a contrapartida da realização de obra sem recurso a finanças externas, a principal receita própria provem do abastecimento da água, saneamento e resíduos urbanos, com o aumento para 2020 de 11%, uma verdadeira agressão aos contribuintes Eborenses, e diz aquilo, porque o parecer não diz nada disso, o parecer só pega na variável preço subsidiariamente, é que a variável preço entra naquelas contas, portanto havia outras formas de não aplicar os 11%, ainda que tenha razão na analise que fez. A rúbrica residual "outras receitas correntes" tem um peso na estrutura das receitas de 17%, compreende que se trata uma necessidade de equilibrar o Orçamento da Receita com o da Despesa, parece-lhes, contudo, um valor demasiado elevado, uma certa inflação do Orçamento da Receita, será aquilo verdade ou não, só o Senhor Presidente os poderá esclarecer. Sobre a Despesa corrente, merece-lhes a atenção o volume de despesa com o pessoal, superior a 31,2%, sem considerar que o valor das transferências correntes inclui também transferências relativas a projetos cofinanciados, senão o peso seria ainda superior. Convem ter presente que na proposta a despesa com pessoal consome 98,5% da receita corrente, proveniente das transferências correntes, mais dos rendimentos propriedade, mais das taxas, multas e outras penalidades. Claramente estão perante um quadro favorável na gestão corrente e desequilíbrio entre aquelas 2 rubricas, desequilíbrio que retira capacidade financeira, a opção produtiva. Não há como fazer trabalho com o Município, não há trabalho por administração direta. Concorda com certeza. Sobre as despesas de capital, é significativo peso, 21,5% no âmbito do montante global, afeto às despesas de capital, traduzindo o potencial de execução de investimentos, é muito curto. Muito, muito curto. No entanto, convém ter presente que esta rubrica de investimento representa apenas 30,8% daquilo que o município gasta no exercício das suas competências. O que visto nesta ótica é muito pouco significativo para um concelho caracterizado pelo marasmo e consequente falta de dinâmica de desenvolvimento. E gostaria de ouvir, Senhor Presidente, sobre aquela questão da dinâmica do desenvolvimento do Concelho. Quando viram e analisaram o mapa de despesa por classificação orgânica, sem grandes preciosismos e rigor da análise, foi visível que o balanço da despesa, a despesa com os autarcas, mais departamento de administração e pessoal, na página 105, é imputável à função administrativa e de gestão 68,2% para a função administrativa e de gestão, em detrimento da função produtiva e da função capital, investimento, o que significa a dificuldade da prestação de serviços públicos de qualidade, bem como o desenvolvimento do Concelho e só assim se justificando o marasmo em que se encontra o Concelho, desculpe estar com esta do marasmo, mas é a conclusão a que se chega, não é possível chegar a outra, pelo menos na sua ótica de análise. Quanto ao plano plurianual de investimentos, a apreciação do documento leva citar alguns esclarecimentos e a produzir alguns comentários, obras diversas, instalações municipais, inscritos 200.186 euros, que obras, que instalações municipais, não está explícito, não conseguem saber do que é que o Senhor Presidente a falar. Aquisição de hardware inscrito 102.923 euros, considerando que o universo de máquinas rondará as 500 unidades e que no mínimo 50% delas estarão obsoletas, então ainda assim ficaram muito aquém das necessidades. Como como ultrapassar aquilo, há ali sérios riscos de correrem um risco grave de perda de dados. Conservação do edificado, verificam a na forma de realização, 2 empreitadas, uma para o Aqueduto da Água de Prata e outra para que identificado, na sabemos qual é, porque não diz. Perguntam, também, se os montantes inscritos correspondem aos meios financeiros próprios. Também não me deu para perceber se são

os meios próprios ou se são os meios já com as comparticipações do Programa Comunitário associado, e também não perceberam qual é a taxa do Programa Comunitário que lhe está associada. Na rúbrica do PITÉ infraestruturas, verificam que a Câmara se propõe realizar a obra por administração direta, com que recursos humanos, com que máquinas. De acordo com o montante inscrito, pode-se tirar a ilação que a obra se inicia em 2020 e termina em 2020. O executivo CDU pode garantir estes prazos aos potenciais investidores, muito mais que diz ter em carteira na expectativa desta expansão. Mercados e feiras, mercados, equipamentos tem inscritos 100.000 euros, que mercados, que equipamentos, não sabem. No Mercado Municipal de Évora, obras de remodelação e conservação estão inscritos 20.000 euros, o que pretende o Executivo CDU remodelar. Dada a gravíssima fase que o Mercado Municipal atravessa em todos os aspetos, por estar obsoleto, parado, desenquadrado daquilo que são as necessidades dos clientes do mercado, não é das tais clientes, é dos clientes do mercado, deste tipo de mercado, ultrapassando na oferta e na sua diversidade. Perguntou se vale a pena investir aquele montante para deixar tudo na mesma. Achou que a situação do Mercado Municipal é do conhecimento de todos, não é preciso trazer nada de especial para se perceber qual é a situação do Mercado Municipal. Concordaram com o Executivo CDU numa coisa muito simples, é que, de facto, aquele Executivo tem um grave problema com o planeamento estratégico e com a definição de prioridades. Este é que é o grave problema do Executivo CDU. Estradas e caminhos municipais, de que estradas e caminhos estão a falar, não as encontraram. Redes de águas e esgotos, está inscrito no montante de 180.000 euros para 2020, 200.000 euros para 2021, quer dizer 380.000 euros para a desgraça da rede de águas que têm ruturas a todo o momento, parece uma coisa também para inglês ver. Plano de Atividades Municipal, inscritos para a Feira de S. João, 569.000 euros, o que lhes parece um exagero para a qualidade da Feira, no entanto, não é possível analisar porque é desconhecida da Assembleia Municipal as verbas gastas com a Feira de S. João anteriores, dado que nunca foi apresentado no relatório e contas das mesmas. O programa de animação turística tem escrito 1.404.965 euros, dos quais 200.000 euros estão destinados à criação de atividades de agentes culturais, mas para aquilo que perceberam neste ano, acham que os agentes culturais locais só se gastaram 17.000 euros, pode estar enganado e se tiver enganado, pediu antecipadamente desculpa. Pode-se concluir que o restante dinheiro se destina às Artes à Rua e outras do género, Urban Village, apesar de fica evidente, mais uma vez, a incapacidade de gestão dos recursos financeiros disponíveis, seu enquadramento com um compromisso de definição de prioridades e planeamento estratégico, com um concelho inovador e em dinâmica de desenvolvimento e crescimento. Embora reconhecendo que a cultura é também importante para atingir tais objetivos, o problema é de oportunidade e de prioridade. O Orçamento propriamente dito, no entender deles, deve representar o compromisso político de satisfação das necessidades mais relevantes para o povo Eborense, o que não é o caso. E se estiverem enganados, Senhor Presidente, agradecem o seu esclarecimento. Também constataram que este Orçamento não desperta esperança, expectativa de satisfação de compromissos para com os Eborenses. Recordou ali o senhor Presidente do ofício enviou aos Presidentes de Junta, que já ali foi falado, está tudo dito, não vale a pena falar mais do assunto. Quando se analisa o Orçamento Municipal, conclui-se que o mesmo é um Orçamento totalmente dependente de impostos e das transferências. Para concluir, aproveitou para dizer ao seu camarada Nuno Alas, seu amigo, que quando ele afirma que o PSD é só um, só se for cá no burgo, porque a nível nacional são "n", e, portanto, também não compreende que a moral do PSD se atreva a falar de Governo do PS, sem reconhecer que foi ele que suspendeu o Hospital, o IP2, etc., etc. E ao Bloco de Esquerda que tanto se está rindo, é para lhe dizer que se acha que 6 anos não são suficientes para gerir a dívida, pois eles ali acham, e que de facto o Bloco de Esquerda tem o pleno direito de entender isso, mas disse-lhes também que ainda não reúne condições, não reúne competências, para ter um lugar na governação do Município de Évora, e é bom que o Público lá fora tome conhecimento desta intervenção para estar seguro daquilo que o Bloco de Esquerda é capaz.

O Sr. Frederico de Carvalho debruçando-se sobre a questão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, gostaria de tecer algumas considerações, mas, antes de mais agradeceu ao Executivo Municipal pela diligência que teve em os convidarem a participar e a tentarem contribuir com

medidas para que aquele Orçamento e aquelas Opções do Plano pudessem ter uma participação mais ampla, e reconheceram esse esforço. Disse que, como resultado das últimas Eleições Autárquicas em 2017, não seria certamente difícil, só porque sim, viabilizar posições, concertar esforços, numa lógica de não se verem apenas como adversários políticos, mas também parceiros, sobretudo para criar melhores condições de vida para os Munícipes e, naturalmente, para o desenvolvimento do Concelho. Disseram, e voltam a dizer, não estão ali apenas para tirar vantagens políticas, para capitalizar votos, porque este mandato está a meio caminho, porque agora pode ser, pode se refletir de uma forma mais hábil, uma dissonância mais profunda, porque naturalmente sabem que é muito mais difícil se eles, naturalmente partidos diferentes, chegarem a entendimento, isso terá pouco eco na comunicação social, ou lá fora, mas se tiverem algumas clivagens, isso é enquadrado de maneira, de forma, mais veemente. E, portanto, querem dizer que tiveram sempre disponíveis, este é o terceiro ano deste mandato, é o terceiro Orçamento que está a ser votado e em todos eles apresentaram propostas. É verdade que nos dois últimos não houve tanto acolhimento, naturalmente é legítimo, o Executivo achava que não, que eram dispensáveis, ou por outros motivos, não faria sentido ter esse tipo de acolhimento. Quis também dizer, porque é isso que eles entendem que deve ser a política, é, sobretudo, criar os esforços para gerar consenso. As pessoas lá fora estão à espera que nos entendamos para o seu usufruto, para o bem-estar comum, e não é constantemente para nos verem em quezílias, e por isso, só para relembrar o Senhor Presidente e a todos os colegas que ali estão, já estiveram de acordo no traçado ferroviário, já estiveram de acordo na questão do Centro Histórico, ainda hoje, ali, foi reafirmada a questão da isenção do IMI, já estiveram de acordo relativamente à questão do PAEL, já estiveram de acordo relativamente à descentralização de competências, naturalmente, certamente, por motivos diferentes, mas tivemos de acordo na resolução que ali foi à votação, já estiveram de acordo inclusivamente sobre os terrenos nas portas de Avis, obviamente contra outros partidos, mas eles, CDU e Coligação estiveram de acordo, já estiveram de acordo relativamente à reestruturação de serviços, naturalmente não embandeiram em arco e certamente estarão ali para monitorizar o decurso da reestruturação e não deixarão cair essa mesma medida. Já estiveram, também, de acordo e, sobretudo, elogiaram o Diagnóstico Juvenil, obviamente mérito do Executivo. Também elogiaram o Artes à Rua. Foram, também, grandes defensores de uma candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura, que o Executivo em boa hora quis acolher, inclusivamente, ajudaram ou colaboraram na presença do Executivo juntamente com o Museu Nacional de Arqueologia, para que houvesse a sensibilidade relativamente à questão da arqueologia, na dinâmica do Concelho, que é vastíssima. E, naturalmente, haveria muitas mais outras questões que poderiam ali relevar, mas querem dizer o seguinte, há, naturalmente, divergências, mas eles ouvem aquilo apenas como uma questão maniqueísta, de um lado estão os bons e aqueles que concordam com aquilo que eles defendem, e do outro lado estão os maus. Certamente será fácil sempre trabalhar desde que estejam ali de forma séria e sóbria e nessa lógica, dizem que lhes agradou o esforço que foi feito, e, naturalmente, haviam questões, e é claro que o Orçamento é daquele Executivo. O Orçamento, o que lá está é basicamente o texto, e há muitas questões na própria redação com as quais não concordam, a questão da regionalização, mas bater-se-ão ali e no palco que for sobre a questão da regionalização, mas certamente que há outras nuances, outras questões mais importantes, nomeadamente a viabilização do orçamento, que devem ser tidas em consideração porque os Municípios estão à espera desse entendimento, e estão à espera que os Órgãos Municipais não fiquem pendentes por questões, às vezes, de pormenor. Para eles aquela questão é de pormenor, porque há outras questões mais importante, naquela altura, a ser tratadas. Naturalmente, também a questão no documento da reposição das freguesias, foi um governo de coligação CDS/ PSD, que o fizeram e, naturalmente, não teria outras hipóteses. Reconhecem ali que pode haver alguma reestruturação, até porque já passaram alguns anos para reabilitar algumas, não todas, mas algumas freguesias que foram extintas, que poderá haver lógica nessa reapreciação. Mas, obviamente, não têm uma visão completamente idêntica à da CDU e, inclusivamente, houve uma proposta que foi acrescentada, mais recentemente, agora com uma atualização da redação. Ainda este ano, falaram sobre a questão do PIER, mas sobretudo sobre a questão das minas. Acham que há ferramentas e instrumentos legais que acautelam o bem-estar e naturalmente, a qualidade ambiental do nosso território. Naturalmente que, se no decurso de um estudo de impacto ambiental e de uma declaração

de impacto ambiental, disser que não é viável, naturalmente concordarão. Agora o que não podem aceitar é que haja medidas que consideram populistas, detratoras do desenvolvimento económico, se puder ser viável, até porque sabem que, cada vez mais, não é possível nos dias de hoje, e volta a dizer aquilo que já disse naquela mesma Assembleia Municipal, não é possível ver nos dias de hoje boicotar a exploração mineira, até porque muitas das grandes tecnologias que todos acham que vão de encontro às nossas necessidades atuais, muitas delas, até do ponto de vista de sustentabilidade, carecem da exploração de minério. Mas para eles, são 3 questões de redação, com os quais se debaterão ali sempre que aquilo seja discutido. Poderão não convencer todas as pessoas presentes, mas a posição deles ficará ali vincada. Congratulam-se porque foi o que disseram ao Executivo, que achavam que era importante, à parte de outras questões, que gostariam que fosse vincado no documento estratégico, nomeadamente, a questão do mercado, do alojamento e do mercado de arrendamento. Foram consequentes porque também já apresentaram propostas de Recomendação no sentido de tentar mitigar aqueles efeitos. Todos os pontos, ou quase todos os pontos, que ali disseram ao Executivo que eram importantes ficarem que acautelados, tentaram sempre, previamente, durante os 3 anos que estão para trás, apresentar propostas, a questão da limpeza do Município, obviamente que muitas das questões também eram convergentes com o Executivo, mas para eles era importante que ficassem vincadas aquelas questões. A limpeza do Município tinha que ser efetivamente de uma qualidade superior, era grave o que se estava a passar, inclusivamente, com reconhecimento do Executivo, e era importante que isso fosse retificado a breve trecho. A questão da mobilidade Rodoviária, apresentaram também mais uma proposta de Recomendação sobre a questão do IP2, obviamente, é uma situação, é uma questão, é uma área, que foge à dinâmica e, sobretudo, à responsabilidade do Executivo, mas era importante que ficasse afirmado politicamente que este Executivo queria resolver aquele problema junto do Poder Central, era importante e a Coligação Afirmar Évora, o CDS, estarão lá para apoiar nessa dinâmica. Era importante, inclusivamente, naturalmente também de acordo com o Executivo, que Évora Capital Europeia da Cultura fosse vincado um melhoramento, uma valorização, dessa mesma candidatura e quiseram que isso ficasse demonstrado, e agradecem que isso ter ficado devidamente elucidado. Disseram também que era importante que houvesse uma gestão dos equipamentos municipais, e que também houvesse uma procura, que é muito importante, que houvesse uma procura de financiamento para aumentar a oferta desses mesmos equipamentos, sabem que, nomeadamente questões de veículos, de transporte, de autocarros há um déficit muito grande. A questão do auditório e outros recursos, é necessário aumentar a essa capacidade e, naturalmente, é necessário requalificar muitos desses equipamentos. Mas era importante que ficasse transcrito. Era importante, inclusivamente, a melhoria das condições de habitabilidade e trabalho das Escolas Básicas, por isso perguntaram o que é que estava a ser feito, o que é estava previsto, do ponto de vista de orçamento, de financiamento e investimentos para o próximo ano. Era importante, inclusivamente, uma política ambiental e de eficiência energética, acham que os equipamentos municipais carecem de uma melhor otimização energética e, naturalmente, saúdam que o Município, e o Executivo, tenham essa preocupação plasmada no documento estratégico. Naturalmente, há outras questões que eram importantes ali deixar. Saúdam o início de investimentos, ou seja, há uma requalificação indesmentível de alguns equipamentos municipais, nomeadamente em preparação do Teatro Garcia de Resende, o Palácio D. Manuel, sempre disseram que era importante a requalificação de alguns dos equipamentos municipais e estão a ver isso acontecer, na transição de ano 2019 para 2020. Muito importante, e sempre o disseram, o senhor Presidente saberá reconhecer isso, disseram sempre que era importante, fundamental, renegociar o PAEL, o PAEL foi renegociado, o Executivo deixou de ter o garrote como tinha, é importante, naturalmente estarão ali também atentos à politica de financiamentos ou subvenções deste Executivo a parceiros ou entidades do Concelho, porque acreditam que possa haver rigor e não querem que esse rigor deixe de existir, apenas e só, porque se saiu do PAEL, é importante continuar com aquele pressuposto. Também elogiaram o Artes á Rua, naturalmente que o aumento do Parque Industrial também é importante, e, naturalmente, também reconhecem a questão da redução do IMI na derrama, naturalmente que há outros aspetos menos positivos e com os quais acham que há um desafio muito grande deste Executivo para se prolongar para o futuro, nomeadamente, dada a escassez financeira acham que é muito importante, não é muito

hábito no Alentejo, a procura de mecenato, seja às vezes para eventos, mas certamente haverão parceiros que possam ajudar nessa dinâmica. A questão da Juventude foi muito importante, mas, como já teve oportunidade de falar no Conselho Municipal de Juventude, é importante agora passar das palavras aos atos, aproveitar o documento estratégico e por em prática com o que é importante para a Juventude. O PDN é importante a revisão do mesmo, o senhor Presidente disse que estava a ser tratado, mas é importante uma participação mais ampla. A questão do IFRRU, acham que ficou um pouco aquém, pelo menos não têm eco de uma maior otimização e rentabilidade desse IFRRU. A Feira de S. João é muito importante que seja revista e a par da reflexão sobre a Feira de S. João, aquilo que acham que é o grande calcanhar de aquiles do Executivo é o estímulo à atividade económica, sempre disseram que era muito importante a criação do Gabinete de Fomento Económico e acham que é fundamental para que tenha, apenas e só, como sua incumbência a captação de financiamento e sobretudo de investimento para o Concelho. Disto isto, naturalmente naquela avaliação de prós e contras, abster-se-ão na votação.

A Sra. Ângela Caeiro começou por saudar todos os presentes e disse que olharam para as Grandes Opções do Plano de 2020 da Câmara Municipal e, relativamente, à Juventude viram no índice um subtópico dentro do tópico Évora Solidária, que fala em Juventude no futuro de Évora, na página 44, e começam por falar na aposta na Juventude, concordam quando dizem" a instalação de novas empresas e consequente criação de emprego e de acordo com o diagnóstico juvenil o principal fator de fixação ou atração de jovens em e para Évora" foi o que os jovens disseram neste diagnóstico juvenil e também num pequeno inquérito que a JSD distrital de Évora teve oportunidade de fazer junto das escolas secundárias do Concelho, depois foram ver o plano de atividades e, na rubrica 0406, a aposta na Juventude refere-se ao planeamento do estudo e estudo do novo Espaço Municipal da Juventude, que é falada há anos e que não passou do papel, e na elaboração de um Plano Municipal da Juventude, de resto falar em Juventude resume-se a atividades como o banco de materiais escolares, iniciativas no mês da Juventude, o espaço jovem na Feira de S. João, o que mostra que este Executivo Municipal não tem qualquer visão de desenvolvimento na Cidade, onde é que estão os incentivos fiscais para os jovens empresários ou para as empresas que se queiram fixar aqui, além da redução da derrama, onde é que a Câmara Municipal de Évora tenta ser atrativa para captar mais investimento, onde é que esta Câmara aposta numa cultura para que todos, e principalmente os jovens, se identifiquem, dizer que o Évora Urban Village colocou Évora no panorama dos festivais da Juventude só pode ser para rir, onde é que está o skateparks que a Câmara de Évora dizia que ia procurar um espaço para esta infraestrutura, onde é que estão os incentivos à natalidade e à fixação de novas famílias, quando é que esta Câmara, em vez de pensar primeiro na ideologia do partido, começa a pensar nos eborenses e no desenvolvimento da cidade. Há um parecer positivo do Conselho Municipal da Juventude a aquelas Opções do Plano, mas relembrou que ele já foi escrito para a reunião, foi lá lido, teve pequenas alterações, e foi votado. A seu ver aquelas Opções do Plano e aquele Orçamento são, mais uma vez, uma mão cheia de nada. Enquanto jovem sente-se desiludida, ouve muitos jovens que foram estudar para fora, tal como ela, e não regressam a Évora porque não tem emprego qualificado. Com esta falta de visão de estratégia e de ambição, vai-se continuar a perder população e dinâmica, numa cidade que tem tudo para dar certo.

O Sr. Nuno Alas referiu que, repondo ali os pontos sobre a questão do que é que é diferenciador, se é o turismo, se é o património, é uma questão de semântica, de perspetiva, de ideologia, o que é verdade é que o senhor Presidente apresenta 0 euros para sinalética, 0 euros para a interpretação do património, apresenta 0 euros de inovação e de melhoria do turismo dentro do Centro Histórico. A questão da água, de facto o senhor Presidente não percebeu bem o alcance daquilo que ele queria chegar, é que a água vem, de facto, toda do mesmo sítio, e isso aprende-se logo no primeiro ano do ciclo da escola primária, a grande questão ali é que nos princípios do ambiente, e é básico, o primeiro princípio é de reduzir, não é de diversificar fontes, é reduzir, isso a Câmara não está a fazer, está a reduzir a fatura da água, mas a reduzir o consumo não o está a fazer. Não lhe respondeu, de facto, 48 kg de recolha seletiva por habitante, não explica como é que o quer fazer, com que meios, a própria diretora da GESAMB já referiu que não é com este método de recolha que têm atualmente

que vão conseguir alcançar aquilo, o que é que a Câmara se propõe fazer. O aumento 2 cêntimos do preço da água, de 11,2%, isso, naturalmente, fazendo as contas não é difícil para quem paga 2 euros de água, ou seja, para quem consome cerca de 1m³ de água por mês, é verdade que há pessoas que podem ter esse aumento, a esmagadora maioria das famílias consome cerca de 7 a 8 euros, no mínimo, em preço médio da água, e são dados da ERSAR que estão disponíveis, portanto não estão a falar de aumentos de 2 cêntimos e, parece-lhes que reduzir um aumento de 11,2%, a uma discussão de aumentar 2 cêntimos em alguns casos, é uma discussão, não diria pouco séria, porque o senhor Presidente é sério, mas não deve ser visto naquela perspetiva. Achou que a bancada da CDU, às vezes ficou ali pasmada com a intervenção do seu colega do CDS, porque a visão maniqueísta do lado dos bons ou dos maus, gostariam eles que as bancadas do PCP, do Bloco de Esquerda e do PS, no tempo da emergência nacional, no tempo da troika da assistência financeira, tivessem tido a mesma perspetiva, e nunca a tiveram, e não é agora por terem uma mão cheia de vento, um balde cheio de vento de assuntos importantes, como, por exemplo o Bloco de Esquerda ali levou. O Plano de Ação de Acessibilidades para as pessoas com deficiência, e quanto é lá mete, quantos euros senhor Presidente, 100.000 euros, 10 euros, 15 euros. Novo regulamento de apoio ao Associativismo, sim fazer um novo regulamento, mas quando é que vão lá meter, 100.000 euros, 150.000 euros, para apoiar o Movimento Associativo. Acabaram de aprovar um Orçamento, é a vossa opção, que propõem baldes cheios de vento, mais uma vez.

O Sr. José Russo saudou todos os presentes e disse que pretendia deixar algumas notas, porque se sentiu, também, um bocadinho desafiado para isso. Em primeiro lugar sublinhou, de facto, como já foi dito, o esforço feito por este município para nos encontrarmos na situação económica, que acha que todos devem saudar, porque se encontram hoje, apesar de não ser tranquila nem famosa, mas a circunstância de se terem visto livres do partilho que é o PAEL, e que foi o PAEL durante estes anos, isso só por si, pensa que deve ser motivo de regozijo para todos, é claro que não está o problema resolvido com o fim do painel, mas o que é facto é que a Câmara pode dispor e decidir relativamente a um conjunto de questões, que esse instrumento pura e simplesmente, digamos, por não ser democrático, naturalmente, não deixava que assim acontecesse, e, portanto, acha que essa questão, é uma questão que tem que se saudar, independentemente, naturalmente isso é perfeitamente natural, ainda que o exercício das explicações e das reflexões feitas, para questionar ou para criticar aquele plano que é apresentado, aquele Orçamento, às vezes os deixam quase, não é tanto de boca aberta, mas é mais com vontade de rir. Outra coisa que lhe parece muito importante que é a capacidade demonstrada pela CDU, e isso não é de hoje, lembrou que não é de hoje, mas hoje continua a ser, e é muito importante sublinhar isso, ao contrário de outros partidos, de conseguir ouvir, integrar, contributos de outras forças políticas e, portanto, mais uma vez se demonstrou essa capacidade de abertura, de poder conversar no sentido de encontrarem soluções, em conjunto, para os problemas do Concelho, quer também sublinhar isso, como disse, não é uma novidade na gestão CDU, isso já aconteceu com outras forças políticas também, noutros momentos da vida do Município e, portanto, é uma capacidade que é muito importante para conseguir fazer a gestão da coisa pública, porque se não for assim é muito mais complicado. Depois, para não ser muito longo, relevar um outro aspeto que lhe parece muito importante e que tem a ver com o desafio que lhe foi feito ali, aliás, com o facto de se ter sentido desafiado, nomeadamente pelo seu colega Presidente de Junta, Luís Ramalho, relativamente a, "o que é que a malta da CDU acha desta carta". Achou bem, e vai vou explicar direitinho porquê, é que não é como foi com o PS, porque quando eles chegaram, o que o PS tinha com as Juntas de Freguesia eram dívidas, eram dívidas e grandes, e não era só de 1 ano, eram anos antes. Isso era o que acontecia quando chegaram à gestão municipal. Hoje não, hoje o que acontece por parte deste Município é uma coisa que já devia ter acontecido antes, mas não aconteceu, é assumir compromissos, que é isso que queremos e é isso que devemos reclamar. Compromissos. E lá estarão no final do ano para ver se os compromissos são ou não assumidos. Espera que sejam no que lhe toca, mas também espera que relativamente aos outros isso aconteça. E para ele, aquelas cartas são compromissos do Município relativamente às Freguesias, aquilo é que é o novo da situação, portanto, não é para rir, é um caso sério, agora, assim, eles nas freguesias, consigam assumir a sua parte de responsabilidades. Por si, está feitinho para isso, é

arregaçar as mangas e pôr-se ao trabalho, também tem uma lista, quer que a sua lista seja cumprida até ao final do ano, porque é o compromisso que é assumido. Assim os outros queiram. Era aquilo que queria dizer e pediu desculpa pela forma um bocadinho menos tranquila de falar agora, ali no fim, mas, efetivamente quer deixar aquela nota, porque é terrível, mas é verdade, que não o levem a mal, estar a dizer aquilo, mas o Partido Socialista, quando ali chegaram, tinha dívidas para com as Freguesias.

O Sr. Ananias Quintano começou por saudar todos e disse que o Senhor Presidente sabe, melhor que ele, que o Orçamento é um instrumento estratégia e de gestão política, no sentido de que é nele que são traçadas as linhas principais de toda orientação de desenvolvimento e informação, neste caso de um Conselho. A CDU governa Concelho de Évora há 6 anos, e há 6 anos que ouvem sempre as mesmas desculpas para justificar a falta de visão, de ambição e a pouca capacidade de inovação. Devem perguntar, pensam eles, para linhas de orientação de um documento daquela importância, continuam por faltar muitas respostas. O que precisam de ouvir é para onde querem ir, que lugar querem desempenhar no concerto das regiões, que imagem pretendem projetar para o exterior, que respostas novas têm para novos problemas e novos desafio. É evidente que o Partido Socialista tem uma visão distinta do que deve ser a atividade do Município no atual contexto social, económico e político. Mesmo com estas diferenças e, ao contrário da CDU que votou sempre contra todos os Orçamentos da gestão PS na Câmara de Évora, o Partido Socialista sempre se pautou por uma oposição construtiva e tem viabilizado os orçamentos da maioria CDU na Câmara. O PS, para que fique claro, só após a aprovação dos documentos em reunião de Câmara, foi convidado pelo Senhor Presidente para se pronunciar sobre os mesmos. Mantendo o espírito de abertura e diálogo, o Partido Socialista disponibilizou-se para negociar a viabilização do Orçamento na Assembleia Municipal colocando 6 condições, condições essas que não são megalómanas, eram perfeitamente a viáveis. A primeira, retirar das Grandes Opções do Plano, os ataques injustos, eternizados, ao PS e à sua governação passada e atual, ou seja, não fazer do documento um manifesto partidário. A segunda, ter a prévia garantia de que, até o final do ano, serão cumpridas as promessas que viabilizaram o Orçamento atualmente em vigor. A terceira, o compromisso do Executivo de deixar de massacrar os munícipes e as empresas, apresentando à deliberação da Câmara e Assembleia Municipal, propostas de taxas e derrama menos penalizadoras, logo que o compromisso assumido com o PS e do PAEL esteja concretizado. A quarta, o compromisso do Executivo em anular o aumento inaceitável do preço da água e substituí-lo por uma atualização anual, à taxa de inflação. A quinto, que o Executivo os informe quais as obras e o respetivo montante financeiro, que se compromete concretizar no próximo ano, nas freguesias. A sexta, que o Executivo se comprometa a tomar medidas urgentes que devolvam ao Conselho um nível condicente com a boa tradição alentejana, em termos de limpeza. Pensam que são perfeitamente viáveis e continuam a pensar que poderiam ter sido. Além daquelas condições, aproveitaram para, construtivamente, dar um conjunto de sugestões em matérias de muita importância para os nossos municípios, habitação e saúde. Nas reuniões tidas posteriormente com o Senhor Presidente da Câmara, constataram que nem todas as suas condições foram aceites, inclusivamente a do PS não ser atacado injusto e positivamente, em documentos para os quais se pedia que os viabilizasse. Pensam que ninguém de boa-fé estaria a negociar com uma pessoa e estar a dizer mal por trás. Depois da Assembleia de 27 de novembro, o PS foi contatado pelo Senhor Presidente da Câmara para analisar uma proposta de alteração, relativa ao texto das Grandes Opções do Plano. Analisado o documento, verificaram que, embora a linguagem fosse menos agressiva, o conteúdo se mantinha. Os ataques depositados no documento são para eles uma questão inegociável. Continuam a atribuir à governação PS local e nacional passada, presente e até futura, os insucessos da atual política local da CDU e do Executivo Camarário. Além desta, não receberam resposta às outras 2 questões que formularam, o compromisso em anular o aumento do preço da água e substituí-lo por uma atualização anual à taxa de inflação e a informação de quais as obras e o respetivo montante financeiro que se comprometem concretizar no próximo ano nas freguesias, e em relação aquela última questão, em vez de uma resposta, o Senhor Presidente optou por tentar condicionar as Juntas de Freguesia do PS. É inaceitável o teor do ofício enviado às juntas no dia 23 do 12, fazendo depender da votação favorável

de cada Presidente, a execução do Plano de Ação para a sua Freguesia, repetem, é inaceitável e acham que é imoral. Têm profundas divergências relativamente ao conteúdo das Grandes Opções do Plano. Tais divergências os impediriam de colocando os interesses dos Munícipes acima dos interesses partidários, de contribuir para a viabilização do Orçamento para 2020. No entanto, reconhecem que o PS não é um partido masoquista, e por isso não viabilizará as Opções do Plano e Orçamento, que são manifesto partidário de ataques às suas governações local e nacional, passada e presente. Naquelas condições terão que ser outras forças políticas, tão críticas como o Senhor Presidente da Câmara, em relação ao PS, a viabilizar o orçamento para 2020. Estarão sempre abertos ao diálogo, mas como deixaram claro desde o início do processo, votarão contra qualquer Orçamento e Opções do Plano, que ataque injusto e despropositadamente o PS. Por tudo o que ficou dito, a bancada do Partido Socialista vota contra o Orçamento proposto para 2020.

O Sr. José Maria Figueira referiu que vai intervir não num sentido de procurar mudar a tendência de voto do PSD e do PS, mas porque as pessoas quando fazem intervenções têm que saber do que é que estão a falar. E, na verdade, aquilo que foi ali dito não corresponde à verdade. De acordo com a ERSAR, a fatura da água e das águas residuais em 2018, eram de 10 euros e 60 cêntimos, no Município de Évora, Capital do Distrito com mais população. Em Beja, gestão PS, era de 20 euros e 86 cêntimos, os mesmos 10m³, e em Portalegre era de 23 euros e 95 cêntimos. Por isso, estão a falar de uma fatura de 11 euros, do aumento de 1 euro e 16 cêntimos, para 10m³, que não é a maioria da população, nem de perto, nem de longe, e segundo o que os senhores dizem da percentagem, estão a falar numa gota de água, que que não tem peso, e, por isso a maioria das pessoas paga muito menos, não consome 10m³, a grande maioria, e os dados na ERSAR estão disponíveis, por isso acha que é uma falácia. É uma falácia, efetivamente, aquilo que se está ali a colocar como o grande fenómeno do aumento dos preços, faz-lhe lembrar um Ministro, do aumento extraordinário dos impostos, e fugiu para FMI. Quer dizer, os senhores, efetivamente, estão ali, enfim, a querer torpedear a verdade e a realidade social existente no Concelho de Évora, e comparando com as outras capitais de distrito do Alentejo que são os vossos modelos de gestão, que acham que está correto. Os senhores podem fazer os comunicados, fazer as declarações que quiserem para a opinião pública, mas na verdade, a opinião pública em relação a esta matéria não colhe, porque, na realidade, aquilo que os senhores estão a dizer não corresponde, efetivamente, à verdade. São 1 euro e 16 cêntimos. E os senhores não falam em termos absolutos, falam em percentagem, porque lhes convém, já foi aqui dito, e por isso era só deixar esta nota.

O Sr. José Vitorino Piteira referiu que não podia deixar de dizer alguma coisa em relação ao Orçamento e ao Plano de Atividades e, baseado naquilo que é resumido no Plano de Ação para 2020/2021, é evidente que não poderia votar contra nem poderia abster-se, porque uma das coisas que vem no documento, especificamente aquilo que foi falado e que acordaram, unanimemente na Freguesia e na Assembleia de Freguesia, com a Câmara, que são as necessidades para a Freguesia, momentâneas e de futuro. É evidente que não poderia também deixar de dizer que, estando de acordo genericamente com o que é dito, há 2 pontos que lhe levantam algumas dúvidas, um deles, que terão que discutir isso na altura própria, mas basicamente naquilo que diz respeito ao limitar a circulação dos pesados na estrada do Bussalfão a caminho de São Vicente de Valongo, sabendo daquilo que é a intensidade hoje com o comércio e com a indústria da azeitona, não sabe como é que se pode fazer, mas é evidente que é preferível fazer alguma limitação do que ter a estrada no estado em que está. A outra é, naquilo que para eles é fundamental, que tem a ver com a Associação de Atividades Económicas, naquilo que se diz e que ao longo dos anos foi um entrave a parte jurídica da sua identificação e da sua propriedade, acha que está ultrapassado. O Senhor Presidente sabe, e bem, que tanto a Associação como a Junta de Freguesia disponibilizaram-se para doar o terreno à Câmara, para a Câmara tendo a posse do terreno fazer legalmente aquilo que é possível fazer e que se mantém. Por isso irá votar favoravelmente o orçamento.

O Sr. Bruno Martins solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que explicasse à Assembleia o teor das cartas que foram enviadas às Juntas de Freguesia que lhe parece, de facto, necessitar de uma

explicação. Uma coisa é a apresentação do plano de ação, acha muito bem que o faça, que deve merecer o acordo da própria Junta de Freguesia, de forma totalmente transparente, mas depois dizer que depende da vossa viabilização da proposta de Orçamento Municipal, não lhe parece que seja a forma mais correta dispor. Percebe que se diga que depende da aprovação do Orçamento, agora não depende da vossa aprovação, quer dizer, parece que está de alguma forma a implicar o acordo com a votação de cada Presidente da Junta e gostaria que explicasse a esta Assembleia Municipal do teor destas cartas.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que irá seguindo as questões pelas intervenções. A primeira relativamente ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Machede, que disse, como é que a CDU reagiria se as propostas fossem estas, não sabem porque em 12 anos de gestão PS nunca houve propostas do PS às Juntas de Freguesia e, portanto, não se sabe ou se ouve ou faz do PS, de facto não se sabe por isso. Neste caso, sabe-se por que têm feito essas propostas. Depois disse que, relativamente às questões que colocou, elas foram abordadas na reunião que tiveram e, portanto, tirando a questão da sugestão da Sala do Futuro da Educação, vão ver o que é, perceber o que é aquilo, mas as outras questões foram abordadas. Relativamente à intervenção do Doutor Adelino, se olharem para aquele Orçamento e para os Orçamentos anteriores, vêem em primeiro lugar, como já foi dito, que este orçamento, como aliás os anteriores, têm procurado aproximar da realidade, porque existiam eram orçamentos virtuais, e, portanto, se tinham um orçamento cuja receita era de 108 milhões de euros, é evidente que o peso das despesas de pessoal no orçamento 108 milhões de euros havia de ser reduzidíssimo, nem pesava sequer. Portanto, obviamente, aquelas questões não podem ser colocadas. Disse que não iria falar no assunto, mas como Doutor Adelino frisou por várias vezes a palavra marasmo, até fez questão de o fazer, gostava de saber se classifica esta gestão como marasmo, gostava de saber como é que classificaria a gestão anterior, gostava de perceber qual seria a classificação que lhe daria. Relativamente aos criadores e agentes culturais, foi feito um programa, que foi, aliás, objeto transparente de um aviso Público em que concorreram um conjunto de agentes e criadores culturais, e. em relação aquele programa, o apoio dado foi de um pouco mais de 200.000 euros só em relação a este programa, portanto, só aqui o valor é substancialmente maior. Em relação ao Doutor Frederico Carvalho, disse que têm procurado ver quais são as áreas de consenso que é possível naturalmente, respeitando as divergências, representam forças políticas diferenciadas e, portanto, naturalmente, têm divergências. Agora também é possível procurar encontrar consensos. E o que é facto é que em relação a todas as forças políticas, foi possível encontrar zonas de consenso. Por vezes, não foi possível chegar a acordos globais, mas foi possível encontrar zonas de consenso e, portanto, valorizamos as zonas de consenso, como já ali foi dito, e deixar ali aquela nota. Referiu que o Doutor Frederico disse "bem, houve uma parte das nossas propostas...", mas recordou que o Afirmar Évora apresentou 72 propostas, e que muitas delas coincidiam com opções que eles próprios tinham e outras foram acolhidas. Portanto, houve um conjunto significativo de propostas que foram acolhidas, exatamente no sentido de serem propostas consensuais, não tinham divergências ideológicas, relativamente a essas matérias. A qualificação dos equipamentos Municipais, para além daqueles já ali falados, mas há outros, mas aqueles são mais relevantes. Relativamente ao investimento no PITÉ, para além dos terrenos há também o investimento na própria acessibilidade. Falou-se ali de administração direta, mas não, será por empreitada que será feita a obra no PITÉ. O IFRRU está de facto aquém do que esperavam, teve muito a ver com as regras e com ter sido conduzido para os bancos, ou seja, dão a informação, mas depois quem faz a negociação com os potenciais a investidores são os bancos e, portanto, há regras dessas que são mais complicadas. Parece-lhes que se elas fossem mais facilitadas, haveria uma maior procura relativamente ao IFRRU. Relativamente ao Fomento Económico, há umas preocupações, mas gostava só de dizer que nestes 6 anos o investimento feito em Évora foi o maior de sempre, nunca houve tanto investimento em Évora como nestes 6 anos. São dados estatísticos. Nunca houve tanta criação de postos de trabalho em Évora como houve nestes 6 anos, nunca houve tanta criação de postos de trabalho para jovens, em Évora, como nestes 6 anos. Julga que aquilo responde às questões que são colocadas sobre as questões económicas. É suficiente, resolve? Não, não é suficiente nem resolve, mas este é um facto que é importante, e neste momento

têm um conjunto de empresas que estão a oferecer a postos de trabalho e que, infelizmente, porque não há resposta de pessoas qualificadas e não estão a ter esse posto de trabalho, por exemplo, só para dar um exemplo, já falou ali, salvo erro, mais que uma vez, têm uma empresa no âmbito da informática, Capgemini, que neste momento oferece 100 postos de trabalho para engenheiros informáticos, para matemáticos, ou para outras pessoas ligadas a estas áreas. Eles próprios dão formação. 100 postos de trabalho, 100. Que estão a pagar acima da média. É bom salientar aquilo porque muitos deles oferecem apenas o salário mínimo, estes não estão a pagar substancialmente acima da média. Relativamente às questões de redução da água, fizeram reduções substanciais da água, aliás, estão a fazer agora uma obra na piscina que vai poupar 44000 m³ de água no Verão, só na obra das piscinas, para não falar noutras. Portanto, estão a fazer um esforço significativo para redução, para não falar dos jardins, espaço verde, naquele plano que já tinha também a falado. Relativamente ao PS, disse que é curioso quando conseguiram chegar a acordo substancial, parece que a diferença era a linguagem. É curioso que noutros anos linguagem, como foi dito aí, porventura na vossa classificação mais agressiva, não mereceu esse reparo. Salientou que o documento que estão a falar é o documento de apresentação das Opções do Plano, não são as Opções do Plano e, portanto, este é um dado que é importante, e era importante também dizer onde é que se insulta o PS, ou onde é que se diz isso, ou outra questão que é "bem, o PS tem que aceitar a divergência política e que há maneiras de ver de forma diferente as questões políticas" e obviamente, não estávam a pedir que apoiassem, que votassem, não, estavam a dizer "bem, viabilizassem" que é diferente de o fazer, e, portanto, fizeram um esforço nesse sentido e até se disponibilizaram a ir mais longe relativamente a essa matéria, o PS não o quis, é perfeitamente aceitável e compreendem a situação. Relativamente à questão das obras na freguesia, têm estado a fazer uma negociação com as Freguesias, e aquilo que falam é simples, diz a Carta, querem fazer um acordo com as Freguesias. Farão um acordo com as Freguesias, naturalmente, desde que o que está nas propostas que foram nas cartas, que foram para todas as Freguesias. Clarificar aquele assunto seja, obviamente, objeto desse acordo. Será difícil chegarem a acordo com uma Freguesia que não quer acordar com eles, como é óbvio, acordos são acordos relativamente a essa matéria e, portanto, os acordos dependerão, obviamente, daquilo que tiver e ficar nas Opções do Plano, se não houver Opções do Plano, obviamente, não há acordos, parece-lhe lógico. As questões da ERSAR estão suficientemente esclarecidas sobre estas matérias, mas há uma questão que é a mais essencial e que deve ser dita, é uma divergência que têm com o PS, porventura com o PSD. Não aceitam que seja a ERSAR a determinar aquilo que são as políticas dos Municípios e, portanto, contestam essa situação. Ainda assim, têm trabalhado com ERSAR para que as condições que queriam impor e que decorriam do PAEL, não fossem impostas e conseguiram. Recordou ali que o que a ERSAR propunha, em termos latos, eram aumentos de 40% ao ano, durante 5 anos. Era o que estava proposto e isso não foi avante, porque foi possível resolver o problema e, isso sim, sem aumentos brutais e incomportáveis para a população de Évora. Quis ali salientar, finalmente, por um lado que a questão da estrada municipal tem que ser estudada, o problema daquela estrada municipal, como é sabido, é que o piso não foi concebido para suportar aqueles carros pesados, por outro lado, é verdade que a atividade económica, entretanto se desenvolveu, e de facto, há ali um uso daquela estrada municipal que é complicado. A solução seria, obviamente, construir uma nova estrada, o que é manifestamente impossível. Portanto, têm que encontrar medidas minimizadoras, é isso que naturalmente irão estudar. Relativamente ao acordo, já foi ali explicitado, é aquilo que exatamente pretendem fazer, encontrar uma forma jurídica que permita avançar com a zona industrial. Salientou que, apesar de divergências, foi possível chegar a acordo com o Bloco de Esquerda e com a Afirmar Évora, naturalmente, até composições distintas de voto na matéria, mas foi possível consensualizar situações de uma forma muito frontal, muito aberta, houve questões que foram aceites, houve questões que não foram aceites, foi e é o que resulta do diálogo político, quando há vontade de se procurar encontrar soluções.

O Sr. Frederico de Carvalho disse que tinha 2 questões muito rápidas, que acha que o Executivo merece verificar quanto antes. A questão da água, obviamente, é contornável, e, naturalmente algo que também é muito caro para eles, é a relação do Executivo com as Freguesias rurais. É importante, é fundamental estancar também essa sangria que temos no próprio Concelho, é fundamental criar

sinergias para isso. Relativamente à questão dos postos de trabalhos, isso per si não chega, porque podem estar a criar muitos postos de trabalho e estar a sair daqui muita gente, só para recapitular, em 2008 tinham 56.000 habitantes e em 2012 têm 52.000, portanto, isso não quer dizer nada e, naturalmente, que têm ali alguém na plateia, da sua cor partidária, e relembrou o manifesto eleitoral de 2001 da CDU, tinha extraordinária ambição e é isso que agora falta também aquele Executivo, é ambição para terem mais e melhor, nomeadamente na questão económica.

O Sr. José Vitorino Piteira referiu que certamente não fala pelos meus colegas de Junta de Freguesia, fala por ele, mas também não vai dar novidade nenhuma de que 99% da aprovação do Orçamento, no seu caso, no seu ponto de vista, depende daquilo que diretamente diz respeito à sua Freguesia. Não diz que se está borrifando para o resto, porque não está, preocupa-o o hospital, preocupa-o o IP2 e preocupa-o tudo isso, mas é evidente que tem que responder por quem o elegeu e que o elegeu foram os seus munícipes, porque como diz no Estatuto, não sou um membro da Assembleia eleito diretamente, sou indiretamente porque sou eleito como Presidente de Junta e por isso não é novidade nenhuma de que o Orçamento depende da minha votação, daquilo que vier a respeito da sua Freguesia e aquilo que vem a respeito da sua Freguesia é exatamente aquilo que acordaram. Se lhe dessem licença lia a Carta de que tanto se fala, e se calhar está em desvantagem, porque como é evidente o PS e a CDU sabe o conteúdo da Carta, mas o Bloco de Esquerda, o PSD e o CDS não sabem porque, infelizmente, não têm nenhum Presidente de Junta na Assembleia, assim leu o teor da Carta, "Conforme acordado e na sequência da reunião do 11/10/2019, realizada na Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede, para análise das prioridades de investimento e outras ações a realizar pela Câmara Municipal em 2020, bem como da reunião geral com as Freguesias realizada no dia 24/09/2019, somos a explicar a proposta do plano de ação para esta Freguesia que nos propomos assumir após acordo desta Junta de Freguesia e vossa viabilização da proposta de Opção do Plano e do Orçamento 2020". Mas só está a dizer, e concretamente, para os colegas que não têm Presidentes de Junta na Assembleia Municipal.

O senhor Presidente verificando que não se registaram mais pedidos de palavra, submeteu a votação a proposta de **Opções do Plano e Orçamento para 2020**.

A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com o voto de qualidade do Presidente da AME, com 16 votos a favor (14 da CDU, 1 do BE e 1 do MMPI), 1 abstenção da Coligação Afirmar Évora e 16 votos contra (13 do PS e 3 do Partido Social Democrata), com 33 membros presentes.

O Sr. Nuno Alas

Declaração de Voto do PSD

"*Relativamente à votação das Opções do Plano e Orçamento Municipal para o ano de 2020, em sede de audição dos eleitos, o PSD reuniu com o Executivo da CDU, tendo feito chegar a este um documento com 21 propostas que consideramos indispensáveis para viabilizar as Opções do Plano e Orçamento Municipal. As propostas foram com a realização do projeto de remodelação da Escola André de Gouveia, arranque dos estudos e projetos, intervenção na Escola André de Resende, no sentido da criação de um espaço pré-escolar de rede pública, intervenção urbana no Rossio de São Brás, com a criação de espaços de estacionamento, criação do parque, estudos de parque da cidade às Portas de Avis, criação da zona industrial de Nossa Senhora de Machede, desenvolvimento da segunda fase do PCTA, criação de um banco de medicamentos para os mais desfavorecidos, acesso da zona industrial Almeirim Norte à Circular de Évora, criação do plano de salvaguarda do Centro Histórico de Évora, desenvolvimento do plano de emergência do Centro Histórico de Évora, desenvolvimento de um projeto de mobilidade elétrica para a frota de viaturas da Câmara Municipal de Évora, desenvolvimento de um projeto de redução eficiência energética para os edifícios da Câmara Municipal de Évora, desenvolvimento de um plano para a redução e eficiência do uso da água em Évora, investimentos estruturantes com objetivo de melhorar significativamente os níveis de limpeza urbana no Concelho, realização de investimentos ao nível da Acessibilidade inclusiva ao património para pessoas com mobilidade reduzida e ou portadoras de deficiência,*

recuperação da ecopista, revisão e melhoria da sinalética do Centro Histórico, intervenções para melhorar as entradas na cidade de Évora, intervenções nas estradas e caminhos municipais, nomeadamente nas freguesias, arranque de estudos e projetos estrutural das obras na Escola Básica de São Mamede, arranque de estudos e projetos para a criação de uma plataforma municipal para apoio à Proteção Civil no aeródromo. Embora cientes do esforço financeiro que as nossas propostas acarretam, tratam-se de medidas, ações que há muitos vão estar executadas. Algumas Senhor, Presidente, com décadas de atraso, são propostas relacionadas com a educação, com o ambiente, com o apoio aos mais desfavorecidos, com o desenvolvimento económico e com as acessibilidades no Concelho. O executivo CDU decidiu não acolher muitas das nossas propostas, o que evidencia as diferenças programáticas dos projetos apresentados pelos 2 partidos. As Opções do Plano e Orçamento Municipal da CDU assenta em 2 premissas, elevada receita em impostos e taxas e manutenção e repetição e aumento da água em 11,2%, repetimos 11,2%, e a manutenção e repetição das propostas de obras que constam há anos nos documentos provisionais, mas que nunca saem do papel com investimentos adiados e mau aproveitamento dos fundos comunitários. Mantém-se problemas crónicos em matérias básicas como limpeza, degradação da rede viária, estradas e caminhos municipais, perdas na rede de distribuição de água, escolas básicas com graves problema entre tantos outros, sem que exista no orçamento verbas que respondam a estas necessidades. Por estes motivos, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Évora vota contra as Opções do Plano e Orçamento Municipal de 2020."

O Sr. Bruno Martins
Declaração de Voto
"*Informar que a minha primeira intervenção gostaria que fosse como a declaração de voto do Bloco de Esquerda, sublinhando uma frase que disse: «Podíamos ter caído no ridículo de apresentar propostas megalómanas à espera da recusa, mas esse papel já tem dono».*"

O Sr. José Maria Figueira
Declaração de Voto
"*Bancada da CDU, que participou ativamente na elaboração das Opções do Plano e do Orçamento deu o seu voto favorável na medida em que reconhece o esforço do Executivo Municipal no diálogo com as diferentes forças políticas representadas nos órgãos do Município e do acolhimento das propostas apresentadas que contribuíram para estas Opções do Plano de 2020. Reconhece igualmente o esforço do Executivo com vista a assegurar o equilíbrio orçamental e a libertar o Município do garrote do PAEL imposto pela gestão PS em 2013. Relevar as preocupações do Município com o ambiente e desenvolvimento sustentável e relevar os investimentos nas áreas da educação, da cultura, da atividade económica, das respostas sociais e do apoio ao associativismo.*"

O Sr. Ananias Quintano
Declaração de Voto
"*Queria que ficasse a minha intervenção como declaração de voto.*"

A Sra. Florinda Russo
Declaração de Voto
"*Queria também que a minha intervenção ficasse como declaração de voto, acrescentando ainda a questão de que realmente eu estou aqui para defender os meus fregueses e é referente ao maior problema existente, como já referi, não está nada de concreto. O Senhor Presidente disse que realmente era uma obra de grande porte e que não poderia suportar, mas, no entanto, poderemos e poderia sempre no fundo, acordar com a própria Junta e fazer obras em parcela, ou seja, começar numa rua, fazer a remodelação da rede de águas dessa rua e por aí fora, por forma a conseguir.*"

O senhor Presidente propôs à Assembleia a realização de um intervalo de 5 minutos.

2. Mapa de Pessoal para o ano de 2020.

O senhor Presidente retomou a Sessão informando que passam ao ponto 2, para análise e deliberação do Mapa de Pessoal do Município para 2020.

O senhor Presidente da Câmara referiu que iria tentar ser rápido. O mapa pessoal, fundamentalmente, prevê a evolução das carreiras dos trabalhadores que atualmente têm no Município. Prevê as contratações que, de acordo com as limitações económicas e financeiras do Município, é possível fazer. Prevê a transformação de contratos a tempo determinado em contratos a tempo indeterminado no número que, do ponto de vista financeiro, é possível, e, naturalmente, a está contido na proposta de Orçamento que acabou de ser aprovada. Desta forma, pensam que responde às questões de caminho para o equilíbrio do mapa pessoal que, como tinha salientado, ainda não é possível garantir na sua totalidade e, por outro lado, garante que aquilo que é possível em termos de evolução de carreira dos trabalhadores está garantido.

O Sr. José Maria Figueira solicitou que lhe desse uma explicação, porque na certidão daquele documento fala-se no encargo de despesas com pessoal de 19.724.782 euros e no orçamento, no mapa de encargos com pessoal, estão 19.628 773 euros, há uma diferença de 100.000 euros. Tem a ver com alguma algum erro, ou é alguma questão que esteja em despesas nas outras.

O Sr. Presidente da Câmara informou que terá de ver, mas que estranha essa situação, porque de facto não está a ver qual é a situação e, portanto, tem que ir ver de facto, porque, em princípio, deveria haver uma igualdade somando as várias rubricas.

O Sr. Nuno Alas disse que é só para fazer 2 perguntas ao Senhor Presidente, nas Opções do Plano refere que está a negociar um acordo coletivo de empresa com o STAL, prevê a reposição de mais 3 dias de férias para todos os trabalhadores sindicalizados e extensiva a todos os outros da Autarquia e como é que este mapa de pessoal acomoda esta redução dos dias de trabalho para a autarquia. Outra questão refere-se a estes 17, que o colega Figueira agora refere esta diferença, acomoda um conjunto de despesas, nomeadamente a alteração obrigatória de posicionamento remuneratório, é de Lei, mas a seguir também alteração de posicionamento remuneratório através de opção gestionária. Perguntou se a Câmara vai subir vencimentos através da opção gestionária, em que condições, a quem, ou com que critérios.

O Sr. Ananias Quintano disse que como sabem, o PS votou contra a reestruturação dos serviços do Município, considerando aquela reestruturação na iria em nada de beneficiar a eficácia dos mesmos. Vão abster-nos agora porque é a aplicação daquilo que a maioria aprovou, mas continuam a pensar que o que há necessidade é de alguma liderança e orientações muito claras para os serviços. Também se abstêm porque não querem prejudicar os trabalhadores da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que relativamente à questão colocada pelo Doutor Figueira, naturalmente terá que ir ver, mas o que prevalece é sempre o valor do Orçamento em relação ao valor lá colocado. Relativamente à questão ACEP, esse acordo já está feito desde o ano de 2018, ou 2017, estava na dúvida. Portanto, não há alteração, julga que e 2017 o acordo já cobria os 3 dias, portanto, não é novidade, é manter a situação que têm atualmente. Opção gestionária, os critérios estão definidos por Lei e a Lei define quais são os critérios a aplicar na opção gestionária, julga que não terão condições económicas e financeiras para aplicar opção gestionária, um primeiro cálculo que fizeram de aplicação da opção gestionária significaria uma verba de 90.000 euros, grosso modo, chamou a atenção que foi uma estimativa grosseira porque, obviamente, tem que se ver com cada um dos critérios que a Lei determina, nomeadamente relativamente às avaliações dos trabalhadores que são obrigatórias, portanto, só se pode aplicar a opção gestionária de acordo com determinado tipo de avaliação do trabalhador. Julga que se a questão for apenas pelos por aqueles critérios, não a estão virados para aplicar a opção gestionária, se porventura houver possibilidade de definir

critérios mais finos, aí porventura podem resolver algumas questões que se justificam e considerar isso, mas sempre com valores mais baixos do que aqueles que inicialmente estão avaliados.

O Senhor Presidente verificando que não se registaram mais pedidos de palavra, submeteu a votação a proposta de **Mapa de Pessoal para 2020**.

A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 16 votos a favor (14 da CDU, 1 do BE e 1 do MMPI) e 17 abstenções (13 do PS, 3 do Partido Social Democrata e 1 da Coligação Afirmar Évora), com 33 membros presentes.

3. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2020.

O Senhor Presidente informou que passam ao ponto 3, para análise e deliberação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2020.

O Senhor Presidente da Câmara recordou que, como era compromisso deles, pago PAEL, queriam iniciar uma redução faseada de impostos, de forma a compatibilizarem essa redução de impostos ao longo dos anos com o equilíbrio económico e financeiro do Município, e por isso neste primeiro ano que acabaram de pagar o PAEL, propõem já uma redução pequena, é certo, mas ainda assim uma redução do IMI, esperando que ao longo dos próximos anos seja possível continuar a reduzir este imposto.

O Sr. Nuno Alas informou que a bancada do PSD votará a favor, embora reconhecendo, naturalmente, que a descida é pequena, mas "Roma e Pavia não se fizeram num dia", e, portanto, o que é importante é este sinal que dá de redução do IMI.

O Sr. José Maria Figueira informou que a bancada da CDU vai votar favoravelmente porque, tal como foi afirmado pelo Senhor Presidente, havia um compromisso que, na liquidação do PAEL, se iniciaria um processo de redução dos impostos, e, como tal, irão votar favoravelmente.

O Sr. Bruno Martins referiu que o Bloco de Esquerda assinala como positivo aquela descida, ainda que bastante tímida, e considera, a bem da transparência, agora que está liquidado o PAEL, que a governação da CDU devia apresentar aos Eborenses qual o seu plano de redução de impostos para os próximos anos, de acordo com as condicionantes que estão em cima da mesa, seria de todo transparente que pudessem ter conhecimento de qual o plano para os próximos anos de redução de impostos e taxas.

O Sr. Ananias Quintano referiu que, após a saída do PAEL, ficaram expectantes em relação às promessas feitas pela Autarquia que baixava impostos. Mesmo concordando que não é possível essa baixa de impostos e que ela terá que ser gradual, entendem também que se poderia ir mais longe, daí a abstenção deles.

O Senhor Presidente verificando que não se registaram mais pedidos de palavra, submeteu a votação a proposta de **Mapa de Pessoal para 2020**.

A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 20 votos a favor (14 da CDU, 1 do BE, 3 do Partido Social Democrata, 1 da Coligação Afirmar Évora e 1 do MMPI) e 13 abstenções do PS, com 33 membros presentes.

4. Derrama para 2020.

O Senhor Presidente informou que passam ao ponto 4, para análise e deliberação da Derrama para 2020, e recordou que a Assembleia, na sessão ordinária realizada a 27 de novembro, aprovou o valor

da Derrama, sob proposta da Câmara. Acontece que, com a liquidação do PAEL, há uma nova proposta para um novo valor da Derrama, e é isso que vão agora debater.

O Senhor Presidente da Câmara confirmou que é essa a questão, e salientou que foi um compromisso que na altura assumiu, mas há uma outra razão. Recordou que a Lei determinava, de uma forma um pouco, enfim, não uniforme com o resto, que a comunicação da Derrama tinha que ser até 30 de novembro, foi possível através da Associação Nacional de Municípios que o Governo prorrogasse o prazo de 30 de novembro para 31 de dezembro, o que lhes permitiu agora baixar a Derrama, porque se não fosse prorrogado o prazo, já não seria possível baixar a Derrama. O compromisso era baixar a Derrama para as micro e pequenas empresas, ou seja, os negócios até 150.000 euros para a taxa mínima.

O Sr. Adelino Fonseca disse que gostaria de começar por dizer que, de acordo com aquilo que é a sua perspicácia, está convicto de que o Senhor Presidente ignora as suas intervenções, mas nada disso o preocupa, considerando que fala é para os munícipes Eborenses, e é com quem esses que me importo, os atos ficam para quem os pratica. De qualquer maneira, sobre a derrama, já tinham apresentado uma proposta à Câmara Municipal sobre esta matéria, em que propunham que o volume de negócios até 150.000 euros fosse isento de Derrama. Essa proposta não foi possível aceitar, mas também deve esclarecer que não lhe venham dizer ali, como já uma vez lhe disseram, que era demagogia política, não é, fez um ligeiro apanhado de como se comportaram os municípios em 2018, e verifiquou que em 260 municípios, 118 isentaram todos os contribuintes de derrama até com um volume de negócios de 150.000 euros ou menos, incluindo vários municípios da CDU, portanto, tem ali os dados, se for preciso dizer quais foram os municípios, pode dizer. De qualquer maneira, a coerência deles leva-os a que o sentido de voto seja desfavorável à proposta da Câmara Municipal.

O Sr. Bruno Martins referiu que é uma questão porque a memória não é curta. Durante a gestão do Partido Socialista, havia lugar a um lançamento de uma Derrama reduzida de 0,5% para as pequenas e médias empresas. O Bloco de Esquerda e a CDU sempre propuseram 0,1%. A sua pergunta é, porque é que não foi retomada aquela velha proposta da CDU, do lançamento de uma Derrama reduzida de 0,1% para estas empresas com lucro tributável até 150.000 euros.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a questão se prende, como disse, com a necessidade de ir descendo gradualmente os impostos, não dar logo, a ideia de que "agora está tudo bem, podem passar do 80 para o 8". Não podemos, ainda. Naturalmente vamos reduzindo, a passagem para esta taxa significa a redução da Derrama para as empresas em 2/3, o que é um valor muito significativo e, naturalmente, ao longo dos próximos anos, julga que poderão a caminhar para taxas mais baixas e, porventura, até para o 0,1%, que estava proposto, ou até mesmo se se justificar para o zero.

O Senhor Presidente verificando que não se registaram mais pedidos de palavra, submeteu a votação a proposta de **Derrama para 2020**.

A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 19 votos a favor (14 da CDU, 3 do Partido Social Democrata, 1 da Coligação Afirmar Évora e 1 do MMPI), 1 abstenção do BE e 13 votos contra do PS, com 33 membros presentes.

O Senhor Presidente informou que passam ao ponto 5, para análise e deliberação da Participação variável no IRS para 2020.

5. Participação variável no IRS para 2020.

O Senhor Presidente da Câmara salientou que o IRS é destinado sobretudo às questões sociais, e naquele Orçamento para 2020, preveem um investimento muito significativo na área social, como

já disse, para salientar apenas o mais importante, porque há outros. Em 4 Centros de Convívio para Reformados, Pensionistas e Idosos, que estão parados há muitos anos, alguns há mais de 20 anos, talvez quase 30 anos, um é São Miguel de Machede, outro na Horta das Figueiras, outro no Bairro de Santo António, e também uma intervenção de renovação na Malagueira, e este valor global ultrapassa 1.000.000 de euros. Desta forma, parece-lhes que o valor de IRS que é cobrado é bem empregue na melhoria das condições de vida da população mais idosa e ajuda-os, naturalmente, a dar esta resposta. Foi por isso que não propuseram, no caso do IRS, nenhuma redução.

O Sr. Adelino Fonseca disse que sobre aquela matéria, solicita um esclarecimento. Em função da certidão que lhes foi distribuída, diz, a dado passo, que "a participação anterior depende de deliberação sobre a percentagem pretendida pelo Município, que, neste caso, por força da sua adesão ao PAEL, deve ser a taxa máxima, alínea a) do número 2, do artigo 6º, da Lei Nº 43/2012, de 28 de agosto. Assim, propõe-se a aprovação de uma participação no IRS 5% para o ano 2020, bem como se envia à Assembleia Municipal para deliberação daquele órgão municipal". Considerando que o PAEL não existe neste momento, já está sanado, já está liquidado, não se compreende esta proposta. Há aqui uma incongruência e vem revelar novamente a velha desculpa do PAEL, que serve para tudo, e que certamente aqui não se justifica. Portanto, haverá com certeza outros fundamentos, já aqui foram ditos também, não estão nada contra eles, mas naquele contexto daquilo que estão a votar, que é aquele documento que têm na mão, só podem votar contra.

O Sr. Nuno Alas referiu que na certidão que foi extraída da reunião de Câmara, que foi dia 11/11/2019, o PSD votou a favor de uma proposta quando o PAEL estava em vigor e não podiam votar de outra forma, não podiam votar em cenários de existência ou não do PAEL. Era aquilo que tinham, era aquilo que tiveram que votar. Não voltar a votar esta proposta, tal como fez para IMI, foi uma opção política da Câmara não querer reduzir o IRS. O Senhor Presidente dizer que é cerca de 1.000.000 de euros estes 5%, que aplicam obra social, tudo bem, mas pode ir buscar dinheiro do IMI, do IMT, de outras transferências do Estado para fazer as obras, não tem necessariamente de ser aquele dinheiro para aplicar aí. Esse é um discurso que nem acha que faça sentido, a dizer "ou se aplica os 5% para terem a obra social ou se não aplicarem 5%, não têm essa obra social", acha que essa relação direta não existe, essa relação de cobra aqui, gasta ali, não têm isso no Orçamento. Acha que tinha sido importante, Senhor Presidente, já que o senhor dá um sinal aos proprietários dos imóveis, dá um sinal aos micro e pequenos empresários, era importante ter dado um sinal, ainda que ténue, não fazem ali o jogo do tudo ou nada, de que havia uma redução para os trabalhadores, para os pensionistas, para as famílias em geral, para a redução do IRS de 4 para 4 e meio por cento, por exemplo, para 4%, aquilo que que conseguissem acomodar, e essa parece-lhes que tinha sido uma proposta bastante justa e adequada à nova realidade que têm.

O Sr. Bruno Martins considerou que embora não possa haver, obviamente, consignação de impostos, o Bloco de Esquerda sempre foi a favor que aquela receita fosse aplicada em questões sociais. E a sua pergunta ao Senhor Presidente, uma vez que a Certidão que têm foi votada há mais de 1 mês, se a justificação que apresentou no início altera a Memória Justificativa da Certidão para a apresentação daquela proposta.

O Senhor Presidente da Câmara disse que relativamente à questão que foi colocado pelo senhor Nuno Alas, naturalmente que foi opção política porque, caso contrário, teriam proposto também a redução daquele imposto, isso era possível como foi em relação aos anteriores, portanto, foi opção política não fazer e na altura, em relação à Câmara, disse exatamente isso, ou seja, que não proponham a redução daquele imposto por causa da aplicação em termos sociais. Percebe o que está a dizer, mas foi, de facto, a opção que tiveram. Quando foi aprovado na reunião de Câmara o PAEL ainda estava em vigor e, portanto, a Certidão faz referência à justificação relativamente ao PAEL, e nessa altura tinham por obrigação que aplicar a taxa máxima, portanto, aí não havia alternativa, tinha que se aplicar a taxa máxima e daí a referência ao PAEL, que está bem feita, porque na altura o PAEL ainda estava em vigor, como já foi bem dito. Posteriormente, de facto, era possível alterar

a taxa, portanto, foi opção política não alterar a taxa, exatamente porque pretendia que aquele valor fosse um valor aplicado, ainda que nalguns casos haja como, por exemplo, na Derrama. Mas há casos em que geralmente a consignação não é feita, mas há casos pontuais em que a é feita, nomeadamente nas questões do Fundo Social Municipal e da Derrama, por exemplo, portanto, foi opção deles exatamente por aquilo, e como tinham um investimento significativo a fazer aquele nível, pareceu-lhes sensato e correto manter essa situação.

O Sr. Frederico de Carvalho disse que relativamente aquela questão, naturalmente que reconhecendo agora é uma decisão meramente política, deter aquela taxa relativamente ao IRS, acham que o sentido, a orientação é correta, ou seja, não se pode dar tudo de repente numa lógica em que acabou de se retirar aquele peso dos grilhões do PAEL e, portanto, há aqui algum efeito progressivo, também no entender deles, é importante dar antes de mais um estímulo à atividade económica para que se possa gerar riqueza, gerando riqueza que entretanto se possa redistribuí-la de uma forma progressiva e nessa lógica vão abster-se naquela votação, mas também com uma ressalva que circunstâncias idênticas num cenário económico e financeiro idêntico, no ano seguinte não terão a mesma orientação de voto, naturalmente ou haveria lugar a uma redução ou nessa altura votariam contra.

O Sr. Adelino Fonseca solicitou ao Senhor Presidente se o podia esclarecer, porque não tem de memória, se não houve, depois de 11 de novembro, uma reunião de Câmara onde pudesse ser alterada a fundamentação, ainda que seja aquela que apresentou para fundamentar aquela taxa de 5%, é que lhes deixa um problema que têm que votar o documento que têm em mão.

O Sr. José Maria Figueira referiu que o que têm ali é uma certidão de uma reunião de Câmara, de 30 de outubro, em que estava efetivamente a questão do PAEL, mas a proposta que o Senhor Presidente já ali disse é que é uma decisão, uma opção política dos 5%, com a questão de apoiar os Centros de Dia que foram ali mencionados, na ordem de 1.000.000 de euros, e por isso, a proposta que está ali, que se congratulam que haja esse investimento nos Centros de Dia e por isso vão votar favoravelmente, no sentido de que a taxa do IRS seja efetivamente 5%, conforme está feita a proposta, independentemente de ser na reunião de Câmara A ou B ou C, e em que data foi, há ali uma proposta feita pela Câmara naquele sentido.

O Sr. Bruno Martins disse que o que vão votar ali é o lançamento da taxa que os senhores vereadores e vereadoras possam se insurgir contra a Câmara por não ter apresentado, acha isso natural, agora a exposição de motivos foi aquela que foi apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, julga que os órgãos são independentes, e se os senhores vereadores da oposição pretenderem fazer essa ressalva em reuniões de Câmara, julga que estão no seu direito, mas a exposição de motivos foi apresentada e o que vão votar é o lançamento da taxa.

O Sr. Nuno Alas referiu que acha que de facto está aqui, embora percebendo o que o colega Adelino Fonseca, não é camarada e colega, diz acerca daquilo, de facto, há ali aquele enquadramento, embora é o que o Senhor Presidente diz, é a votação da taxa, que são 5%, mas não deixa de ser curioso que a mesma Câmara que renuncia à área da Educação dizendo que essa não é uma competência, assuma competências na área da Ação Social também, onde não tem competências nenhumas delegadas da parte da Administração Central, portanto, é curioso esta dualidade de critérios, não está em causa que a Câmara deva ajudar quem necessita, quem deve a apoiar e tudo mais, mas são opções que são tomadas e, tal como aquela decisão, é uma decisão política de manter os 5%. Senhor Presidente, a bancada do PSD, não tanto com o PAEL, é da opinião, que devia minorar, pelo menos, para 4,5%, era de inteira justiça para os Eborenses, para todos, para quem ganha 600 euros, para quem ganha 1000 euros, para quem tem pensões de 700 euros, para quem tem pensões de 400 euros, não pagar IRS, era de inteira justiça para todos.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se forem ler as competências da Câmara, a Câmara tem competências na área social, e a dos Centros de Convívio até uma delas que pode ter, portanto, que fique claro que tem competências e até grandes na área Social. Vão querer dar-lhes ainda muito mais, mas estas já têm. Na altura, de facto, não levou a proposta à reunião de Câmara exatamente por aquelas razões, mas na reunião de Câmara, disse exatamente isso, mas não foi feita a proposta, de facto e, portanto, em reunião de Câmara haverão de falar sobre aquela matéria. De qualquer maneira, de facto, a proposta que está presentada, e na fundamentação, ainda na reunião falou naquela fundamentação, fique claro aquela situação. Portanto, o que se propõe é aquela a taxa, mas a fundamentação não foi só o PAEL, foi também a questão dos Centros de Convívio.

O Sr. Jerónimo José referiu que é só uma reflexão, realmente não deixa de ser curioso que, embora já sem o constrangimento do PAEL, e percebendo que foi aprovado na reunião anterior e não tendo o cuidado de levar à reunião de Câmara, está apresentar à Assembleia um documento ou uma proposta diferente da que levou, ou pelo menos com os pressupostos diferentes, que levou à reunião de Câmara. Não deixa de ser curioso que sempre foi invocado, que a taxa de esforço que era exercida sobre as famílias eborenses quer era por causa do PAEL e agora que não há PAEL, o Senhor Presidente da Câmara disse que é uma opção, mas isso foi sempre a sua opção, só que dantes tinha esta desculpa. Era só para registar.

O Senhor Presidente informou que, no âmbito das intervenções da Câmara, o senhor Presidente da Câmara a permite que o senhor Vereador António Costa da Silva use da palavra.

O Vereador António Costa da Silva começou por saudar todos os presentes e disser que lhe parece aquela questão de duvidosa decisão, a duvidosa legalidade mesmo, ou seja, estão perante uma matéria que, na sua perspetiva, tem que passar pelo órgão Câmara, e depois do órgão Câmara deliberar, apesar da CDU ter a maioria e sabem que à partida proposta será aprovada, mas só depois disso é que irá órgão Assembleia Municipal. O contrário não faz sentido nenhum, senão a Câmara tomaria todas as decisões em Assembleia Municipal e o órgão Câmara Municipal não servia para nada. Portanto, pensa que esta decisão, se vier a ser tomada, é errada e de duvidosa legalidade.

O Senhor Presidente da Câmara, esclareceu, em relação à intervenção do senhor vereador, que não há dúvida nenhuma sobre a legalidade, a proposta foi aprovada em reunião de Câmara, e, portanto, é completamente válida. O que pode o senhor Vereador colocar, porventura com razão, é se do ponto de vista político foi correta essa decisão, isso é que pode colocar e, naturalmente poderá colocá-lo, do ponto de vista da legalidade, não. A Câmara aprovou uma taxa, e quer a Câmara, na Câmara, qualquer eleito na Câmara tinha possibilidades de propor uma proposta alternativa.

O Sr. Bruno Martins referiu que em reunião pública de Câmara foi levantada a questão da legalidade daquela decisão e desta posterior decisão na Assembleia Municipal de Évora.

A Sra. Clara Grácio referiu que os usos da palavra dos Vereadores têm a ver com o facto de ser posta em causa a sua honra ou se foi pedida autorização, acha muito bem ou se o Senhor Presidente solicita que o seja, neste caso foi solicitado e disse que sim, acha muito bem. Relativamente à questão é assim, há uma aprovação numa reunião de Câmara, todos os vereadores, sem exceção, podem, alterando-se a situação dessa própria Câmara, solicitar a alteração do ponto, fazerem propostas na reunião de Câmara. Tal não foi feito na reunião e, portanto, na reunião de Câmara poderão, obviamente, fazer o que quiserem sobre é a apreciação que quiserem. Agora é perfeitamente legítimo que algo que foi aprovado numa reunião de Câmara venha ali a ser a feita a sua aprovação na Assembleia Municipal. Se os senhores Vereadores teriam feito uma outra proposta na reunião de Câmara, é problema vosso. Agora na legalidade relativamente à Assembleia Municipal, nós estamos a aprovar uma taxa, taxa essa que veio de um órgão e, portanto, não há o mínimo de ilegalidades naquela questão, o mínimo, as consequências políticas de ter sido feito ou

não são outra questão, o que nós estamos a falar ali, a ilegalidade e, portanto, não há o mínimo de ilegalidade.

O Sr. João Canha referiu que então há 5% de taxa que foram aprovados no quadro do PAEL há 1 mês atrás, o quadro do PAEL caiu e continua a ser dado como justificação para ser aprovado hoje. Não é só uma questão política, é só perceberem se sim ou não.

O Senhor Presidente esclareceu que, antes de dar a palavra a senhora Vereadora Elsa Teigão, como já foi ali referido pelo membro da Assembleia, a Senhora Clara Grácio, os vereadores em apenas em 2 situações usam da palavra, quando é posta em causa a sua honra pessoal ou quando o Senhor Presidente da Câmara, que está ali naquele momento a representar a Câmara, lhes permite uso da palavra.

A Vereadora Elsa Teigão saudou todos os presentes e esclareceu que na reunião ordinária de Câmara foi apresentada uma proposta para as situações em que o PAEL estivesse em vigor, aliás, havia propostas alternativas, uma para o PAEL e outra com saída do PAEL, que não poderiam nunca ter sido votadas no mesmo ponto e por isso foram retiradas. Quando foi votada esta situação, foi votada no pressuposto do PAEL existir, não foi votada no pressuposto da situação atual da Câmara, não passou pela Câmara a proposta feita nesta situação, a situação de obrigação em termos de taxas e de impostos que é imposta pelo PAEL é uma, e a situação em que a Câmara se encontra é outra, não tem obrigatoriedade do PAEL. E é lamentável que isso não passe pela Câmara e venha à Assembleia uma proposta anterior à situação em que a Câmara não se encontra e esclareceu que foi feita proposta alternativa, sim, senhor, às taxas e aos impostos, e foi feita pelo Partido Socialista.

O Senhor Presidente da Câmara disse que na proposta que foi à reunião de Câmara, do IMI, da Derrama e da participação variável no IRS, ia uma proposta alternativa. Em conjunto, acordámos que a proposta alternativa, que era a não verificação do PAEL, seria retirada. E foi retirada. E, portanto, foi votada esta situação. E, portanto, primeira questão, nas 2 outras estavam uma alternativa, nesta não estava alternativa, e isso foi explicado o porquê da situação. Segunda questão, importante, depois dessa reunião e depois de liquidado o PAEL, podia haver várias propostas nesse sentido. Apresentaram, o Presidente da Câmara apresentou, proposta para alterar o IMI e a Derrama e não apresentou a proposta para alterar o IRS porque entendeu que não tinha que apresentar proposta para alterar o IRS, e disse, portanto, está perfeitamente clarificada a situação. E não havia nada que impedisse que os vereadores pudessem apresentar proposta na reunião de Câmara sobre a matéria. Nada, portanto, a fundamentação está correta e as questões relativas à legalidade estão corretas. Dir-se-á "bem, então deveríamos ter discutido", provavelmente é uma discussão que temos que fazer na reunião de Câmara.

O Sr. Bruno Martins perguntou ao Senhor Presidente da Mesa, se tinha chegado à Assembleia Municipal outra proposta da Câmara Municipal de Évora para a participação variável no IRS para 2020. Tem conhecimento de uma proposta que foi enviada à Assembleia Municipal de Évora, que será é a que vão votar, mas queria perguntar se existe na Assembleia outra proposta para votação ou se mantém a proposta que têm nas suas mãos.

O Senhor Presidente informou o senhor Bruno Martins que aquela era a única proposta de que a Assembleia Municipal, os serviços, tiveram conhecimento e essa que foi a que deram ao conhecimento dos membros da Assembleia. Não, de facto, não têm outra proposta. Esta é a única proposta e a única Certidão que foi posta à disposição e que divulgaram pelos membros da Assembleia na plataforma eletrónica.

O Senhor Presidente verificando que não se registaram mais pedidos de palavra, submeteu a votação a proposta de **Participação variável no IRS para 2020**.

A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com o voto de qualidade do Presidente da AME, com 16 votos a favor (14 da CDU, 1 do BE, e 1 do MMPI), 1 abstenção da Coligação Afirmar Évora e 16 votos contra (13 do PS e 3 do Partido Social Democrata), com 33 membros presentes.

O Sr. Nuno Alas
Declaração de Voto
"*Reiterar que a bancada do PSD votou contra a proposta da Câmara Municipal, uma vez que quando foi votada e foi aprovada com o voto do nosso vereador, foi no pressuposto que ainda existia PAEL que era uma taxa de 5%, que era obrigatória que fosse o máximo, não existindo esta obrigatoriedade, entende a bancada do PSD que a Câmara deveria dar um sinal na redução do IRS e que entendeu não o fazer, portanto, só poderíamos votar contra a proposta que aqui veio.*"

6. **Autorização Prévia para os Compromissos Plurianuais no ano de 2020, no Âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.**

O Senhor Presidente informou que passam ao ponto 6, para análise e deliberação da Autorização Prévia para os Compromissos Plurianuais no ano de 2020, no Âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

O Senhor Presidente da Câmara relembrou que, como sabem, aquela questão é sobretudo uma medida de facilitação da gestão. Tem sido proposta todos os anos e é isso que fazem de novo.

O Senhor Presidente verificando que não se registaram pedidos de palavra, submeteu a votação a proposta de **Autorização Prévia para os Compromissos Plurianuais no ano de 2020, no Âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.**

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, com 33 membros presentes.

7. **Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2020, para Ocorrer a Dificuldades de Tesouraria.**

O Senhor Presidente informou que passam ao ponto 7, para análise e deliberação da Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2020, para Ocorrer a Dificuldades de Tesouraria.

O Senhor Presidente da Câmara relembrou que aquela é a única Sessão em que pode ser aprovada a possibilidade de contração de empréstimos de curto prazo. Não fazemos intenção de recorrer a empréstimo de curto prazo, como não têm feito nos últimos anos, mas é um instrumento de gestão que deve estar à nossa disposição para o caso de ser, excecionalmente, necessário poderem utilizar.

O Senhor Presidente verificando que não se registaram pedidos de palavra, submeteu a votação a proposta de **Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2020, para Ocorrer a Dificuldades de Tesouraria**.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, com 33 membros presentes.

8. **Plano Local de Habitação para o Concelho de Évora 2020/2026.**

9. **Estratégia Local de Habitação 2020/2026: Graves Carências Habitacionais.**

O Senhor Presidente informou que passam aos pontos 8 e 9, para análise e deliberação do Plano Local de Habitação para o Concelho de Évora 2020/2026 e da Estratégia Local de Habitação 2020/2026: Graves Carências Habitacionais.

O Senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao senhor Vereador Eduardo Luciano para fazer a apresentação dos dois próximos pontos.

O Senhor Vereador Eduardo Luciano fez a apresentação do Plano Local de habitação e Estratégia Local de Habitação em simultâneo porque são propostas que estão interligadas.
Referiu que estão a falar de um Plano Local de Habitação que engloba uma estratégia local de habitação para as graves carências habitacionais 2020/2026, que se dirige essencialmente a situações de precariedade, onde foram identificadas 9 famílias em acampamento, 22 famílias em casa-abrigo, 33 pessoas em situações de sem abrigo. Para as situações de precariedade, insalubridade e sobrelotação existem 70 famílias no Bairro do Escurinho, 86 famílias com coberturas de amianto, 311 famílias com pedidos de habitação. Em situações de insalubridade, sobrelotação e inadequação existem 230 famílias em núcleos degradados, 255 famílias também com coberturas de amianto, 320 famílias que residem em habitações degradadas, estando aqui a falar de propriedade privada, onde no ponto anterior, estavam a falar de propriedade do município e da Habévora, e no primeiro ponto estão a referir-se a cidadãos apoiados por entidades.
Por último, em relação aos cidadãos sem acesso ao mercado de arrendamento habitacional, existem 455 famílias, 120 famílias jovens até aos 36 anos e 120 estudantes universitários deslocados. Este plano pretende nas soluções habitacionais, incluir desde logo um conjunto de famílias nas estratégias de graves carências habitacionais que são financiadas pelo programa Primeiro Direito e famílias sem acesso ao mercado de arrendamento habitacional poderem ser financiadas por várias plataformas múltiplas, como o Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU), o reabilitar para arrendar e o arrendamento acessível. Tudo isto integrado na bolsa de reabilitação a custos controlados entre os 603 euros/m^2 e de acordo com a portaria 65/2019. Do ponto de vista daquilo que é a sua execução no tempo, 2020/2026, o apoio às entidades, que são aquelas que são definidas beneficiárias entre 2020/2026 para a primeira possibilidade, para o apoio ao arrendamento a Habévora e a subarrendamento a 46 famílias entre 2020 e 2026. A construção de habitações entre 2022 e 2026, com um levantamento de necessidade de construção de 200 habitações para arrendamento apoiado. Na reabilitação de habitações, estão a falar de 135 habitações devolutas da Habévora para arrendamento apoiado entre 2020 e 2026 e entre 2022 e 2026, a reabilitação do Bairro General de Humberto Delgado com 85 habitações com coberturas de amianto. Para a reabilitação privada 2020/2026, o instrumento é o financiamento para a reabilitação de habitação permanente como referido anteriormente. A bolsa de custos controlados tem uma promoção de 2020 até 2026 e também terá como objetivo edifícios devolutos e arrendamento acessível público e privado. Neste caso e falando em valores, caso haja financiamento para tal, nos apoios a entidades, a programação financeira está ainda por definir, no apoio ao arrendamento também, na construção de habitações o investimento previsional tem um total de 14,5 milhões de euros, na reabilitação de habitações existe entre 2020 e 2026 um investimento previsional de 777 mil euros e para a reabilitação do bairro referido anteriormente é de 620 mil euros. Para a reabilitação privada existe um investimento previsional de 13 a 14 milhões de euros, a bolsa de custos controlados, o investimento previsional da ordem dos 20 milhões de euros. Estão a falar de investimentos totais na ordem dos 50 milhões de euros que dependem naturalmente daquilo que for a disponibilidade de investimento e de comparticipação. Relativamente à estratégia para as graves carências habitacionais, que é financiada pelo programa Primeiro Direito e que está em negociação no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) há financiamentos que têm comparticipações entre os 30% e os 40%, o que significa uma comparticipação que é insuficiente, tendo em conta aquilo que são as necessidades do concelho. Estando a falar no Concelho de Évora, numa medição grosseira, anda na ordem dos 50 milhões de euros, se se multiplicar isto pelos mais de 300 concelhos do país, a disponibilidade financeira, que tem que sair do orçamento de Estado para a reabilitação urbana e para resolver as graves carências habitacionais, tem que ser

substancialmente modificada. De qualquer das formas, este é um instrumento absolutamente essencial e que o município precisava de ter para negociar com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), aquilo que são as comparticipações e aquilo que são as prioridades do investimento no concelho. Sem este instrumento, não poderiam dar este passo e aceder a estas comparticipações que já estão a ser disponibilizadas Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Acrescentou que este plano local de habitação não abrange a totalidade daquilo que são as necessidades habitacionais, é focado essencialmente naquilo que é a das graves carências habitacionais e que o município, com base até naquilo que é a Lei de Bases da Habitação, irá construir uma carta de habitação do concelho, que será instrumento anexo ao Plano Diretor Municipal. Portanto, este plano local de habitação e esta estratégia local de habitação para as graves carências habitacionais, é exatamente um instrumento estratégico que permite ir buscar fundos e negociar fundos com o Lei de Bases da Habitação, para a reabilitação urbana e para o combate a estas graves carências habitacionais do concelho.

O Sr. José Figueira em relação à proposta de Plano Local de Habitação e à estratégia que está também associada e dos valores que foram aqui identificados, é feita uma análise sobre aquilo que são as respostas às famílias carenciadas e é também referido em dado momento do Plano Local de Habitação, que em dada altura, houve um processo de negociação com a Hagen no sentido de dar resposta em habitações com preços controlados para responder às famílias que não tinham condições de, pelos seus rendimentos serem mais elevados, acederem à habitação social, mas sim à habitação controlada e que os programas que foram desenvolvidos ao longo do tempo terminaram com a intervenção da Troika em 2011. Assim como é dito no Plano Local de Habitação, que a havendo este acordo de custos controlados para responder às famílias que estavam fora do âmbito das famílias carenciadas, havia um acordo com a Hagen no sentido da construção de habitação a custos controlados. Esse acordo não foi concretizado e essas habitações foram devolvidas ao Instituto da Habitação e que mais tarde, em 2013, a Câmara Municipal adquiriu 40 dessas habitações. A pergunta que coloca é se a estratégia foi aqui apresentada, tem a preocupação com estas famílias, que são 455 que estão aqui identificadas, se há algum programa por parte do Governo sobre a habitação a custos controlados neste momento ou só existe a questão do Primeiro Direito. A segunda pergunta que pretendia ver esclarecida é se estas 40 habitações compradas à Hagen são as habitações que a Câmara quando entrou em funcionamento, não sabia que havia uma dívida da Habévora sobre as mesmas.

O Sr. Frederico de Carvalho questionou se este plano incide apenas sobre a área geográfica das freguesias urbanas, ou se ele também inclui as freguesias rurais. Se também está previsto, por exemplo, a negociação com o Estado, até no âmbito da recomendação que a Coligação Afirmar Évora trouxe no passado, de utilização de usufruto de alguns imóveis que são do Estado, mas que estão devolutos e que poderiam ser aproveitados para este âmbito.

A Sra. Ana Beatriz Cardoso leu o seguinte documento:
"Quer o plano, quer a estratégia resultou na concretização da última geração de políticas de habitação que estavam previstas no programa do governo e que foram concretizadas nos vários documentos aos quais é feita referência nestes 2 documentos que estamos aqui hoje a discutir. Permitimos dizer que estes diplomas, em vários aspetos, vão implicar uma verdadeira mudança de paradigma na área da habitação, vindo dotar os municípios de meios, não só financeiros, mas também financeiros, para concretizar mais e melhores condições de habitação. A recolha de dados sobre a habitação no concelho foi iniciada já em mandatos anteriores, ainda que seja verdade que só com os censos de 2021, se terão dados mais atuais. É fundamental a auscultação da população, dos vários autores locais que se realiza em fóruns e que este seja um por um processo contínuo e participativo. A estratégia aqui apresentada, aliás, como já aqui resultou, do que acabámos de referir, limitou-se, contudo, ao Primeiro Direito. Destina-se à população sem abrigo ou sem acolhimento em situação de vulnerabilidade, sem redes familiares ou sociais e nas mais das vezes sem quaisquer rendimentos, vem concretizar ainda a obrigação do município prevista na lei 112/2009 e no Decreto

Regulamentar nº 2/2018. Este documento e eu refiro-me à estratégia, deixa de fora o alojamento de estudantes, à habitação para classe baixa e média, nem apresenta por ora, soluções que permitam fixar novas pessoas e atrair mais emprego, empresas e investimento. Basta ver as dificuldades que todos nós temos conhecimento delas, de estudantes-trabalhadores em Évora em fixar-se na cidade e que, apesar disso, se deslocam até à cidade todos os dias de transporte privado, porque não conseguem aceder ao mercado de arrendamento. Estes documentos, podemos dizer que mesmo assim ficaram tempo demais à espera, sendo que com sua aprovação, o município pode obter financiamento para a sua execução. É fundamental que num futuro próximo se apresenta as restantes partes, diremos as restantes estratégias deste plano, que para a concretização do plano de habitação, que seja efetivada de facto, a carta que o senhor Vereador já falou e que se afete desde já uma equipa para a boa execução desta estratégia. O Partido Socialista vai votar favoravelmente estes documentos, fazendo desta a respetiva declaração de voto."

O Senhor Vereador Eduardo Luciano relativamente à questão colocada, pelo eleito José Figueira, esclareceu que é claro que estas famílias estão consideradas no plano.
Em relação à questão colocada pelo eleito Frederico de Carvalho, elucidou que este plano é concelhio e, portanto, abrange todo o concelho, quer tenham áreas já delimitadas ou não.
Pretendia salientar um aspeto que a eleita Ana Beatriz Cardoso colocou, relativamente às insuficiências do plano e que o plano poderia ir mais além, respondendo que este plano é focado apenas numa estratégia local de habitação para as graves carências habitacionais. Não existe, obviamente, a veleidade neste plano de abranger todas as carências habitacionais, como aquelas que referiu e que todos conhecem e reconhecem. O que entendem é que essa intervenção dum ponto de vista estratégico mais amplo, deverá ser abordada na Carta Municipal de Habitação, tal como a carta educativa, que são instrumentos de planeamento mais amplo e que não têm esta necessidade de emergência que tem esta estratégia local para as graves carências habitacionais. Obviamente que estão a trabalhar na Carta Municipal e, portanto, o processo participativo deste plano é repetir na Carta Municipal, como é evidente, porque foi ótimo, resultaram de forma muito participada, muita gente foi ouvida e foi criada uma equipa para implementar o Plano Local de Habitação. A dúvida que existe aqui é se haverá financiamento para isto tudo, tendo em conta o valor de 50 milhões de euros calculados por baixo, para um concelho como Évora. Se se multiplicar só estes 50 milhões de euros, pelos todos os outros concelhos do país, não será com certeza que os 40 milhões de euros que ficaram no orçamento de Estado para 2019 que se vão resolver estes problemas. De facto existe aqui preocupações se irá haver financiamento, porque quando se propõem entre 2022 e 2026 a construção de um bairro, ou seja, a reabilitação de um bairro na construção de 200 habitações, terá que se ter em conta que não será com o co- financiamento da ordem dos 30% que o orçamento municipal vai suportar isso. No seu entendimento deveriam ter um instrumento e irão negociar com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) aquilo que são os protocolos e aquilo que são as prioridades a definir.

O Sr. Nuno Alas disse que há algum tempo propôs que fosse revisto as questões urbanísticas da cidade, mas deviam-se propor outras quando os recursos são escassos, por exemplo, o edifício da antiga sede da Junta de Freguesia do Bacelo onde existe um conjunto de lojas que são constantemente vandalizadas. No seu entender fará sentido repensar a utilização daqueles espaços para lojas ou reconfigurar para habitação que, com a autorização do arquiteto, poder-se-ia fazer um arranjo urbanístico diferente que permita isso.

O Senhor Vereador Eduardo Luciano esclareceu que não há nenhuma previsão, embora não esteja escrito isso, mas obviamente que todas as soluções que visem a transformação de espaços, beneficiando a habitação são de considerar. Claro que no caso em concreto, exige que se altere o loteamento e talvez se exige que haja uma fundamentação para não cumprir uma regra do PUE relativamente ao peso do comércio em determinadas zonas, mas isso é o trabalho normal da aplicação dos instrumentos de planeamento. Agora dever-se-ia que olhar para esse espaço que deveriam ter função comercial, até porque os bairros precisam disso, daí a colocação de índices de

comércio nos bairros, mas não podem ignorar aquilo que é a realidade em detrimento daquilo que seria o ideal e, portanto, estão também a avaliar isso.

O Senhor Presidente verificando que não se registaram pedidos de palavra, submeteu a votação a proposta de **Plano Local de Habitação para o Concelho de Évora 2020/2026.**

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, com 33 membros presentes.

O Senhor Presidente verificando que não se registaram pedidos de palavra, submeteu a votação a proposta de **Estratégia Local de Habitação 2020/2026: Graves Carências Habitacionais.**

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, com 33 membros presentes.

10. Áreas de Reabilitação Urbana para o Concelho de Évora.

O Senhor Vereador Eduardo Luciano referiu que se trata da delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) nas freguesias rurais e também zona fora do centro histórico. Como é sabido, só havia uma ARU delimitada que era do centro histórico e a proposta que apresentam hoje é a delimitação das ARU's das freguesias rurais e também dos bairros em torno do centro histórico. É sabido que existem freguesias rurais que têm um núcleo urbano, mas depois têm zonas urbanas onde algumas são de génese ilegal, porque nunca foram legalizadas, também a necessitar de intervenção. O facto de a ARU não incluir essas zonas, porque algumas delas ficam distantes daquilo que é o núcleo urbano da freguesia, não retira a essas zonas qualquer tipo de possibilidade de aceder a incentivos, nomeadamente fiscais, nas intervenções de reabilitação.
Tratando-se, obviamente, do processo de legalização das habitações, só depois poderão aceder aos referidos mecanismos. Pensa-se que com a delimitação das ARU's para as freguesias rurais, que por norma coincidem com os seus núcleos urbanos, todo o território concelhio, fica assim coberto, pela possibilidade de recorrer aos instrumentos de reabilitação urbana.

Seguiu-se a intervenção do **Sr. Luís Ramalho,** que se congratulou por finalmente também haver ARU's nas freguesias rurais, reivindicação feita há algum tempo. Sendo este um instrumento necessário e muito importante.
Depois da aprovação das ARU's é realmente importante, fazer-se uma boa divulgação, esclarecedora de forma, a que as pessoas percebam o que é, quais as vantagens que se podem ter. A Câmara deve levar às freguesias e suas populações todos os esclarecimentos sobre este plano, com a ajuda dos presidentes de junta de forma a que consiga esclarecer o maior número de pessoas sobre os benefícios que podem ter na recuperação dos edifícios.
Em relação ao PDM, esclareceu que está a decorrer a fase de levantamento do que são os constrangimentos e necessidades da avaliação da aplicação da última Revisão do PDM, e que durante o Primeiro Semestre de 2020, com certeza será colocada à discussão o levantamento agora iniciado. Os prazos são apertados, pelo que os municípios estão a negociar através da Associação Nacional de Municípios, uma prorrogação de prazo, que terminará a 19 de maio.

O Senhor Presidente verificando que não se registaram pedidos de palavra, submeteu a votação a proposta de **Áreas de Reabilitação Urbana para o Concelho de Évora.**

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, com 33 membros presentes.

11. Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2020.

12. Prorrogação do Prazo de Vigência dos Acordos de Execução com as Juntas/Uniões de Freguesia para o ano de 2020

O **Senhor Presidente da Câmara** começou por lembrar as alterações à Lei que obrigam um estudo mais aprofundado sobre os Contratos Interadministrativos, o que irá ser feito em 2020, prevendo, no entanto, a lei uma prorrogação de prazo aos acordos de execução, que serão posteriormente transformados em Contratos Interadministrativos.
Farão propostas de alteração semelhantes às do no ano anterior, com algumas atualizações, que será tratado no ponto a seguir, que é a vigência dos Acordos de Execução. Em que se procura garantir a transferência do dinheiro para as Juntas de Freguesia, enquanto se faz a adaptação aos novos Contratos Interadministrativos que no futuro serão objeto de discussão e aprovação.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** considerou que se devia debater neste ponto a questão da Prorrogação do Prazo de Vigência dos Acordos de Execução, fazendo-se a votação em separado.

Em relação á Prorrogação do Prazo de Vigência dos Acordos de Execução o **Sr. Jerónimo José** considerou que estavam novamente a perder uma oportunidade. Foi proposto que fosse encontrado um grupo de trabalho no próximo semestre para conseguir chegar a um contrato de transferência das competências, embora o Município, tivesse recusado até 2021. Houve Freguesias que manifestaram vontade de o assumir em 2020, por pensarmos ser preferível ir progressivamente adaptando. Os valores que em vez de chegarem pelo Município, chegarem mensalmente via DGAL e posteriormente as restantes competências, que não estando ainda na esfera das Freguesias requerem mais algum tempo de planificação e adaptação.
No entanto, quis salvaguardar que a prorrogação do Acordo de Execução continua a manter uma diferenciação entre as Freguesias Urbanas da CDU e a Freguesia Urbana dos Canaviais. Relembrou que o Sr. Presidente da Câmara assumiu que a cláusula dos 8,20€ não era aplicável. Era importante clarificar a situação, porque todas as Freguesias têm que ter o mesmo tratamento.

Relativamente à questão da Transferência de Competências, o **Senhor Presidente da Câmara** lembrou que era conhecida de todos, a divergência entre os dois. Em relação à segunda questão, confirmou que o tratamento, como era óbvio era igual para todas as Freguesias, e a informação que tinha, era de que, não tinha sido feito nenhum pagamento da Câmara, a nenhuma Junta de Freguesia, naquela base. Pediu que fosse confirmado documento a documento, para não restarem dúvidas. Se algo foi feito este ano, será corrigido, porque o tratamento para as Freguesias é igual. Disse, assumi e continuo a assumir esse compromisso.

O Senhor Presidente verificando que não se registaram pedidos de palavra, submeteu a votação a proposta de **Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2020**.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, com 33 membros presentes.

O Senhor Presidente verificando que não se registaram pedidos de palavra, submeteu a votação a proposta de **Prorrogação do Prazo de Vigência dos Acordos de Execução com as Juntas e Uniões de Freguesia para o ano de 2020**.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, com 33 membros presentes.

13. Projeto LIFE/myBUILDINGGREEN

A **Senhora Vereadora Sara Fernandes** iniciou a intervenção referindo que a proposta era a celebração de um contrato com a CIMAC no sentido de autorizar a promover a obra na Escola na Horta das Figueiras, que tem por base o projeto candidatado pela CIMAC projeto LIFE chamado "My Building it's Green". Tem a ver com o teste de protótipos de soluções baseadas na natureza, e tem por âmbito do combate às alterações climáticas e aquecimento global. Pretende testar alguns

métodos com a supervisão científica de algumas instituições que no fundo, a escola que foi escolhida aqui no Alentejo Central foi a horta da Escola Básica da Horta das Figueiras. E o que se pretende é autorizar a CIMAC a fazer a obra nesta escola, no sentido de concretizar o projeto. Portanto, a proposta é a assinatura do protocolo que permita a CIMAC concretizar o projeto.

O Senhor Presidente verificando que não se registaram pedidos de palavra, submeteu a votação a proposta de **Projeto LIFE/myBUILDINGGREEN**.

A Assembleia Municipal **aprovou por unanimidade**, com 32 membros presentes.

14. Habévora/Gestão Habitacional, Unipessoal Limitada, EM. -Designação de Fiscal Único, Respetivo Suplemento e Remuneração dos Corpos Sociais.

O **Senhor Presidente da Câmara** apresentou a proposta, referindo que a mesma decorria dos Estatutos da Habévora, sendo uma obrigação que cabe á Assembleia Municipal, razão da proposta apresentada.

O Senhor Presidente verificando que não se registaram pedidos de palavra, submeteu a votação a proposta de **Designação de Fiscal Único, Respetivo Suplemento e Remuneração dos Corpos Sociais**.

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (13 da CDU, 1 do BE, 1 da Coligação "Afirmar Évora", 3 do PSD e 1 do MMPI) e 13 abstenções do PS, com 32 membros presentes.

15. Relatório do Artes à Rua 2018/Revisto e Relatório do Artes à Rua 2019 (para conhecimento).

O **Senhor Presidente da Câmara** fez uma breve introdução, onde começou por pedir desculpa à Assembleia pelo Relatório do Artes À Rua/2018 ter sido apresentado com tão grande atraso. Depois para justificar as dificuldades com pessoal para acompanhar e responder a algumas questões. Mas, finalmente foi possível apresentar o Relatório do Artes À Rua/2018 e o Relatório do Artes À Rua/2019.
No final do Artes À Rua/2019 foi feita uma reunião com os agentes para avaliar o que correu bem. O que correu mal ou menos bem e para poder, apontar caminhos para este ano. Foi uma reunião bastante participada. Tendo em conta o que nos chegou, existe um conjunto de aspetos que têm que ser corrigidos em 2020.

O **Sr. João Canha** lembrou que o Sr. Presidente da última vez que foi instado para apresentar o relatório, disse que não se tinha revisto no relatório e que o tinha devolvido. Hoje apresenta, não só o relatório de 2018 como também o de 2019, o que permite fazer uma análise comparativa das contas e da dinâmica dos mesmos.
Quando nos é apresentado como, um não festival, diferente dos conceitos conceptuais que são apresentados, é quase intocável porque se está a falar de um festival que se apresenta como a valorização dos agentes culturais locais, em particular aqueles que não têm ofertas no mainstream das ofertas culturais e que tem também aqui a possibilidade de apoiar, de valorizar, dar palco a novas produções e a novas criações. O que o torna quase intocável. A nossa preocupação ao fazer a análise dos documentos foi de, provavelmente os números não estavam em coerência com aquilo que são os princípios conceptuais que foram apresentados. Por exemplo, em 2018, há uma gentileza de quem faz o relatório, ao apresentar-nos os preços sem IVA e depois o relatório de 2019 com IVA. Ficamos em dúvida se os 643.646€ incluem ou não o IVA. A metodologia na apresentação dos dois documentos é diferente. Um é bem mais extenso e aprofundado que o outro.

Em segundo lugar, separar os valores adjudicados aos artistas locais e aos valores adjudicados aos artistas de outras proveniências. Em 2018 os artistas locais receberam 108.000€ os restantes artistas 214.000€ cujo somatório é de 322.000€.
Posteriormente, em 2019 não foi feita qualquer distinção do que foi pago a uns e outros, sendo que no total, foi pago 340.357,8€. É curioso a diferença de um ano para o outro no valo de 17.206,74€, o que significa uma diferença para mais de 17.000€ na programação de um ano para outro.
Percebemos que na comunicação há um acréscimo de 11000€, que na contratação técnica de equipamentos e no restante mais 55.200€.
Há ainda em relação aos alojamentos e refeições em 2018 de 28.000€ e outros serviços 45.000€. Em 2019, não aparece discriminado, aparecendo apenas 139.000€ noutros serviços. Nos outros quadros consegue-se perceber que a despesa de alojamento e refeições em 2019 teve um acréscimo muito significativo em alojamentos e refeições no valor de mais 40.000€. É curioso que em relação à programação quando avaliamos os valores das adjudicações, os espetáculos sob o ponto de vista cultural nem sequer foram para os artistas locais, nem para novas criações, foram para artistas que vieram trazer os seus espetáculos já apresentados em vários locais.
Também é curioso que ter uma discriminação onde está sempre presente a discriminação das despesas e em momento nenhum, tenha sido feito um esclarecimento sobre as receitas e as fontes de financiamento. Era interessante perceber dos 643.000€ que custou o ano de 2019, quanto recai sobre o erário municipal.
É inquestionável que os artistas locais e os agentes culturais locais sejam valorizados, bem como as suas novas criações. Infelizmente, não se consegue perceber se foram os critérios aplicados. Consegue-se perceber os mesmos nomes e pessoas associadas a outras associações e associadas a outras empresas aparecem várias vezes. Seria interessante perceber o montante global que foi pago à pessoa A ou à pessoa B. Aparecem várias vezes no quadro, dá a sensação que é assim um pouquinho para não ficarmos muito chocados que há artistas locais, que têm espetáculos em 2018 pagos por 300€/400€ e 200€ e depois há outros artistas, também locais, têm 3,4 e 5 adjudicações por 4.000€ , 5.000€ tudo mais IVA, já que vamos prolongar no tempo o Artes à Rua.
Seria bom apresentar transparência, seguir sempre a mesma metodologia, clareza na definição de quem recebe. Há documentos entregues que não espelham isso.

Seguiu-se a intervenção do **Sr. Bruno Martins** que começou por agradecer o envio da prestação de contas do Arte À Rua 2018 em 2019. Informou em seguida que dentro de breves dias será entregue um pedido de esclarecimento sobre os relatórios agora entregues. Cruzando a programação e uma folha de Excel, é tudo muito simples pelo que informava que no Artes Á Rua 2019, faltam mais de 30 espetáculos declarados e valores. Era importante sabermos a real soma do Artes à Rua. Quando se consulta o portal base da contratação pública, encontram-se espetáculos classificados como Artes Á Rua, que não aparecem no relatório e que aumentam a despesa em 109,000€ a mais, como várias exposições de artes visuais, os espetáculos às portas da cidade, os espetáculos no Bairro só vozes, pato emergente, o guitarras ao alto, o TransSibéria Mundo. Houve outras programações à parte. O Artes À Rua está só nesta programação declarada, aumenta a despesa em mais de 100.000€, fora os outros 30 e tal espetáculos. Uma nota em relação às refeições e alojamentos, os 1000 artistas e acompanhantes, tomaram todos refeição, era bom que tivessem todos tido direito a refeição, mas nós sabemos que estes 1000 artistas não tiveram direito a refeição.
A questão da programação gostaria de ver esclarecida pelo que irá dar entrada a um pedido de esclarecimento à Câmara Municipal de Évora.

Também a **Sra. Ana Beatriz Cardoso** interveio para referir que é necessário fazer a avaliação do festival. Perguntou em seguida se era possível saber quantas pessoas, na realidade vieram ver os espetáculos. Se eram do concelho, das freguesias urbanas ou rurais ou de outros concelhos e quais. Qual o meio de transporte usado. Era muito importante saber para se saber avaliar tendo em conta a centralidade da cidade de Évora, no Alentejo Central.
Seria importante também saber se o festival tem contribuído para a criação de públicos, como é que se relaciona com os habitantes da cidade, designadamente com os do centro histórico, uma vez que

há muito ruído e pelo facto de durante 3 meses haver 1 palco na Praça principal da cidade. Quanto à calendarização acontece muito a sobreposição ao nível da programação cultural entre os vários agentes a sobreposição de espetáculos. Seria muito importante evitar essa sobreposição para rentabilizar os próprios públicos.
Em relação à identidade do festival, perguntou, se a sua avaliação contribui para uma maior projeção da cidade ou da região, no país ou até fora do país, se avaliam a possibilidade de deslocalização do festival para outros bairros, para uma maior deslocalização, uma vez que é referido que foi realizado em 36 lugares. Se bem a que seja muito centrado na Praça do Geraldo. A terminar perguntou se o festival contribuiu ou não de alguma maneira, para a projeção dos nossos artistas noutras regiões.

O **Sr. José Maria Figueira**, referiu a necessidade do desenvolvimento da programação do Artes à Rua. No relatório de 2019, é referido na parte final, que é necessário a realização de estudos de impacto económico e de públicos que permitam uma avaliação mais objetiva e quantificada dos efeitos da realização do conjunto de programação anual da iniciativa municipal. Foram feitas várias perguntas, sendo inegável o impacto do Artes à Rua, da chamada para novas criações, e do ciclo de festivais que decorreram durante o Verão na economia local e na atração de visitantes à cidade. Chamou a atenção de que, na verdade, o Sr. Bruno Martins fez contas aritméticas em relação ao preço das refeições referindo-se a 30€/pessoa, esquecendo que as pessoas almoçaram e jantaram algumas mais que um dia em Évora (técnicos, 9 exatamente). Estas questões têm que ser tratadas de uma forma clara. Estou de acordo que se analise os impactos económicos na economia local, mas não só. Os impactos ao nível do desenvolvimento cultural enquanto alavanca do processo de desenvolvimento do Concelho de Évora e saber se há ou não impactos nesta perspetiva. Da marca Artes Á Rua, fazer e acontecer houve um trabalho de recolha e tratamento de imagem foi apresentado um relatório anexo, sobre esta sobre esta matéria para a utilização no contexto da candidatura de Évora, a Capital Europeia da Cultura.

Também o **Sr. Frederico Carvalho** interveio para referir, relativamente aos relatórios que antes enaltecia vir a público a redação dos mesmos de forma a poderem estar a discutir a sua qualidade, a sua potência, qualidade, e sem dúvida alguma o facto, de algumas questões terem sido levantadas, como a metodologia que deve ser naturalmente coerente de ano para ano, a questão das dúvidas levantadas pelo Sr. Bruno Martins, relativamente a algumas nuances nos números apresentados. Considera o princípio ótimo e muito válido apresentar à discussão, o que eleva a qualidade do serviço, dado que o mesmo é questionado. Contudo, considera que não deve haver medo de fazer considerações e críticas sobre aquilo que se que está a passar. Considera que isso até atesta a qualidade, e capacidade de autocrítica da própria dinâmica municipal, que permite projetar o evento de uma forma mais abrangente e mais consequente no futuro. Terminou, deixando algumas considerações que gostaria que fossem relevadas no futuro, nomeadamente a questão que referiu no ponto 11, que considera muito importante e muito oportuna para o município que ainda tem algumas dificuldades, e bastantes constrangimentos financeiros, que é a questão do mecenato nesta área. Pensa que deveria ser uma área a ser explorada. Outra questão, refere-se às Freguesias Rurais, podendo ser também deslocalizado não apenas para esses espaços como também par os espaços extramuros noutros locais. A envolvência dos agentes locais, a auscultação junto das unidades hoteleiras fazer inquéritos que possam atestar junto de quem ali está que atestem a sua qualidade de forma que o seu feedback possa trazer para o município e responsáveis novas dinâmicas, com pontos positivos no futuro.

O **Sr. Nuno Alas** começou por dizer que apenas iria referir 2 ou 3 aspetos mais relevantes constantes no relatório de 2019. No programa geral do Artes à Rua, embora autónomo do ponto de vista físico e financeiro, está a CALL Artes à Rua para novas criações, com um investimento cerca de 200.000€. Concorda que está certo, tendo em conta que são referidos valores, e que mesmas pessoas vão receber de várias firmas. Tudo clarificado, ninguém enriquece ninguém, nem dá para enganar com este tipo de programas.

Considerou ainda, que iniciativas desta natureza são importantíssimas para afirmar Évora como candidata a Capital Europeia da Cultura. Verificam melhorias nos documentos de 2019, apesar de atentar que deveriam ser iguais para haver comparativos de forma a permitir avaliar o que possa ser corrigido em relação à avaliação política, fazendo-se uma avaliação do estudo do impacto e da viabilidade e sustentabilidade destes projetos e do impacto do festival.
Portanto, saudamos naturalmente a melhoria da informação prestada, à Assembleia Municipal. Achamos que ainda assim pode ser melhorada, fazendo os documentos iguais permitindo fazer uma leitura do ponto de vista económico, da comparação do número de público que assistiu. Sabemos que a arte não custa 1€ ou 2€, não é um número, permite aferir, enquanto decisores políticos, os melhores caminhos a tomar.

Seguiu-se a intervenção do **Sr. José Russo** que começou por referir um primeiro sinal, primeiro elemento muito importante e que é Évora voltou, voltou a estar no mapa cultural do país. É um ganho, portanto, dizer que a projeção da cidade no plano da Cultura voltou a marcar pontos. É claro que não são só estes eventos. É preciso falar também da vida cultural da cidade ao longo do ano. Estes eventos são muito interessantes. muito importantes, não têm funções que se podem avaliar em particular, não é, mas são eventos enquanto festivais. Vamos, vou chamar também assim que acontecem e desaparecem até a um momento. Eles não devem nem levam 3 meses, levam menos tempo do que 3 meses. Mas acontecem e depois desaparecem. Esses eventos produzem determinado tipo de efeito. Em termos de população que atingem e naturalmente, com um evento a acontecer nessa altura, têm também uma implicação de públicos, que não são públicos locais. Facilmente a se percebe quem é que está na plateia, porque como alguém disse. Somos uma aldeia grande, conhecemo-nos todos uns aos outros. Olhamos e percebemos que há não sei quantas pessoas que se conhecem e não sei quantos que nunca se viram. É preciso cuidar destes aspetos que são muito importantes. Em nome da Capital Europeia da Cultura, do meu ponto de vista, não podemos descuidar a vida diária desta cidade no plano também da cultura. Percebo a preocupação dos colegas, membros da Assembleia Municipal e também da Câmara Municipal e acho que o exemplo que é dado agora aqui neste momento, a apresentação destes relatórios é qualquer coisa de muito importante. Deve ser sublinhado por não ser prática habitual nas câmaras municipais do nosso país. Quero louvar de facto este trabalho que a Câmara Municipal de Évora fez e a transparência que colocou na situação, podemos inclusive pegar noutros modelos de festivais no país e perceber quanto é que custa montar um festival. Quanto tempo é que leva a montar um espetáculo no auditório da Gulbenkian ou no CCB ou um qualquer festival em Lisboa perguntou. Outra questão importante que deve ser sublinhada é a dos públicos. Os públicos não se criam de 1 ano para o outro. A dinâmica que está a começar a ser instalada com o Artes À Rua, não é o Viva a Rua que a havia há uns anos atrás. Coisas como essas coisas não se fazem em 2 anos ou em 3 anos. O trabalho está a ser feito no sentido da valorização da produção local dos artistas, das mais variadas proveniências de todo o concelho, há pessoas das freguesias rurais que participam nestes processos. Sendo coisas muito diversas, todas muito importantes e todas contribuem de forma a serem uma virtude desta programação. Uma última nota só para sublinhar que pessoalmente, não tenho como muito positiva, que é a densidade da programação. Penso que é exagerada. Não é possível numa cidade como Évora gerir, não no sentido de absorver tanta coisa em tão pouco tempo. Essa é uma questão, do meu ponto de vista. Também importante é que eu pessoalmente penso que a programação que nós fizemos em Évora, como sempre aconteceu já em tempos anteriores, tem que ser distintiva. E essa distinção de programação, tem que ser marcada com os espetáculos. Com uma programação baseada em circuitos de espetáculos que circulam por muitos sítios, isso não se faz assim, tem que ser de outra maneira, se calhar até mais caro do que fazer assim. Assim é mais barato, mas não pode ser por aqui que a gente tem que ir. A gente tem que ter uma programação distintiva.

O **Senhor Presidente da Câmara** começou por dizer claramente que a Câmara não tinha estrutura para fazer uma programação destas. Esse foi um dos problemas de o relatório chegar como chegou teve a ver essencialmente com a falta de estruturas para uma programação como a apresentada. Não estavam preparados e, portanto, andaram obviamente, a procurar criar equipas e garantir respostas

que o município não tinha capacidade para dar nesse momento e ainda não tem. É a primeira questão que tem que ser resolvida. A seguir, é preciso garantir que a questão do planeamento e da programação podem ser acompanhadas com um detalhe que não se conseguiu em 2018, nem em2019. Por falta de recursos, o que ajuda também que a situação de transparência possa ser maior. É fundamental garantir essa essa questão. Neste momento, temos que nos perguntar se continuamos com as experiências anteriores ou se é necessário fazer uma avaliação do impacto económico e ainda sobre o impacto da avaliação dos públicos.
Considerou que os relatórios apresentados ajudam a perceber o que correu bem e o que correu menos bem, de forma a tornar tudo mais transparente, mais claro e, sobretudo, que o impacto junto da população, tenha o poder de levar Évora mais longe possa ser espelhado nestas iniciativas.

Tomado conhecimento.

16. Relatório da Candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura em 2027 (para conhecimento).

O **Senhor Presidente da Câmara** iniciou a intervenção referindo a reunião realizada onde foi apresentado este mesmo relatório, e em que um conjunto de membros da Assembleia que não puderam estar presentes. Como de alguma maneira, tinha assumido um compromisso, entendeu, enviá-lo por escrito, razão porque não se iria pronunciar sobre o mesmo.

O **Sr. João Canha** começou por sublinhar que o caminho que tem estado a ser feito é um caminho de segurança, de criação de rede de trabalho, em parceria com os agentes do território sendo muito importante pensar que esta candidatura não seja um epifenómeno num determinado momento, mas sim a estruturação que vai dando a dimensão e capacidade cultural deste território, que irá marcar o antes e o durante, deixando uma marca depois. Uma marca significativa, que tem que ver até com a internacionalização das ofertas culturais dos agentes e artistas locais. Que este processo participativo envolvendo a que quer as Instituições, quer as próprias populações através das redes associativas, como está definido no relatório, entendo que esta Assembleia Municipal deve ser informada regularmente para verificarmos se não nos afastamos deste de fazer as coisas bem feitas de maneira a que sejam envolvidos todos. Esta estratégia não pode ser uma coisa só para acontecer naquele ano, tem que nos levar até 2027 no envolvimento de redes sucessivas que farão com que "A Capital Europeia da Cultura, seja Évora". Mas, mais que Évora, seja o Conselho e seja o Distrito todo o Alentejo a ser marcado por esta dinâmica. Isto está traduzido no relatório que foi apresentado. Também está traduzido um pouco no trabalho que tem estado a ser feito pelos diferentes intervenientes e que temos acompanhado com algum cuidado e com algum apreço. Esperamos sinceramente que esta seja a rota e não haja desvios. A terminar, solicitou, em nome da transparência, e para justificar a ação fiscalizadora da Assembleia Municipal, que fosse divulgado o compromisso assumido com cada uma das freguesias para que a Assembleia Municipal pudesse dar conhecimento e ir acompanhando, fiscalizando e percebendo se o esforço é igualitário e uniforme, para que todas as freguesias tenham o mesmo conhecimento.

o **Sr. Presidente da Câmara** informou que a negociação está em curso, não está terminada com nenhuma das freguesias.

Tomado conhecimento.

SEGUNDA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

Não se verificou nenhuma intervenção

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 desta Ordem do Dia, nos termos do nº3 do art.º 57-º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Não existindo mais assuntos para tratar, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** aproveitou para desejar um bom ano de 2020 a todos os membros da Assembleia, ao senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores e aos técnicos municipais e deu por encerrada a sessão pela uma hora e trinta minutos do dia seguinte, da qual e para constar se elaborou esta ata, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Jorge Quina Ribeiro de Araújo

O 1º SECRETÁRIO

Ananias Quintano

A 2ª SECRETÁRIA

Nazaré Lança